

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Joel Albino Rabaioli

**A ERVA-MATE ORGÂNICA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO E  
REPRODUÇÃO SOCIAL: O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE  
ILÓPOLIS/RS**

Santa Maria, RS  
2019

**Joel Albino Rabaioli**

**A ERVA-MATE ORGÂNICA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO E  
REPRODUÇÃO SOCIAL: O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE  
ILÓPOLIS/RS**

Tese apresentada ao Curso de  
Doutorado do Programa de Pós-  
Graduação em Geografia, Área de  
Concentração Análise Ambiental e  
Territorial do Cone Sul Latino-  
Americano, da Universidade Federal  
de Santa Maria (UFSM, RS), como  
requisito para a obtenção do grau de  
**Doutor em Geografia**

Orientadora: Ana Estela Domingues Sandoval  
Co-orientadora: Carmen Rejane Flores

Santa Maria, RS  
2019

Joel Albino Rabaiolli

**A ERVA-MATE ORGÂNICA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO E  
REPRODUÇÃO SOCIAL: O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE  
ILÓPOLIS/RS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado  
do Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, Área de Concentração Análise  
Ambiental e Territorial do Cone Sul Latino-  
Americano, da Universidade Federal de  
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito  
parcial para a obtenção do grau de **Doutor  
em Geografia**

Aprovado em 21 de maio de 2019

Ana Estela Dominguez Sandoval Dra (UdelaR)  
(Presidente/Orientadora)

Giancarla Salamoni Dra. (UFPel) – Parecer

Luiz Fernando Pesce Guarnaschelli Dr. (UdelaR)

Marco Antônio Verardi Fialho Dr. (UFSM)

Mauro Kumpfer Werlang Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS  
2019



Com a mesma pureza e sinceridade do amor verdadeiro,  
que recebo de vocês diariamente,  
retribuo dedicando esse trabalho a você,  
minha filha, Júlia e a ti, Silvia,  
minhas fontes de segurança e inspiração.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela vida e por dar-me forças para vencer os obstáculos.

À Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pelo ensino gratuito e de qualidade.

À minha orientadora, Professora Dra. Ana Estela Dominguez Sandoval, pela oportunidade de ingressar no doutorado e por acreditar na importância do tema de pesquisa, meu muito obrigado!

À Professora Dra Carmen Rejane Flores pelas contribuições na co-orientação desse trabalho.

À banca por se dispor a avaliar este trabalho.

A Silvia, pelo amor, carinho e companheirismo. Pelo incentivo, por segurar minha mão nos momentos difíceis e por ser minha melhor companhia em todos os dias. Teu apoio e ajuda foram fundamentais em cada etapa deste trabalho. Obrigado por tudo, meu amor!

À nossa filha Júlia que me acompanhou nesta última etapa sendo meu motivo de força maior para concluir esse trabalho! Aos nossos “filhos de quatro patas” Melissa, Gelatina, Francisco, Maria e Olívia por todos os momentos de alegria e companheirismo.

À toda minha família, pelo carinho e amor.

E a todos que de alguma forma contribuíram e torceram para que esse trabalho fosse realizado.

Muito obrigado!

## RESUMO

### A ERVA-MATE ORGÂNICA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ILÓPOLIS/RS

AUTOR: Joel Albino Rabaiolli

ORIENTADORA: Ana Estela Dominguez Sandoval

O estado do Rio Grande do Sul possui uma cultura forte e marcante, sendo reconhecido pela figura típica do gaúcho e seus costumes. O chimarrão e outras bebidas derivadas da erva-mate identificam os povos sulinos, mas, além de ter importância cultural, esses elementos são responsáveis por inúmeros saberes que se reproduzem socialmente e se perpetuam por gerações. Localizado no Alto Vale do Taquari, o município de Ilópolis/RS e áreas adjacentes são os maiores produtores de erva-mate do RS, então cabe compreender a importância dessa atividade agrícola para os agricultores familiares, caracterizando o sistema produtivo, conhecendo o surgimento da produção e, por fim, analisando como a produção de erva-mate se reproduz socialmente. A partir de uma análise dialética busca-se compreender se a inserção da produção de erva-mate orgânica contribui para a produção e reprodução social da agricultura familiar em Ilópolis. A área do estudo sempre teve uma forte ligação com a produção de erva-mate, em função da ocorrência natural da planta, e, recentemente, passou a adotar novos modos de produção que vem ganhando espaço no mercado, como é o caso da produção orgânica de erva-mate. Retratar a organização do sistema de produção, as relações existentes e os processos produtivos é importante para possibilitar novos estudos a partir da erva-mate e dos agentes envolvidos na produção. Cabe a geografia o papel fundamental de tentar explicar de maneira abrangente os condicionantes relacionados a localização de fenômenos, ou seja, a ciência geográfica busca apresentar as razões pelas quais determinados elementos ocorrem na terra, suas interrelações e organização, como é o caso da erva-mate para a região de Ilópolis e Alto do Vale do Taquari. A produção de erva-mate orgânica é uma atividade recente, o que dificulta a identificação clara de sua influência na reprodução social na região. Mesmo assim, pode-se apontar que produzir de forma orgânica é uma alternativa de aproximação da produção com o consumo, atendendo as exigências do mercado e, conseqüentemente, permitindo a continuidade da produção.

**Palavras-chave:** Erva-mate; Agricultura familiar; Reprodução social; Agricultura orgânica.

## ABSTRACT

### THE ORGANIC YERBA MATE AS A STRATEGY FOR PRODUCTION AND SOCIAL REPRODUCTION: THE CASE OF THE FAMILY FARMERS OF ILÓPOLIS/RS

AUTHOR: Joel Albino Rabaiolli

ADVISOR: Ana Estela Dominguez Sandoval

The state of Rio Grande do Sul has a strong and striking culture, being recognized by the typical Gaucho figure and its customs. Chimarrão and other beverages derived from yerba mate identify the southern peoples, but besides having cultural importance, these elements are responsible for numerous knowledge that reproduces socially and perpetuates for generations. Located in the Alto Vale do Taquari, the municipality of Ilópolis / RS and adjacent areas are the largest producers of yerba mate in RS, so it is important to understand the importance of this agricultural activity to the family farmers, characterizing the production system, knowing the emergence of production and, finally, analyzing how the production of yerba mate reproduces socially. From a dialectical analysis it is sought to understand if the insertion of the production of organic yerba mate contributes to the production and social reproduction of family agriculture in Ilópolis. The area of the study has always had a strong connection with the production of yerba mate, due to the natural occurrence of the plant, and has recently adopted new production methods that have been gaining market space, such as organic production of yerba mate. To portray the organization of the production system, the existing relations and the productive processes is important to enable new studies from the yerba mate and the agents involved in the production. Geography is the fundamental role of trying to explain in a comprehensive way the determinants related to the location of phenomena, that is, geographic science seeks to present the reasons why certain elements occur on the earth, their interrelations and organization, as is the case from mate to the region of Ilópolis and Alto do Vale do Taquari. The production of organic yerba mate is a recent activity, which makes it difficult to clearly identify its influence on social reproduction in the region. Thus, it can be pointed out that organic production is an alternative to approximate production with consumption, taking into account the requirements of the market and, consequently, allowing production to continue.

**Keywords:** Yerba mate; Family farming; Social reproduction; Organic agriculture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de estudo.....	15
Figura 2 - Esquema dos procedimentos adotados para a pesquisa.....	23
Figura 2 – Etapa 1: (A) Secagem da erva-mate; (B) Pilão de madeira; (C) Pilão de pedra.....	32
Figura 3 - Etapa 2: (A) Raído sobre o meio de transporte; (B) Sapeco; (C) Carijo.....	33
Figura 4 - Etapa 2: (A) Surrão de couro; (B) Pilão de madeira.....	34
Figura 5 - Etapa 3: (A) Cilindro (sapecadeira); (B) Secagem em jiral.....	34
Figura 6 - Etapa 3: (C) Cancheação; (D) Monjolo.....	35
Figura 7 - Etapa 4: (A) Sapecadeira (B) Barbaquá (C) Carijo.....	36
Figura 8 - Etapa 4: (D) Moenda (E) Pilão.....	36
Figura 9 - Etapa 5: (A) Trator utilizado no transporte (B) Carroça.....	37
Figura 10 - Etapa 5: (D) Sapecadeira (E) Pilão.....	38
Figura 11 - Etapa 6: (A) Colheita (B) Pequeno feixe de erva-mate.....	39
Figura 12 - Etapa 6: (C) Painel de controle (D) Início do processo de transformação da matéria prima (E) Empacotamento.....	40
Figura 13 - Elementos envolvidos no sistema produtivo.....	41
Figura 15 - Área Plantada com Erva-mate nos anos 1990, 2000 e 2015.....	44
Figura 16 - Produtividade de erva-mate nos anos 1990, 2000 e 2015.....	45
Figura 17 - Linha de produtos: chás de infusão.....	48
Figura 18 - Tapera: Propriedade abandonada na área de estudo.....	64
Figura 19 - Polos ervateiros do Rio Grande do Sul.....	83
Figura 20 - Municípios com maior área plantada (em ha) de erva-mate no RS.....	84
Figura 21 - Principais cultivos agrícolas do município de Ilópolis - 2015.....	86
Figura 22 - Cadeia produtiva de orgânicos.....	87
Figura 23 - Elementos envolvidos no sistema produtivo de erva-mate orgânica.....	88
Figura 24 - Uso da terra no município de Ilópolis.....	94
Figura 25 - Área de cultivo de erva-mate em Ilópolis.....	96
Figura 26 - Ervais do município de Ilópolis de acordo com as classes de declividade.....	100
Figura 27 - Ervais do município de Ilópolis de acordo com as classes de altitude.....	101
Figura 28 - Ervais do município de Ilópolis de acordo com os tipos de solo.....	102
Figura 29 - Erval em meio a mata.....	123

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Utilização da erva-mate.....	47
Tabela 2 – Taxa de crescimento anual da população brasileira.....	51
Tabela 3 – Quantidade de erva-mate produzida em Ilópolis e municípios próximos (ton) .....	86
Tabela 4 – Cobertura e uso da terra em Ilópolis .....	95
Tabela 5 – Área ocupada total do município e área total com erva-mate de acordo com cada classe de declividade.....	99
Tabela 5 – Distribuição das propriedades familiares por localidade em Ilópolis e a representação na produção de erva-mate.....	103
Tabela 6 – Distribuição das propriedades familiares produtoras de erva-mate orgânica .....	104
Tabela 7 – Número de pessoas nas propriedades com produção de erva-mate orgânica .....	105
Tabela 8 – Membros das famílias por faixa etária.....	106

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA .....	17
1.2 OBJETIVOS .....	19
1.2.1 Objetivo Geral .....	19
1.2.2 Objetivos Específicos .....	19
1.3 METODOLOGIA.....	20
1.3.1 A definição do método.....	20
1.3.2 Procedimentos da pesquisa.....	22
<b>2 COMPREENSÃO HISTÓRICA DO CHIMARRÃO E DA ERVA-MATE</b> .....	<b>27</b>
2.1 IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO CHIMARRÃO .....	27
2.2 HISTÓRIA DA PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA ERVA-MATE NO RIO GRANDE DO SUL .....	31
2.3 A PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DA ERVA-MATE E SUA INFLUÊNCIA NAS FAMÍLIAS RURAIS .....	41
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO DE ERVA-MATE ORGÂNICA EM ILÓPOLIS/RS</b> .....	<b>55</b>
3.1 PRODUÇÃO AGRÍCOLA E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA TERRA .....	57
3.1.1 Surgimento e caracterização das unidades de exploração familiares .....	59
3.2 A AGRICULTURA FAMILIAR E A REPRODUÇÃO SOCIAL .....	65
3.3 ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO DE ERVA-MATE EM ILÓPOLIS/RS.....	83
<b>4 A PRODUÇÃO DE ERVA-MATE EM ILÓPOLIS E SUAS PRÁTICAS PRODUTIVAS</b> .....	<b>93</b>
4.1 PRODUÇÃO DE ERVA-MATE ORGÂNICA.....	107
4.2 ENVOLVIMENTO CULTURAL NA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES FAMILIARES.....	118
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>128</b>
<b>6 APÊNDICES</b> .....	<b>141</b>
6.1 ROTEIRO DE ENTREVISTA 1 – AGRICULTORES FAMILIARES .....	141
6.2 ROTEIRO DE ENTREVISTA 2 - INDÚSTRIA .....	144

# 1 INTRODUÇÃO

A forma como as sociedades, em especial determinados grupos de indivíduos, convivem e se relacionam tem forte influência cultural. A cultura - por meio de valores morais, éticos, hábitos, tradições, significados, mitos e ritos - ilustra as características típicas marcantes de um determinado lugar ou sociedade, sendo os indivíduos os responsáveis por produzir o conjunto de significados e valores dos grupos humanos (ZANATTA, 2008).

É importante compreender a cultura como um elemento social, formado por indivíduos, e que sua formação e desenvolvimento ocorre pelas características típicas do coletivo. A carga histórica das experiências vividas e da cultura construída para definir as atitudes do homem com o ambiente traz a discussão de cultura como definidora de padrões, de formas de enxergar e sentir o ambiente, com definições de verdades que são bastante arbitrárias, advindas de convenções e práticas culturais (TUAN, 1980). Ao interpretar o autor pode-se observar a influência da cultura em determinado espaço, o que leva a uma caracterização marcante dos indivíduos em sua relação com o meio.

Ligado a cultura, mais especificamente a um hábito e uma tradição, o chimarrão é um elemento de reprodução cultural conhecido e difundido no sul do Brasil. Trata-se de uma bebida típica, característica do Rio Grande do Sul, mas também difundida em outros estados e por países platinos, na forma de “tererê” ou do “mate”. Tais diferenciações de nomenclatura da bebida devem-se as distintas formas de preparo e de industrialização.

O chimarrão ou mate é uma bebida consumida e difundida no sul da América do Sul e seu consumo foi herdado da cultura dos índios caingangue, guarani, aimará e quíchua. Conforme Durayski e Fonseca (2013), o hábito de consumo do chimarrão é antigo no sul do Brasil, tendo na sua origem um caráter bastante primitivo e mesmo sagrado. Os índios o consumiam sob o nome “caá-i” (água da erva) como alternativa para manter o bem-estar e a disposição (ROSA, 2008).

Desde os primórdios o modo de preparo mantém-se quase que inalterado, no qual a erva-mate é o principal elemento, havendo adaptações nos utensílios utilizados. O chimarrão é composto por uma cuia, uma bomba, erva-mate moída e

água quente. O “tererê”, por sua vez, difere do chimarrão pela temperatura da água e a mistura de ervas. Mais consumida no verão e em lugares de temperaturas elevadas, a bebida é servida com água gelada.

O termo mate como sinônimo de chimarrão é mais utilizado nos países de língua castelhana. Já o termo "chimarrão" é o mais adotado no Brasil, sendo oriundo da palavra castelhana rioplatense “cimarrón”, o qual remete a algo chucro, bruto e bárbaro, características da bebida amarga e primitiva consumida pelos nativos. A preparação e ingestão desta bebida foi assimilada pelos colonizadores europeus, principalmente italianos, alemães, e, também, açorianos que incorporaram o consumo do chimarrão em seus hábitos diários, fazendo parte da vida cotidiana (JUNGBLUT, 2008). No estado do Rio Grande do Sul localiza-se o município de Venâncio Aires/RS, conhecido como a capital nacional do chimarrão.

Esta bebida tão importante e de forte marca cultural nos conduz a um olhar específico sobre a produção da matéria-prima a qual ela é derivada. Conforme apresentado anteriormente, o chimarrão é resultado da infusão de folhas de erva-mate processadas e de água quente.

Diante de um mercado consumidor expressivo e do pouco conhecimento a respeito das especificidades deste processo de produção, ressalta-se a importância do cultivo da erva-mate para milhares de agricultores familiares detentores de saberes. A manutenção da produção é garantida pelos saberes da população, ou seja, pelo capital social existente, garantindo, assim, a transferência deste conhecimento as gerações futuras. Portanto, trata-se aqui de um estudo da geografia agrária brasileira sobre o sistema de produção ervateiro no que se refere ao aspecto sociocultural.

Este sistema possui grande importância, pois abastece um mercado específico com forte ligação cultural. Árvore nativa da Mata Atlântica, a erva-mate (*Ilex paraguariensis* A. St. Hill.), pertencente à família Aquifoliaceae, é encontrada naturalmente no Brasil, Argentina e Paraguai (GORZALCZANY et al., 2001). Pode ser chamada também de mate, erva, erva-congonha, erva e erva-verdadeira (LORENZI, 2008). No Brasil, os estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul são os que mais consomem esta planta na forma de bebida (chimarrão, tererê ou chá mate) (BONDARIK et al., 2006).

A erva-mate, como espécie nativa, tem ocorrência documentada nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e, em menor proporção, em Mato

Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na Argentina, ocorre na Província de Misiones, parte da Província de Corrientes e em pequena parte da Província de Tucumã. No Paraguai, ocorre na área situada entre os rios Paraná e Paraguai (SEPLAG, 2013).

O cultivo da erva-mate, considerada cultura permanente, assume importância particular nos três estados da região sul do Brasil, a partir das iniciativas de melhoramento dos cultivares nas pequenas e médias unidades de exploração, com o desenvolvimento de técnicas e modos de produção. Além de sua importância econômica, ressalta-se que a erva-mate contribui para a manutenção e aumento da biodiversidade, pois sendo uma espécie florestal da mata atlântica seu cultivo contribui para o equilíbrio ambiental.

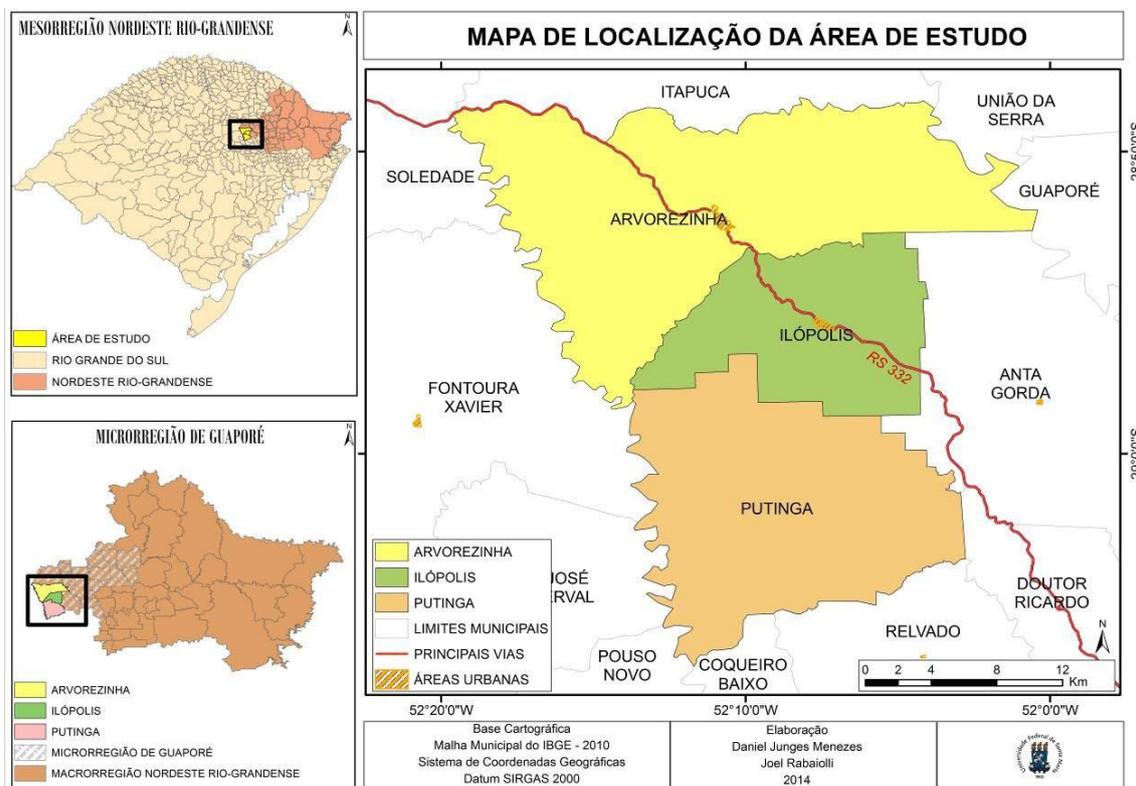
A principal forma de relação entre homem e natureza é dada pela técnica. As técnicas são o conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem vive, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (SANTOS, 1996).

A produção ervateira, assim como a grande maioria dos cultivos agrícolas, é desenvolvida de duas formas distintas: de forma convencional e de forma orgânica. Na agricultura orgânica a redução do ataque de organismos prejudiciais ao desenvolvimento da planta é realizada através do uso de receitas caseiras, preparadas a base de extratos naturais pouco ou nada agressivos ao meio ambiente (SOUZA, 1998). Os cuidados e o trabalho empenhado no modo de produção orgânica proporcionam uma considerável agregação de valor, alcançando cerca de 50% a mais que o produto produzido de maneira convencional.

A região do Alto do Vale do Taquari, especialmente a área do estudo (figura 1), sempre teve uma forte ligação com a produção de erva-mate, em função da ocorrência natural da planta, e, recentemente, passou a adotar novos modos de produção que vem ganhando espaço no mercado, como é o caso da produção orgânica.

Localizada na encosta inferior de nordeste do Rio Grande do Sul, a cerca de 200 km da capital do estado, a região serve de condutor gradativo da Mata Atlântica para a região central do estado do Rio Grande do Sul, sendo contemplada pela transição entre Planalto, Araucárias e Encostas, marcado pela riqueza na biodiversidade e importância histórica ao se tratar da produção de erva-mate (JASPER et al., 2009).

Figura 1 - Área de estudo.



Elaboração: Menezes, D. J; Rabaiolli, J. A. (2014)

A Encosta Inferior de Nordeste, de forma geral, é formada por pequenas unidades de exploração, caracteriza-se pelo desenvolvimento da agricultura familiar. Conforme o Censo Agropecuário de 2006, a extração de erva-mate no Brasil concentra-se em áreas com menos de 50 hectares e a maioria dos produtores são proprietários das terras (IBGE, 2006). Portanto, identifica-se que a produção da erva-mate é desenvolvida em pequenas unidades de exploração e as atividades agrícolas desenvolvidas em áreas com essas dimensões geralmente são caracterizadas como de agricultura familiar.

Nessa pesquisa utiliza-se como referência o município de Ilópolis, delimitação feita por sua importância em relação à produção de erva-mate. Porém, devido à proximidade das áreas limítrofes, em alguns momentos, especialmente ao se tratar dos produtores, poderá haver a extrapolação dos limites políticos-administrativos, por estas unidades estarem localizadas em algum município vizinho. Assim, deve-se considerar a possibilidade, mesmo que remota, que constem na pesquisa, além de

Ilópolis, também dados e informações que se referem aos municípios de Arvorezinha, Putinga e Anta Gorda.

O Sindicato da Indústria do Mate do Rio Grande do Sul (SINDIMATE) coloca, de acordo com os dados de 2014, que o município de Ilópolis é o maior produtor de erva-mate do Estado com 59.000 ton/ano e, também, possui a maior área plantada com 7.300 hectares. O próprio nome do município deriva da grande abundância da espécie florestal no seu território: ilo (do latim) erva e polis (do grego) cidade, "Cidade da Erva-Mate". O município instituiu em 2016, por meio do decreto 1.876 de 08 de abril, a planta de erva-mate como sua árvore símbolo, sendo declarada de interesse comum. O ato oficial do Executivo Municipal possibilita um avanço no que se refere a necessidade de preservação do meio ambiente, sobretudo à flora localizada no município. Atualmente Ilópolis tem como *slogan* "Cidade da Erva-mate e da Ecologia", mas o que desprende o interesse para o desenvolvimento desta pesquisa refere-se as transformações no modo de cultivo da erva-mate na lavoura.

A produção desordenada em grande escala, visando somente o lucro, tem sido modelo adotado em vários sistemas produtivos, resultando em uma série de problemas e desequilíbrios. Ressaltando que Quaini (1979), ao discutir a utilização das teorias e metodologias no estudo da Geografia, coloca que as consequências do capitalismo na sociedade devem estar nos objetivos da Geografia. Assim, é importante compreender se a lógica de produção capitalista, em que se busca alternativas para manter-se no mercado e garantir ganhos econômicos, é a responsável pela inserção da agricultura orgânica na produção de erva-mate em Ilópolis/RS. A partir disso, o objeto de estudo desta tese é a produção de erva-mate orgânica na agricultura familiar, sendo que o recorte espacial foi definido pela importância da atividade agrícola na manutenção das unidades de exploração rurais e para a economia de Ilópolis/RS. Acredita-se que a inserção deste modo de produção, mesmo que em pequenas áreas, pode contribuir para o desenvolvimento da agricultura orgânica e, quem sabe, a prática da agroecologia.

Na sequência apresenta-se o problema e a justificativa para o desenvolvimento da pesquisa, buscando ressaltar a importância do estudo para a ciência ao trazer uma atividade agrícola que está associada a uma cultura regional.

## 1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Os conhecimentos propostos pela Ciência ou mesmo àqueles ligados às atividades do cotidiano estimulam a atenção, curiosidade e raciocínio através de questionamentos ou dúvidas. Isto se dá, conforme Alves-Mazzotti et al., (2002), quando algo não ocorre de acordo com as perspectivas, quando não há elementos capazes de auxiliar na explicação de um fenômeno, ou quando as explicações tradicionais são insuficientes, ou seja, quando há problemas complexos é preciso explorá-los para conhecê-los. Estamos diante da chave fundamental para a definição da temática a ser pesquisada.

O problema que instigou a pesquisa está relacionado a um questionamento central: a erva-mate orgânica contribui para a produção e a reprodução social dos agricultores familiares de Ilópolis/RS? A visualização do problema deu-se pela vivência do pesquisador na área de estudo e a ligação familiar com a produção de erva-mate iniciada na propriedade na década de 70. Durante esse período de quase 50 anos pôde ser observados diversos ciclos com ápices e declínios na produção ervateira, geralmente relacionados com a oferta da matéria prima para a indústria, que, por sua vez, encontrava dificuldades em encaminhar a totalidade da produção ao mercado consumidor. A oscilação de preço, tanto para o produtor quanto para a indústria, sempre gerou instabilidades e incertezas na manutenção desse sistema produtivo, levando indústrias a falência e agricultores a arrancarem seus ervais para produzir outras cultivares agrícolas. A diversificação de ervas para chimarrão e surgimento de produtos derivados da erva-mate para outras finalidades industriais possibilitaram maior equilíbrio financeiro do sistema produtivo.

A produção ervateira está presente quase que na totalidade das unidades de produção familiares da região do Alto do Vale do Taquari, direta ou indiretamente. A importância de cultivar lavouras de erva-mate não está ligada somente ao fato de propiciar ganhos econômicos que garantam a sequência de gerações naquelas unidades de produção, mas também como forma de incentivo a novas alternativas de vida não propiciadas a gerações anteriores. Um exemplo disso é o incentivo para que os membros da família, geralmente os mais novos, estudem.

Caracteriza-se aqui um estudo na área da geografia agrária, no qual a análise se estabelece sobre todo um conjunto de dados que só podem ser compreendidos do interior, pelo contato direto e, de algum modo, íntimo com a vida e a mentalidade

rural (FAUCHER, 1949). Assim, seguindo a metodologia, pretende-se alcançar os objetivos propostos, esclarecendo o problema inicial.

A área de estudo destaca-se pelas peculiaridades no modo de produção da erva-mate, com destaque no mercado pela qualidade apresentada, resultado, entre outros fatores, do conhecimento das práticas de manejo e pelas características peculiares da região como a altitude e o solo.

O processo de modernização da agricultura e a formação dos complexos agroindustriais exigiram uma produção agrícola em larga escala, com alto emprego de capital e tecnologia (SILVA, 1998; VEIGA, 2004). As pequenas áreas agrícolas produtoras de alimentos, caracterizadas pela utilização de mão de obra familiar, não se encaixaram plenamente neste processo, por seus modos diferenciados de desenvolvimento. Essas pequenas unidades de exploração surgiram no processo de imigração europeia e originaram o que hoje denominamos de agricultura familiar (LAMARCHE, 1993). As formas de exploração das propriedades rurais geralmente estão ligadas ao seu uso e atividades econômicas desenvolvidas. São as ligações de harmonia existentes na relação homem/natureza que moldam as formas particulares de produção e de vida social (WANDERLEY, 2003).

No que tange a produção de erva-mate no Alto do Vale do Taquari pode-se inferir que há uma valorização econômica e social da atividade, notando-se a relação entre produção e meio ambiente. Assim, um dos fatos relevantes que instigaram a realização da pesquisa refere-se à inserção da produção de erva-mate orgânica em pequenas unidades de exploração familiar, ou seja, tem-se a manutenção do capital social, inserido nos saberes da população local, adaptado a um “novo” modo de produção que atende a indústria.

Em geral, o uso de agrotóxicos na agricultura teve um aumento significativo nas últimas décadas e essa mudança na prática produtiva conduz os agricultores ao abandono das formas tradicionais de cultivo e a adoção da agricultura dita como moderna ou convencional (CALBORN et al., 2002). A agricultura convencional, conforme coloca Gliessman (2001), tem por objetivos maximizar a produção e o lucro, porém não são levadas em conta as consequências adversas das práticas utilizadas para alcançar tais objetivos.

Portanto, a inserção da agricultura orgânica em uma área de produção específica de determinado produto agrícola deve ser valorizada, pois pode ser o início da retomada de uma forma adequada de produzir, com maior harmonia na

relação homem/natureza. Diante da importância do tema a ser estudado, visando compreender a inserção da produção orgânica de erva-mate em unidades de exploração familiar no município de Ilópolis/RS, cabe trazer os objetivos da pesquisa.

## **1.2 OBJETIVOS**

Na área de pesquisa, a estratégia de produção de erva-mate orgânica é uma alternativa, que apesar das dificuldades de implementação, permite o fortalecimento e a permanência da agricultura familiar. Diante disso, estabelece-se os objetivos da pesquisa.

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar como, nos últimos anos, a produção de erva-mate na agricultura familiar apresenta tendências de mudanças tecnológicas orientadas por uma estratégia de produção orgânica no município de Ilópolis/RS.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- a) conhecer como se deu o surgimento da produção orgânica de erva-mate;
- b) caracterizar o sistema produtivo da erva-mate no contexto da agricultura familiar;
- c) compreender a importância da erva-mate na agricultura familiar do município de Ilópolis/RS;
- d) avaliar as potencialidades e limitações na produção de erva-mate no município de Ilópolis/RS.

## 1.3 METODOLOGIA

A definição dos objetivos possibilita os primeiros passos referentes aos aspectos metodológicos de uma pesquisa. A partir de então, sabendo o que se pretende responder, é possível julgar os caminhos mais apropriados para alcançar os objetivos propostos, salientando que a metodologia é passível de adequações se não atender as expectativas iniciais.

Os questionamentos na fundamentação do senso crítico, buscando a compreensão da realidade empírica, devem alcançar a essência do problema, ou seja, o real significado. Esta explicação pode ser encontrada por meio da aplicação da ciência (SEABRA, 2001) que se caracteriza por ser a tentativa do homem entender e explicar racionalmente a natureza, formulando leis que possibilitem a atuação humana, ampliando, assim, o conhecimento científico (ANDERY et al., 1988).

Para Galliano (1979), uma investigação metódica e sistemática da realidade resulta no conhecimento científico. É por meio da análise de fenômenos e fatos observados na prática que se criam leis gerais aplicáveis a outros casos semelhantes. Ressalta-se que a passagem do empírico para o científico pode não ser uma verdade absoluta, conforme Cruz e Ribeiro (2003), pois, mesmo depois de mil experimentos que produzam resultados consistentes, basta um resultado contrário para derrubar uma teoria científica.

### 1.3.1 A definição do método

Um novo olhar sobre os métodos em geografia a partir da década de 70 contribuiu para os resultados das pesquisas (MORAES; COSTA, 1984). A utilização de técnicas como trabalho de campo, observação, entrevistas, história oral, pesquisa participante, pesquisa ação, estudo de caso, diário de campo, entre outras, permitiram um novo olhar metodológico para a geografia, possibilitando a compreensão e buscando novos caminhos para investigação dos problemas (ANDRADE, 1987). A interpretação da realidade a partir deste novo olhar, norteado por uma análise dialética, proporciona uma maior abrangência na análise dos resultados encontrados.

A busca pela cientificidade surge da necessidade de afirmar a importância de determinado tema, o qual possui relevância e seu conhecimento encontra-se disposto empiricamente. Assim, aplica-se o método, que é entendido como o conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim (GALLIANO, 1986). De forma semelhante, Richardson (1999) define o método de pesquisa como a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos.

Considerando Morin (2005), é importante ressaltar que não há uma predeterminação do método, mas sim uma análise para sua aplicação adequada. O autor coloca que o método só pode ser construído durante a pesquisa, no momento em que o tema se transforma em um novo ponto de partida, desta vez dotado de método.

Portanto, para alcançar os objetivos propostos nesta investigação, diante da análise dos caminhos possíveis, julga-se como mais adequado a adoção de método de abordagem dialético para a interpretação dos resultados, por entender que a dialética pressupõe uma visão totalizante do real, ou seja, por meio dela busca-se perceber os diferentes elementos sociais como interligados a uma mesma totalidade, agindo em tempos históricos diferentes, porém sequenciais.

Totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de atos, conjuntos de fatos) pode ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimentos de realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade sai reconstituída – se são entendidos como partes estruturais do todo (KOSIK, 1976, p. 35).

Os fenômenos tornam-se concretos quando analisados em sua totalidade. Se as condições históricas e sociais forem vistas separadamente trata-se de senso comum. É na dialética que as ligações dos fenômenos são desvendadas, atingindo a essência que vai além do que é apresentado na situação atual.

O agir e o pensar implicam na percepção do todo e de uma visão do conjunto das relações ora particulares e ora entrelaçadas no todo, cuja discussão dialética permite ir além do entendimento, alcançando a síntese que leva aos resultados.

Na acepção moderna, dialética é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação (KONDER, 2008).

O autor ainda coloca que:

A concepção dialética foi reprimida historicamente: foi empurrada para posições secundárias, condenada a exercer uma influência limitada. A metafísica se tornou hegemônica. Mas a dialética não desapareceu. Para sobreviver, precisou renunciar às suas expressões mais drásticas, precisou conciliar com a metafísica, porém conseguiu manter espaços significativos nas ideias de diversos filósofos de enorme importância (KONDER, 2008, p. 9).

Portanto, as renúncias e transformações contribuíram para que tivéssemos um método para compreender a relação sujeito objeto, entendendo como o ser humano se relaciona com as coisas, com a natureza, com a vida, podendo, assim, esclarecer o resultado dessa interação e a influência dos elementos envolvidos. A dinâmica social que se faz presente em um determinado espaço é reprodutora de desigualdades, condição de sua superação, reflexo de uma ordem e um dos meios possíveis para transformá-la. Enfim, o espaço a ser analisado faz parte da dialética social que o funda (GOMES, 1996).

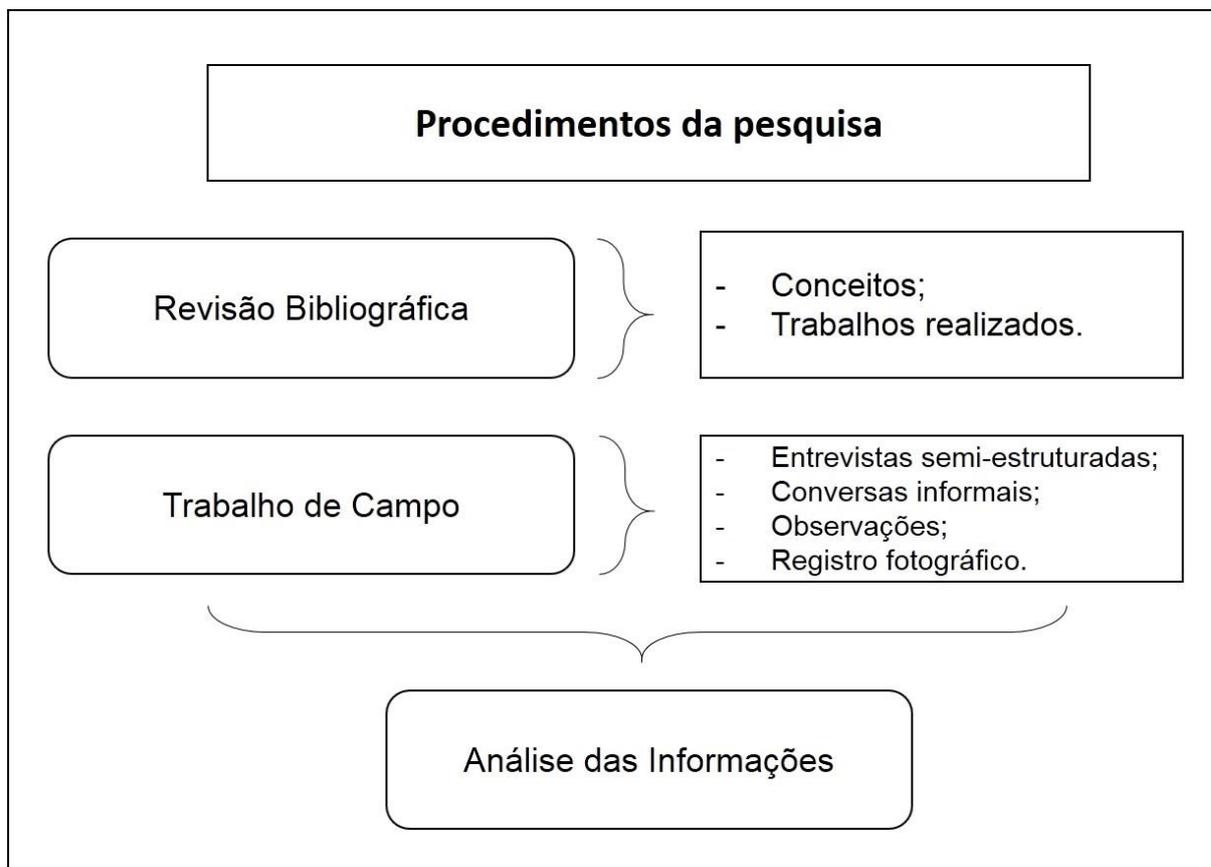
Com o entendimento de que o método dialético é o mais adequado para a interpretação dos resultados da pesquisa parte-se para a determinação dos procedimentos a serem adotados.

### **1.3.2 Procedimentos da pesquisa**

No decorrer do tempo a geografia contribuiu para compreensão da realidade. Conceitos e categorias foram discutidos e regatados fazendo com que a descrição e observação deixassem de ser as únicas técnicas geográficas de estudo da realidade, passando a interpretar os fenômenos e discuti-los, valendo-se de outras áreas do conhecimento. As pesquisas quantitativas e qualitativas têm sido utilizadas como alternativas, cabendo definir os instrumentos em acordo com o método de interpretação para obter respostas satisfatórias (PESSÔA, 2012).

Seguindo as etapas de desenvolvimento da tese, apresenta-se a seguir os procedimentos de desenvolvimento da pesquisa (Figura 2).

Figura 2 - Esquema dos procedimentos adotados para a pesquisa.



Fonte: Elaboração do autor.

A partir de um levantamento bibliográfico foi possível obter referencial sobre o tema, buscando os conceitos pertinentes e analisando os resultados encontrados em trabalhos semelhantes. A revisão de literatura caracteriza-se por suprimir dúvidas a partir de pesquisas em livros, artigos e documentos, esclarecendo, assim, pressuposições teóricas que fundamentam a pesquisa, possibilitando uma discussão crítica baseada em estudos realizados. A pesquisa em documentos difere em relação a natureza das fontes, pois neste caso os materiais ainda não receberam tratamento analítico ou podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2010).

O tema erva-mate é pouco encontrado na literatura. Os trabalhos existentes analisam aspectos produtivos e econômicos. A relação social envolvida nesse sistema produtivo se mostra pouco presente na ciência, reforçando, assim a importância desse estudo. Entre os trabalhos encontrados destacam-se: Carmo (2007), que analisa as potencialidades do processo produtivo da erva-mate; Daniel (2009), que traz a importância histórica e econômica da erva-mate e analisa o

sistema de produção e processamento industrial; Boguszewski (2007), que estuda a história da cultura da erva-mate como alimento; Balcewicz (2000), que contextualiza a integração econômica do Mercosul e a competitividade da erva-mate nesse contexto; Miloca (2005), que analisa a logística de suprimentos na agroindústria ervateira.

No levantamento de informações documentais um aspecto de grande valia é a busca por acervos de entidades locais, como foi o caso da Secretaria da Agricultura de Ilópolis/RS, pois os mesmos fornecem informações peculiares importantes para analisar e compreender a produção e reprodução social no município, além do contato com informantes qualificados que trouxeram informações de grande valia para a interpretação dos resultados obtidos a campo. Tais informações também contribuem para entender como uma atividade agrícola que teve seu início por meio de coleta conseguiu desenvolver-se ao longo do tempo, adaptando-se as transformações locais, mantendo-se presente frente a outras atividades geradoras de renda para a agricultura e tornando-se a principal a atividade agrícola local.

Em relação ao desenvolvimento da economia baseado na produção ervateira, observa-se que houve uma transformação do meio natural e há uma forte relação homem/natureza. Conforme Martins (1996):

[...] a relação entre homem e natureza; o homem que, na atividade por meio da qual atua sobre a natureza para saciar-se, para atender sua necessidade, modifica a natureza e modifica suas próprias condições de vida, modificando ao mesmo tempo sua relação com a natureza. Deixando, portanto, de ser repetitivo e reativo. Desafiado a imaginar e criar, modificando suas condições de vida e modificando-se ao mesmo tempo, constituindo-se como humano, humanizando-se (MARTINS, 1996, p. 15).

A produção atrelada a necessidade de conservação é uma característica determinante para a existência de cuidados ambientais. Esta dependência implica na necessidade de uma relação harmônica, pois havendo desequilíbrio acarretará em consequências para ambos. Assim, a manutenção e a reprodução das relações existentes permitem a continuidade e a evolução do espaço de vida.

Como caminho para identificar e analisar essa relação realizou-se trabalho de campo. A dialética baseada no trabalho de campo é um elemento indispensável da percepção objetiva dos dados de base do raciocínio científico (TRICART, 1977). O trabalho de campo não é exclusivo da Geografia, pois as ciências em geral valem-se

de tal instrumento. Porém, na Geografia sua importância fica evidenciada, especialmente ao se tratar da relação homem natureza.

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (SUERTUEGARAY, 2002, p. 94)

É por meio do trabalho de campo que ocorre o aprofundamento de uma realidade específica, possível através da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes, captando, assim, explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade (GIL, 2010).

Durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa foram identificados alguns agentes que poderiam ter influência na produção de erva-mate orgânica. Para tanto, em trabalho de campo, foram entrevistados primeiramente os representantes da agroindústria que processa e comercializa erva-mate orgânica oriunda da agricultura familiar. A informação da relevância da agroindústria em relação ao processamento de erva-mate orgânica era de conhecimento devido a origem local e vivência do pesquisador, autor dessa tese.

Com informações preliminares, resultantes do contato com essas entidades, identificaram-se as unidades de exploração familiares representativas para a pesquisa, que possuíam certificação de produção orgânica de erva-mate, as quais totalizam uma área de aproximadamente 56 hectares, envolvendo 11 unidades de exploração, proporcionando, assim, as informações para análise dos resultados.

Inicialmente, em conversas informais com Instituto Brasileiro do Mate (IBRAMATE) e Secretaria Municipal de Agricultura de Ilópolis, obtiveram-se informações úteis para a compreensão da atividade ervateira local. Além das conversas foram utilizadas outras técnicas como: entrevistas, observações diretas, participação nas atividades diárias e, também, registros fotográficos.

As famílias de produtores rurais do Alto do Vale do Taquari trazem consigo uma importante carga histórica. São imigrantes, em sua grande maioria italianos,

que se apropriaram das atividades já desenvolvidas no lugar para se manter e gerar renda, criando, assim, uma cultura própria com características marcantes.

O trabalho de campo, analisando outras pesquisas, mostra-se como mais eficaz na busca por informações peculiares ao se tratar de um grupo com características peculiares. É uma forma de amparar uma pesquisa, transformando a teoria em experiência, concretizando os conteúdos e conceitos. Assim, a aquisição do conhecimento é evidenciada por meio das teorias testadas no local de obtenção das informações (MARAFON, 2009).

Com os resultados obtidos, partiu-se para a análise dialética, que pressupõe uma visão totalizante do real, ou seja, por meio dela busca-se perceber os diferentes objetos como interligados a uma mesma totalidade. Assim, há a aplicação da teoria e do método para explicar os fenômenos da sociedade e natureza, visto que se trata de um espaço de vida em que o homem se adapta a natureza e, simultaneamente, impõe a ela e nela suas transformações.

Ao final da realização do trabalho, por meio dos resultados e suas análises, apresenta-se uma leitura e interpretação do local, mais concreta possível, por meio da associação dos conhecimentos empíricos e científicos e de uma discussão dialética, que objetiva o alcance da compreensão da realidade referente à inserção da produção de erva-mate orgânica em Ilópolis/RS.

[...] as emoções do investigador nunca devem ser negadas (mesmo porque estão sempre presentes). Mas além disso, creio que devem ser atentamente consideradas, pois podem converter-se em um importante instrumento para o conhecimento. O que imagino que pode consistir na especificidade e na originalidade do método de pesquisa de campo em ciências sociais é exatamente o fato de o pesquisador utilizar a si mesmo como um instrumento de pesquisa e uma fonte de observação (CALDEIRA, 1981, p. 348).

O conhecimento empírico e a relação existente do pesquisador pela área de estudo não estão ocultas na pesquisa, pois são informações pontuais que desenham um universo peculiar e dão visibilidade a espaços muitas vezes esquecidos. Para aproximar a realidade ao leitor é necessário retomar fatos históricos que retratam o caminho percorrido pela produção erva-mate. Assim, coloca-se no capítulo seguinte a compreensão histórica do chimarrão e da erva-mate.

## 2 COMPREENSÃO HISTÓRICA DO CHIMARRÃO E DA ERVA-MATE

O Brasil, por ser um país com grande extensão territorial, possui um pluralismo cultural com costumes e tradições específicos de cada região. Os conhecimentos, técnicas, práticas, objetos, entre outros, são tidos como patrimônio cultural imaterial, ou seja, são elementos com os quais os indivíduos sentem-se pertencentes e transmitem às gerações futuras como forma de identidade que marca a continuidade de uma identidade. O Rio Grande do Sul possui alguns elementos marcantes. Mesmo não sendo considerado patrimônio cultural imaterial, o chimarrão é um deles, associado diretamente ao Estado e a figura do gaúcho. Neste sentido não é possível falar em cultura gaúcha sem haver a ligação com chimarrão e, conseqüentemente, com a erva-mate.

Para atender aos objetivos da tese realizou-se um resgate histórico buscando compreender a relação regional com a erva-mate. A partir da obtenção das informações foi redigido a história da produção e industrialização da erva-mate, mostrando, assim, a ligação existente há séculos, que promove o desenvolvimento da atividade ervateira e cria boas perspectivas futuras.

### 2.1 IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO CHIMARRÃO

Para tratar do chimarrão<sup>1</sup>, inicialmente, é preciso reportar-se a erva-mate. Martins (1926), afirma que os primeiros registros de uso da erva-mate são dos índios peruanos Quíchua, os quais seriam anteriores aos Incas. A palavra “mati” significava cuia ou porongo para os Quíchua, grupo étnico que preparava a infusão de folhas de erva-mate e tomava em “mati”. No decorrer do tempo o nome dado ao recipiente passou para a bebida, derivando, assim, o mate que se fixou e universalizou entre os povos sul-americanos (JUSTINIANO, 2006).

O hábito de tomar mate foi constatado inicialmente pelos europeus ao chegarem aos Andes, porém, a existência de ervas nativas dava-se em um amplo território habitado pelos Gê e pelos Guarani (THOMÉ, 2011). Os portugueses vieram a conhecer a erva-mate posteriormente aos espanhóis. No Vale do Taquari, quando

---

<sup>1</sup> Chimarrão – é uma bebida composta pela infusão de erva-mate em água quente, produzindo um chá, que é servido dentro de um recipiente, chamado de cuia, sorvido através de um canudo, a bomba. (ROSA, 2008).

da chegada dos colonizadores ibéricos, os povos indígenas que ali habitavam eram os índios do tronco tupi guarani, em um número que não ultrapassaria 10 mil, e que também predominavam em todo o território do Brasil, Paraguai, Uruguai e parte da Argentina (RIBEIRO, 1995; COSTA, 1998).

Nas regiões do Rio Grande do Sul em que a matriz luso-brasileira não foi exclusiva, como no Vale do Taquari, a presença indígena era pequena. O vínculo do período da ocupação indígena com o desenvolvimento posterior da região está na influência cultural e étnica. A chegada dos alemães e dos italianos, na segunda metade do século XIX, estabeleceu os contingentes, inaugurando uma nova fase na formação étnica do povo da região. O posterior desenvolvimento agro comercial industrial foi efetivado pelos novos imigrantes e/ou descendentes. Aos portugueses coube a montagem inicial e a sistematização do processo de colonização (FALEIRO, 1996).

A palavra “cimarrón” era um termo espanhol empregado pelos gaúchos castelhanos para chamar os animais selvagens. No contato com o mate, de característica amarga e forte, é feita a associação do mate ao “cimarrón” que, posteriormente, quando os portugueses adentraram no Prata, houve a adaptação do vocábulo para chimarrão. A bebida que nos primórdios era conhecida como “mati” pelos peruanos Quichua, “caá-i” para os Guaranis, “congôn” para os Gê, tererê ou cimarrón para os castelhanos e chimarrão para os brasileiros mantém o vínculo milenar entre os povos sul americanos (THOMÉ, 2011).

A cultura do chimarrão ficou fortemente marcada ao estado do Rio Grande do Sul. Na obra *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820 – 1821* o autor Saint’ Hillaire (1935, p. 110) descreve o que aqui interpreta-se como o motivo para a ligação entre o Estado e a bebida: “o uso dessa bebida é geral aqui. Tomasse ao levantar da cama e, depois, várias vezes ao dia. A chaleira d’agua quente está sempre ao fogo e, logo que um estranho entra em casa, se lhe oferece um mate”. Assim, o chimarrão marcou o estado do Rio Grande do Sul e a figura do gaúcho.

Na região sul do Brasil, e em alguns dos demais países da América do Sul, o ato de tomar chimarrão está implícito na rotina diária (ROSA, 2008). Esse hábito difundiu-se por séculos, sendo que antes do ano de 1600, apenas os índios pajés e feiticeiros utilizavam a erva-mate, tanto como parte de uma ritualização de cura, quanto como forma de conexão com os ancestrais. Depois de algum tempo, a erva-mate não se restringia somente aos pajés, uma vez que se tornou mais acessível à

tribo inteira, nos rituais sagrados, nas demais confraternizações e outros ritos. Algumas vezes, a erva-mate servia até como alimento e como fortalecimento às tribos guerreiras, mas a principal forma de consumo era como chá, ou seja, o que hoje chamamos de chimarrão (JUNGBLUT, 2008).

O chimarrão é uma “bebida identitária” que pode ser considerada tanto um costume, como uma tradição, mas também um ritual, dependendo do contexto em que se encontra (MACIEL, 2007). No decorrer da história do Rio Grande do Sul a erva-mate sempre esteve presente Rio Grande do Sul, sendo consumida pelos diferentes imigrantes: italianos, alemães e açorianos. A erva-mate tanto era consumida em forma de bebida como também era usada como moeda de troca no comércio. Enfim, o chimarrão faz parte da história do estado gaúcho, sendo um importante símbolo da cultura rio-grandense (SCHWINGEL; ZANETTE, 2008).

As diferentes formas com que os grupos humanos organizam a vida social, utilizam e transformam os elementos do meio ambiente, como percebem e manifestam suas relações com os objetos e com outras pessoas. Dito isso de outra forma, a cultura representa as variedades de modos de vida e seus processos de transformação envolvendo aspectos materiais e imateriais, palpáveis e impalpáveis de todas as concepções e práticas da vida social. (NUMMER, 2008 apud ROSA, 2008).

Além das questões culturais, por ser uma bebida natural - há no mercado consumidor uma associação de natural com saudável -, o chimarrão ganha adeptos, instigando o consumo. Tomar chimarrão representa um contexto social, cultural e econômico levando a questionamentos sobre os significados culturais, o mercado consumidor e a simbologia que permeia esse hábito, contribuindo, assim, para a compreensão das relações humanas (GEERTZ, 1989; ROCHA; ROCHA, 2007).

O hábito de consumir o chimarrão não está somente no ato do consumo como objeto, mas do fato social contextualizado pelo uso do chimarrão, cuja lembrança remete a uma tradição. A cultura, enquanto ideal, também precisa realizar uma função social, precisa oferecer, ou ao menos preservar, aqueles ideais de comunidade, identidade, ‘o bem’, etc., por meio dos quais a ordem social pode ser mantida ou criticada em nome de uma ordem melhor (SLATER, 2002).

A questão cultural de tomar chimarrão está implícita na tradição do Rio Grande do Sul, sendo elemento marcante na caracterização do gaúcho. Mesmo sem montar no cavalo e sem utilizar as vestimentas típicas, o gaúcho assume a tradição e é reconhecido no momento em que leva a bomba a sua boca (LESSA, 1986).

A tradição reporta ao modo tradicional de reproduzir algo, nesse sentido, o hábito do chimarrão pode ser classificado como uma tradição? Ou seria uma tradição inventada? Inúmeras questões antropológicas permeiam desde o preparo até o consumo. No decorrer da história, alterações e adequações do preparo e consumo foram aceitas e a natureza do ritual simbólico inerente ao passado se mantém na sociabilidade atrelada a roda de chimarrão. Assim, há uma referência histórica e sua continuidade é moldada diariamente na prática do consumo.

A saber, como tradição inventada entende-se:

...um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBBSAWM; RANGER, 1984, p. 9).

A comodidade e facilidade, características de um mercado consumidor globalizado, não estão presentes no consumo do chimarrão. Para consumi-lo, diferente do pão de queijo, comida típica do estado de Minas Gerais ou do doce de leite uruguaio, é necessário o conhecimento de como preparar, pois não se trata de uma bebida vendida pronta. Introduzir na tradição do chimarrão uma troca comercial seria modificar totalmente seu significado (MACIEL, 2007).

A antropologia define e apresenta distintas visões para as questões culturais. Tradição é invariável, mantendo a continuidade histórica (HOBBSAWM; RANGER, 1984). Portanto, cabe refletir se o chimarrão é uma tradição, tradição inventada, um ritual ou um costume. Se analisadas as alternativas, possivelmente o ato de tomar chimarrão pode ser definido de mais de uma forma. O preparo adequou-se, mas persistem as rodas de chimarrão tradicionais, como também se toma chimarrão andando, na rua, nos parques, na frente dos prédios e em vários outros locais. O chimarrão não é um traço de diferenciação social, mas está ligado à imagem de ruralidade e tradição em oposição à modernidade e ao espaço urbano (MACIEL, 2007).

O ato de tomar chimarrão é passado pela família, amigos e até pela mídia determinando e reinventado os modos de fazer e consumir, mas sem perder a essência relacionada a continuidade à tradição gaúcha, que se mantém devido a

seu significado, vindo ao encontro do termo “tradições inventadas” (HOBBSAWM; RANGER, 1984).

Portanto, independentemente de ser uma tradição, tradição inventada, ritual, costume, hábito ou outra categorização possível, o ato de tomar chimarrão é uma expressão cultural na qual o indivíduo constrói uma identidade e reforça a integração social. Associado ao consumo do chimarrão há a necessidade da produção de erva-mate, mantida pela agricultura familiar e processada na indústria para ser apresentada sob diversas formas, de acordo com a exigência do mercado consumidor.

## 2.2 HISTÓRIA DA PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA ERVA-MATE NO RIO GRANDE DO SUL

O cultivo da erva-mate ocorre majoritariamente em pequenas unidades de exploração, com utilização de mão de obra familiar. Ao realizar o levantamento da história da produção e beneficiamento da matéria prima, observa-se ao menos sete etapas que marcaram a transformação no modo de produzir, conforme documentos e relatos obtidos na área de estudo.

Desde os primórdios da transformação da erva-mate folha verde, o processamento básico se dá de três formas: sapeco, secagem e cancheamento. O sapeco é o ato de passar os ramos rapidamente sobre chamas de fogo para que seja retirada a umidade superficial presente nas folhas e ramos impedindo, assim, a oxidação do produto.

A etapa de secagem consiste na retirada da umidade interna das folhas. Para alcançar este objetivo a matéria prima fica exposta ao calor constante por um determinado período.

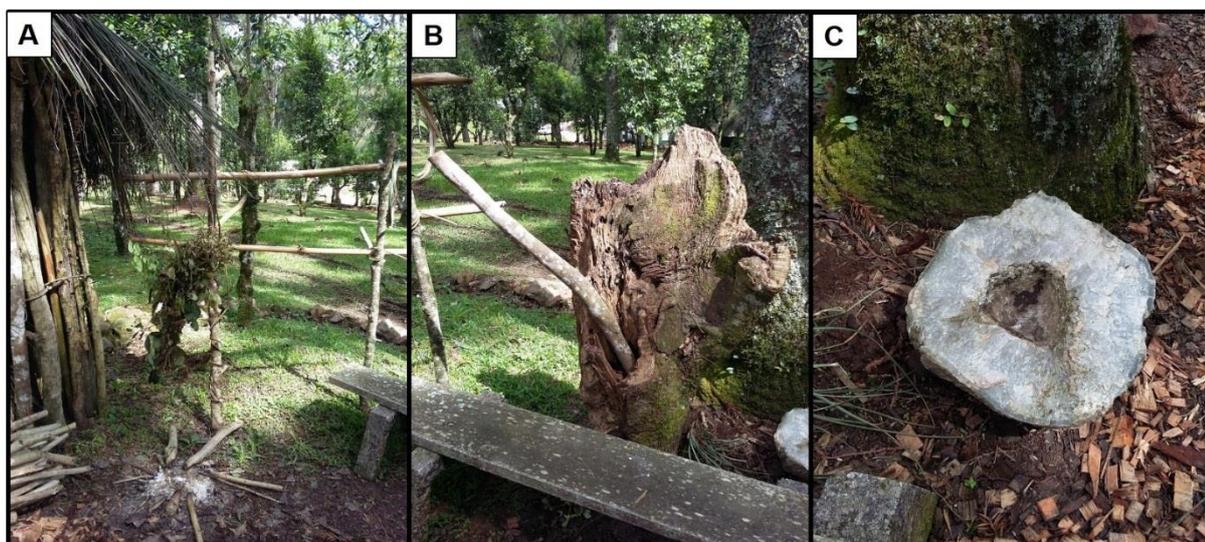
O cancheamento consiste na trituração da erva após o processo de secagem. Em seguida, a erva é peneirada e o material coletado passa a denominar-se erva cancheada. Esta pode ser usada diretamente como matéria-prima para a produção de chás ou, após passar por um processo de soque, como chimarrão.

Conforme citado anteriormente, há pelo menos sete etapas que marcaram a história de produção e transformação da erva-mate. A primeira etapa remete aos primórdios da civilização, datada a 1509, onde a erva-mate era conhecida como erva milagrosa, “caá-i” em Guarani. A extração ocorria de modo manual, pelos índios

guaranis, utilizando instrumentos de pedra ou madeira. As folhas eram sapecadas em fogueiras, tornando-as mais leves para o transporte, que, por sua vez, era realizado pelo homem, carregando nas próprias costas. Na secagem os ramos eram pendurados sobre uma pequena fogueira (Figura 2 A) por um dia e uma noite a fim de desidratar.

As folhas eram retiradas das plantas manualmente para após serem secadas e posteriormente serem “esmagadas” a fim de refiná-las. A alternativa para processá-la era um pilão de madeira (Figura 2 B) ou pedra (Figura 2 C) e o processamento ocorria de forma manual.

Figura 2 – Etapa 1: (A) Secagem da erva-mate; (B) Pilão de madeira; (C) Pilão de pedra.



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Registro realizado na Turismate<sup>2</sup> (2015).

A principal característica desta primeira etapa é o processo artesanal, em que o processamento da erva-mate estava, naquele momento, voltado para o consumo, não havendo necessidade muitas técnicas de produção. Os ervais eram abundantes e dispersos em meio a mata da região, sem a necessidade de cultivá-los.

A segunda etapa é conhecida como Erva do “Anhangá Pitá” e compreende o período de 1510 a 1659. Neste período a colheita era realizada por tarefeiros, ou seja, por um trabalhador designado para tal tarefa, com auxílio de foice ou espada

---

<sup>2</sup> Turismate é uma feira municipal realizada a cada dois anos no município de Ilópolis/RS e tem como objetivo divulgar a cultura da erva-mate.

para a poda da árvore (extração da matéria prima). Para melhor acondicionamento e transporte os galhos eram amarrados com tiras de taquara, forma de embalar conhecida como raído. O transporte do raído (Figura 3 A) era realizado até uma fogueira onde os galhos eram sapecados, tostados, ou seja, passados rapidamente sobre o fogo (Figura 3 B). O processo de secagem se dava sobre uma estrutura de madeira, chamada de carijo (Figura 3 C), elevando assim a capacidade de secagem.

Figura 3 - Etapa 2: (A) Raído sobre o meio de transporte; (B) Sapeco; (C) Carijo.



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Registro realizado na Turismate (2015).

Após permanecer por 24 horas na estrutura de madeira sobre o fogo, o raído de erva-mate está seco e vai para a cancheação, que é uma forma de triturar os galhos e folhas (Figura 4 A). Neste processo a erva-mate é acomodada sobre um couro e com uma espécie de facão de madeira bate-se para triturá-la. Após triturada, a erva é moída em pilão de madeira (Figura 4 B).

A colheita na lavoura sempre se manteve de forma semelhante, com alterações apenas nas ferramentas, que na terceira etapa era realizada por foice e facão. No cultivo da erva-mate, diferente de outras atividades agrícolas, não há um emprego de tecnologia na colheita, mas apenas técnicas e ferramentas que facilitam o trabalho do agricultor. O processamento da matéria prima, a partir do momento em que o produto passa a ser comercializado, teve incremento tecnológico, possibilitando o aumento da produção.

Figura 4 - Etapa 2: (A) Surrão de couro; (B) Pilão de madeira.



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Registro realizado na Turismate (2015).

É na terceira etapa, que data de 1660 a 1768, juntamente com a chegada da Companhia de Jesus (Jesuítas) que o processamento da erva-mate entra em sua fase industrial. Para aumentar a quantidade processada e facilitar o trabalho, a erva-mate é introduzida em um cilindro de tela movido a manivela, que fica sobre uma fogueira (sapecadeira). Ao passar pelo cilindro, em movimento espiral, a erva é sapecada (Figura 5 A). A secagem, ou seja, o período de 24 horas que a erva-mate fica suspensa sobre o calor do fogo, agora passa a ser em um local coberto (jiral) (Figura 5 B), porém afastado das demais construções, visto o risco e os inúmeros incêndios que ocorriam.

Figura 5 - Etapa 3: (A) Cilindro (sapecadeira); (B) Secagem em jiral.



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Registro realizado na Turismate (2015).

A cancheação ou trituração (Figura 6 C) também teve alterações, propiciando beneficiamento de maior quantidade de erva-mate, sendo utilizada uma moenda cravejada de estacas de madeira. A última etapa do processo de produção, que é o soque, teve a alteração mais significativa, pois a partir de então se tem o que é considerado o primeiro invento industrial para este sistema produtivo: o monjolo (Figura 6 D), que nada mais é que um pilão movido à água.

Figura 6 - Etapa 3: (C) Cancheação; (D) Monjolo.



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Registro realizado na Turismate (2015).

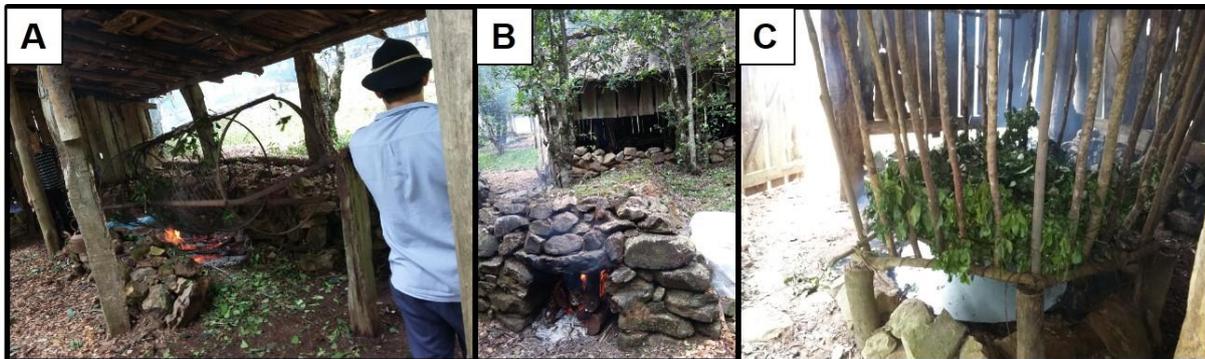
Na quarta etapa, 1769 a 1866, a extração começa a ser adaptada visando a qualidade e quantidade. A colheita para a ser realizada durante o inverno, percebendo que a erva-mate processada neste período possuía um sabor mais agradável. O transporte da lavoura até o local de beneficiamento passa a ser realizado por carroças com tração animal. Os equipamentos utilizados no processamento ganham dimensões maiores. A sapecadeira (Figura 7 A) aumenta de tamanho e o jiral, que a erva-mate permanecia por 24h e onde ocorriam muitos incêndios e perdas de produto, foi adaptado pelo sistema de barbaquá<sup>3</sup> (Figura 7 B), que conduz somente o calor até o carijo<sup>4</sup> (figura 7 C).

---

<sup>3</sup> Barbaquá local onde é realizado fogo que é conduzido por um túnel até o carijo.

<sup>4</sup> Carijo é uma armação de varas onde são dispostos os ramos da erva-mate, para que sejam dessecados pelo calor.

Figura 7 - Etapa 4: (A) Sapecadeira (B) Barbaquá (C) Carijo.



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Registro realizado na Turismate (2015).

A moenda com madeiras cravejadas (Figura 8 D), por ser maior que a da etapa anterior, passa a ser puxada por um animal e o pilão, a partir de agora, tem quatro “braços” (Figura 8 E), movidos por roda d’água, aumentando a capacidade de transformação da produção de erva-mate. Após ser cancheada, é, então, armazenada em galpões de madeira (paiol) acomodada em sacos, barris ou pequenas caixas, tendo início a utilização da balança.

Figura 8 - Etapa 4: (D) Moenda (E) Pilão



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Registro realizado na Turismate (2015).

No período compreendido entre 1867 a 1980 a industrialização passou por um processo de transformação relacionado com a mecanização e, principalmente, com a nova forma de energia a ser utilizada pela indústria. A partir deste momento

passa a ser utilizada a energia elétrica, demarcando, assim, a 5ª etapa da produção de erva-mate. A extração nas unidades não sofre alterações consideráveis, como em todas as demais etapas. Porém, uma das mudanças é o início da utilização de tratores para o transporte na lavoura (Figura 9 A) e a utilização de balança para pesagem da erva-mate folha verde, sendo adotada como medida a arroba (15 kg). Cabe ressaltar que a carroça ou carro de boi (Figura 9 B) ainda se mantém em inúmeras unidades de exploração de erva-mate, fato que se deve aos terrenos acidentados que impedem a utilização do trator ou mesmo o investimento necessário para aquisição do equipamento agrícola mecanizado. Não há um registro de período específico, mas possivelmente nesta etapa iniciam os plantios de erva-mate, deixando de ser somente uma atividade extrativa de ervais nativos.

Figura 9 - Etapa 5: (A) Trator utilizado no transporte (B) Carroça



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Registro realizado na Turismate (2015).

Nesta mesma etapa, a indústria adapta seus equipamentos para utilização motores elétricos, aumentando, conseqüentemente a capacidade de transformação da produção. A sapecadeira é movimentada por motor e polia (Figura 10 C) e o pilão tem o incremento de mais “braços” movidos, também, por motor elétrico (Figura 10D).

Figura 10 - Etapa 5: (D) Sapecadeira (E) Pilão



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Registro realizado na Turismate (2015).

A última das etapas é conhecida como a “indústria de erva-mate”, teve início em 1981 e se mantém até a atualidade. Neste período houve inúmeras alterações no modo de produzir, tanto na lavoura quanto na indústria. As unidades de exploração enfrentaram a diminuição da mão de obra disponível no campo. Como de forma milagrosa, na década de 90 começam a ser utilizados agroquímicos na “limpeza” dos ervais, substituindo as roçadas, que demandavam mais tempo e força de trabalho. Mesmo assim, “os sistemas de produção da erva-mate cultivada são, do ponto de vista ambiental, um dos que menos utiliza produtos químicos” (EMBRAPA, 2014). Na indústria, a principal alteração refere-se ao emprego da tecnologia, acelerando e dando proporções maiores aos processos. Assim, a matéria prima chega à indústria e em poucos minutos está embalada e pronta para ser destinada ao mercado.

Nas unidades de exploração, a colheita é realizada de forma manual, utilizando serras, facão e tesoura (Figura 11 A). Os raídos transformam-se em pequenos feixes, amarrados com cordas, para facilitar a retirada da lavoura até o meio de transporte (Figura 11 B). A alternativa encontrada para suprir a falta de mão de obra nas unidades de exploração é a terceirização da colheita, troca de dias de serviço com vizinhos e contratação de tarefeiros.

Figura 11 - Etapa 6: (A) Colheita (B) Pequeno feixe de erva-mate



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Trabalho de campo.

O trabalho agrícola sempre foi considerado uma atividade desgastante, não sendo diferente na produção de erva-mate. “[...] a exploração, em algumas circunstâncias, dos empregados nas atividades de poda, que nem sempre têm carteira assinada e quase sempre trabalham em condições difíceis, acaba prejudicando a imagem do setor ervateiro” (EMBRAPA, 2014).

Atualmente as plantações de erva-mate estão dispostas de forma consorciada com outras atividades agrícolas ou mesmo em forma de monocultura. A atividade extrativa de ervas nativas não é expressiva como atividade econômica, visto que a produção nas plantações de ervas cultivadas é rentável. Porém, os ervas nativos não deixaram de existir e se mantêm em meio à Mata Atlântica. “Em relação ao ambiente, é importante ressaltar que a atividade do extrativismo ervateiro pode ser considerada como uma das responsáveis pela manutenção de grande parte dos fragmentos florestais ainda existentes na Floresta de Araucária e pela conservação de genótipos de *Ilex paraguariensis*” (EMBRAPA, 2014).

Quanto à indústria, a necessidade de mão de obra é cada vez menor, visto que os processos passaram a ser automatizados. Todas as etapas são controladas mecanicamente, desde a entrada da matéria prima, temperatura de secagem até o empacotamento (Figura 12 A, B e C).

Figura 12 - Etapa 6: (C) Painel de controle (D) Início do processo de transformação da matéria prima (E) Empacotamento



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Trabalho de campo.

Todo aparato tecnológico presente na indústria proporcionou qualidade e domínio sobre o resultado do produto final, mas a necessidade de qualidade da matéria prima fornecida se mantém e é o principal fator envolvido no processo. Na última década, com o aumento do preço da erva-mate, surgiram inúmeras indústrias. Ao mesmo tempo, a disputa por mercado fez com que houvesse a valorização da qualidade e diversificação da oferta de produtos. Há uma forte ligação (interação) entre produtor, indústria e mercado de consumo, dependência que rege a dinâmica no sistema produtivo (Figura 13).

Figura 13 - Elementos envolvidos no sistema produtivo.



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Trabalho de campo.

Os três segmentos influenciam esse sistema produtivo e a sua organização, quando atua de forma conjunta, propicia ganhos não só na questão de produção, mas em toda relação social envolvida.

### 2.3 A PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DA ERVA-MATE E SUA INFLUÊNCIA NAS FAMÍLIAS RURAIS

O termo erva-mate nos remete a dois significados, a saber: a planta da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e o principal produto do processamento, também denominado erva-mate e utilizado para o chimarrão. Tratar-se-á, nesse momento, e na maior parte da tese, da planta, a qual está intimamente ligada com as unidades de exploração familiar, pois o produto atualmente é processado em sua totalidade em indústrias, uma vez que mesmo para o consumo das famílias que produzem a matéria prima tornou-se inviável a sua fabricação caseira.

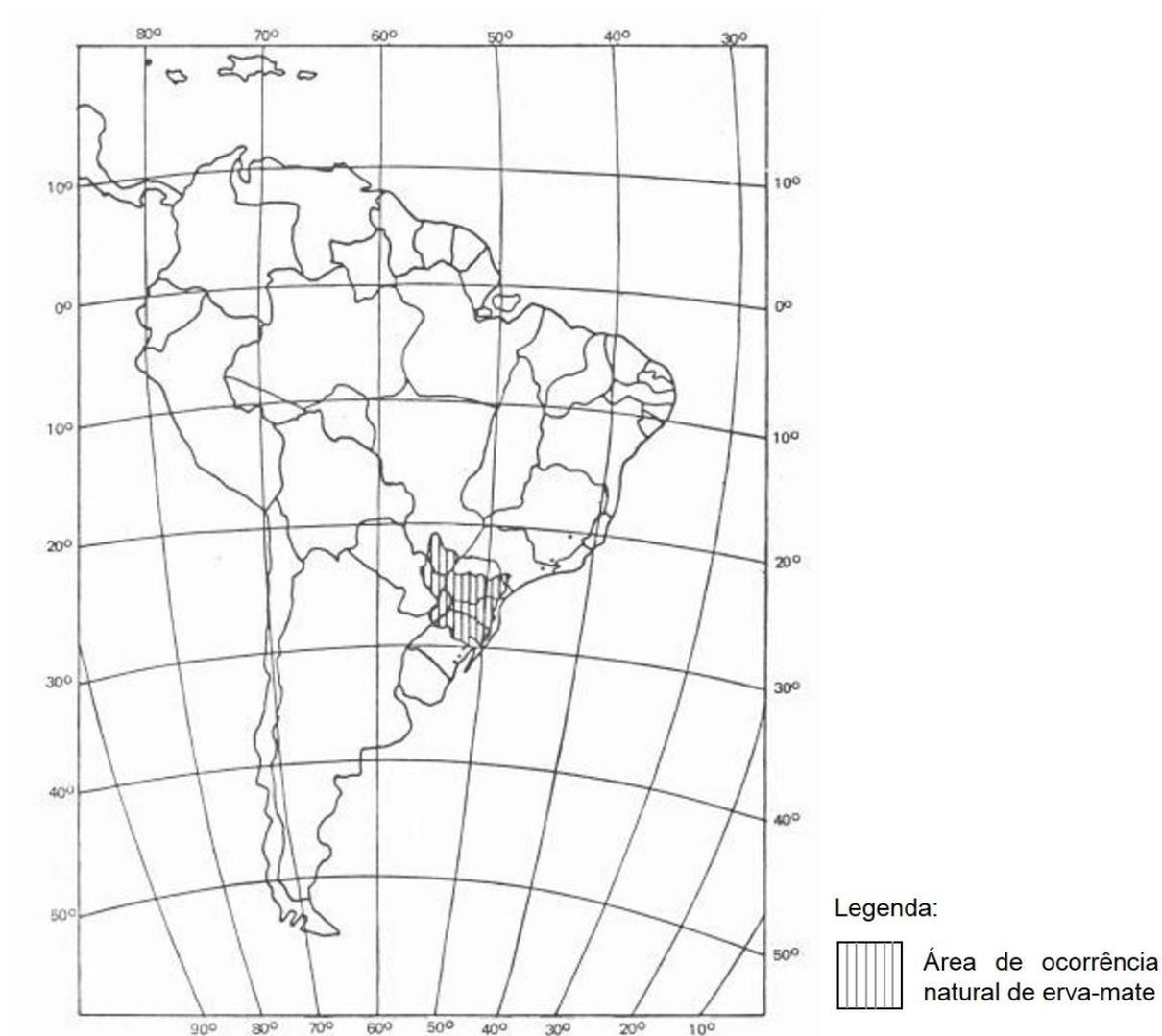
A classificação botânica para *Ilex paraguariensis* foi dada pelo francês Auguste de Saint-Hilaire, possivelmente por ter sido encontrada primeiramente no Paraguai. A maior parte da literatura disponível sobre *Ilex paraguariensis* reporta sobre sua dispersão e frisa que a concentração da espécie se dá na Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), estendendo-se ainda ao sul de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA; ROTTA, 1983). A área de ocorrência natural da erva-mate abrange Brasil, Paraguai e Argentina, sendo mais de 80% deste total situado no bioma brasileiro Mata Atlântica (ALEGRE et al., 2007)

A distribuição espacial da produção de erva-mate em lavouras ou a própria ocorrência natural (conforme Figura 14) limita-se entre os paralelos 20° S e 30° S e os meridianos 40° W e 60 W. No Alto do Vale do Taquari os ervais concentram-se nos municípios de Arvorezinha, Ilópolis e Putinga, municípios com a seguinte localização geográfica: Arvorezinha 28°52' S 52°11' W; Ilópolis 28°56' S 52°08' W; Putinga 29° S 52° 09' W. Esta é uma área limítrofe, pois a partir dos 30° S, no Rio Grande do Sul, diminui a altitude.

A erva-mate ocorre preferencialmente em regiões de altitudes maiores, como a dos planaltos sul-brasileiros. No Brasil, a faixa de variação altitudinal de maior predominância de ocorrência natural está entre 500 e 1500 metros, abrangida pela região bioclimática para reflorestamento chamada de submontana superúmida (GOLFARI et al., 1978).

Neste contexto espacial, a distribuição dos ervais engloba diferentes zonas climáticas, topográficas e geográficas que permitem uma diversidade de condições ecológicas às áreas de ocorrência da espécie. A espécie cresce de forma natural (nativa), espontaneamente, em regiões constituídas por matas de araucária angustifolia e matas subtropicais do sul do Brasil.

Figura 14 - Distribuição natural da erva-mate na América do Sul.



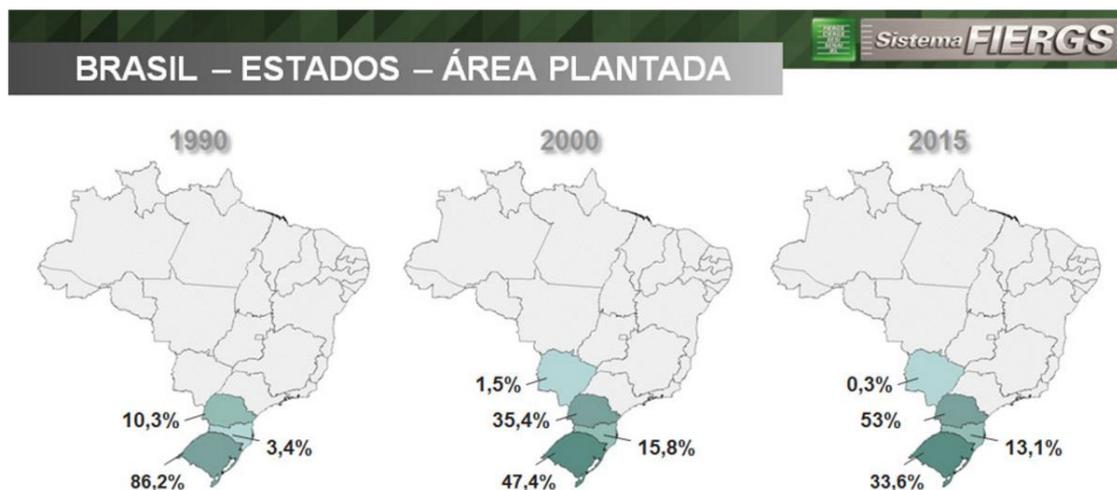
Fonte: Oliveira; Rotta (1983).

A amplitude das coordenadas de ocorrência da erva-mate reporta a características físicas distintas do terreno, instigando uma provável variabilidade genética, relacionada diretamente à distribuição geográfica. No que se refere a variabilidade, em algumas áreas, pode haver aumento da produtividade e melhoria da qualidade do produto comercial, peculiaridades devidas à influência do meio.

Atualmente, quatro estados brasileiros concentram toda a produção de erva-mate nacional. O estado de Mato Grosso do Sul passou a produzir erva-mate em 1997. Em 1990, o estado do Paraná tinha uma área plantada de 881 ha (10,3%), Santa Catarina 293 ha (3,4%) e o Rio Grande do Sul 7.341 ha (86,2%). No ano de 2000, Paraná tinha 28.994 ha (35,4%) de áreas com cultivo de erva-mate, Santa Catarina 12.884 ha (15,8%), Rio Grande do Sul 38.773 ha (47,4%) e Mato Grosso

do Sul 1.193 ha (1,5%). Em 2015, o estado do Paraná passou a ter 52.326 ha (53%) de área plantada, Santa Catarina 12.932 ha (13,1%), Mato Grosso Do Sul 314 ha (0,3%) e o Rio Grande do Sul 33.137 ha (33,6%), perdendo participação relativa nas últimas duas décadas (Figura 15) (SINDIMATE, 2017).

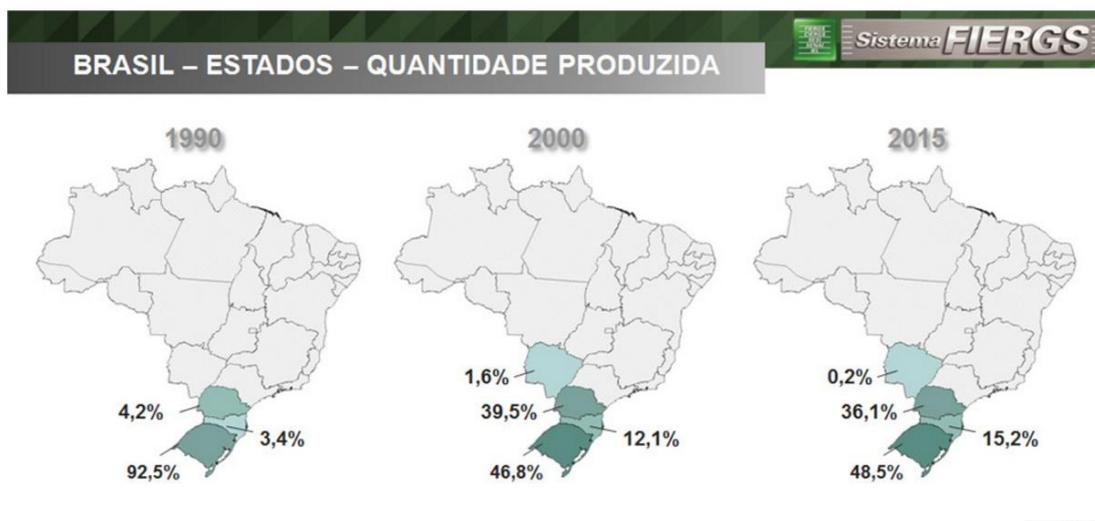
Figura 15 - Área Plantada com Erva-mate nos anos 1990, 2000 e 2015.



Fonte: Sindimate (2017).

No período entre 1990 e 2015, o Brasil apresentou crescimento elevado em sua produtividade, totalizando 455.827 toneladas. No ano de 1990, o estado do Paraná produziu uma média de 6.106 t (4,2%), Santa Catarina 4.996 t (3,4%) e Rio Grande do Sul 135.970 t (92,5%). Em 2000, a produção no Paraná foi de 206.188 t (39,5%), em Santa Catarina foi de 63.203 t (12,1%), no Rio Grande do Sul foi de 244.477 t (46,8%) e em Mato Grosso do Sul foi de 8,151 t (1,6%). Em 2015, o Paraná produziu cerca de 217.851 t (36,1%) de erva-mate, Santa Catarina 91.349 t (15,2%), Rio Grande do Sul 292.386 t (48,5%), enquanto que Mato Grosso do Sul produziu 1.313 t (0,2%) (Figura 16) (SINDIMATE, 2017).

Figura 16 - Produtividade de erva-mate nos anos 1990, 2000 e 2015.



Fonte: Sindimate (2017).

Destaca-se que a lavoura de erva-mate pode ser implantada como único cultivar, em consórcio com culturas anuais, em sistema agroflorestal, etc. A partir do segundo ano da realização do plantio o erval começa a produzir, mas será somente a partir do nono ano que o produtor terá um retorno expressivo, que corresponde a aproximadamente 6kg de matéria prima por planta (ao ser processada na indústria esses 6kg renderão aproximadamente 2 a 3kg de erva-mate para o chimarrão).

É importante compreender que o cultivo de erva-mate é um típico caso de sistema agroflorestal (SAF), tema estudado e discutido pela Embrapa Florestas. Assim como as demais atividades agrícolas, quando bem empregado traz benefícios. Os autores Passos e Couto (1997), colocam entre as vantagens dos SAFs as questões ecológicas, econômicas e sociais, quando comparadas aos sistemas de produção agrícola tradicionais.

A legislação brasileira, através da resolução nº 425 do CONAMA, define sistemas agroflorestais como: sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes (BRASIL, 2010).

No que se refere as vantagens ecológicas cita-se a conservação do solo, da água e da fauna, aumento da biodiversidade e diminuição da degradação ambiental local. A economia é beneficiada pelo aumento da renda líquida por área da

propriedade, pois é possível conciliar produção agrícola e florestal em uma mesma área. E, por último, a questão social, que possivelmente seja a mais relevante ao se tratar do meio rural. As vantagens sociais referem-se a utilização e distribuição da mão de obra, impedindo a ociosidade e contribuindo para a manutenção da população rural, com melhores condições para se trabalhar e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida do produtor.

Nos estudos sobre sistemas agroflorestais com erva-mate e culturas anuais Da Croce et al., (1997) em suas análises observaram menores ataques de pragas, mostrando maior equilíbrio ambiental nesse tipo de prática se comparado com a produção tradicional.

No Alto do Vale do Taquari, devido as características acidentadas do terreno, a produção ervateira tornou-se a atividade mais sustentável e viável para as unidades de exploração familiares. Grande parte da variação da área plantada, observada na Figura 15, deve-se a substituição dos ervais por outras atividades, que geralmente ocorre em períodos em que o valor pago pelo produto é baixo ou quando outros cultivos agrícolas anuais, de retorno econômico rápido, estão em alta no mercado, como é de costume ocorrer com o milho, soja e similares.

O aumento da demanda pela matéria-prima tem contribuído para a manutenção econômica das unidades de exploração. Esse aumento refere-se principalmente à diversidade de utilização da erva-mate (Tabela 1). Tradicionalmente a utilização é para o chimarrão, tererê e chás, sendo o chimarrão é responsável por um terço do consumo no Sul, embora exista uma série de produtos nos quais a erva-mate está presente. Em regiões mais quentes o consumo de erva-mate ocorre por meio de bebidas geladas (MACCARI JUNIOR; SANTOS, 2000).

Tabela 1 – Utilização da erva-mate

Aplicação	Produtos
Alimentos	Chá solúvel, chimarrão, tererê, chá tostado, cerveja, vinho, sucos, bebida láctea, refrigerante, mate com café, bebidas energéticas e funcionais, Gelatinas, sorvetes, cremes, pudins, barras de cereais, balas, goma de mascar, massas alimentícias, pães, biscoitos, chocolates, aroma, antioxidante, conservante e corante.
Cosméticos	Pó facial, talcos, maquiagens, sabonetes, sabões Soluções, loções de beleza, óleos cosméticos, desodorantes, águas perfumadas, odorizantes, xampus, Creme, gel, emulsões, maquiagens, máscaras faciais
Medicamentos	Pós, extratos, cápsulas, comprimidos, tintura, infusão, extrato líquido, antioxidante, corante, antimicrobiano

Fonte: Adaptado de Berté (2011).

Conforme Carvalho (2003, p. 465), as folhas de erva-mate são utilizadas para fins medicinais na forma de chás estimulantes, diuréticos, estomáquicos e sudoríficos, além da atuação do componente nieroquina, anti-inflamatório natural do sistema urogenital. São citados também benefícios ao aparelho circulatório, como no tratamento de arteriosclerose e hipertensão, assim como para o aparelho respiratório, no tratamento de bronquite e pneumonia (MEDRADO, 2003).

A produção de cosméticos a partir de folhas de erva-mate já era citada nos anos 2000 por Paula e Chociai (2000, p. 79), mas a utilização principal para esse fim ocorria em países do hemisfério Norte. A produção de cosméticos é derivada do extrato de erva-mate e a matéria prima a ser utilizada para tal fim é oriunda de unidades de exploração com certificação. Atualmente no Alto do Vale do Taquari há um produtor que fornece matéria prima para a Natura e, também, uma empresa que utiliza erva-mate em toda sua linha de cosméticos.

Uma gama de produtos inovadores, focados em atender o mercado consumidor, tem surgido a partir da utilização da erva mate como matéria prima. Em Ilópolis identificou-se a produção de uma linha de chás de infusão (Figura 17), os quais possuem peculiaridades voltadas a atender as características de cada região brasileira, tendo a erva-mate como ingrediente principal e uma mistura de ervas tradicionais de cada umas das regiões brasileiras.

Figura 17 - Linha de produtos: chás de infusão



Fonte: Inovamate, 2018.

A empresa familiar, gerenciada por uma geógrafa e seu marido, iniciou suas atividades a partir de um projeto de incubação externa em uma instituição privada de ensino superior, havendo uma série de estudos científicos objetivando levar ao mercado um produto totalmente natural e equilibrado em seu potencial benéfico a saúde. No ano de 2018 a empresa Inovamate lança a linha de chás Matequero.

O intuito inicial da linha de produtos Matequero foi de garantir a venda da produção de matéria prima (erva-mate) da propriedade da família Roman. Havia a necessidade de encaminhar a produção ao mercado, mas o processamento de erva-mate para chimarrão possuía grande oferta na região. Assim, um produto diferente, ao mesmo tempo visto como audacioso, poderia resultar em bons frutos. Inúmeras dificuldades foram relatadas, pois, trata-se de algo diferente ao tradicional e cultural e, de forma natural, a dúvida e rejeição se fazem presentes entre os descendentes de italianos. Assim, o apoio dos familiares nem sempre está presente e ao envolver pesquisas científicas o tempo dedicado a elas, por mais que traga resultados, não é considerado como trabalho.

Diante dos bons resultados e aceitação dos chás no mercado, a família encaminhou e obteve a certificação orgânica de 3ha da propriedade, planejando

assim no futuro a certificação da indústria e do produto final, buscando maior agregação de valor à produção e atribuindo um diferencial aos chás (infusões).

Nas conversas realizadas, os atores envolvidos relatam a participação no desenvolvimento da pesquisa intitulada “Valoração nacional da *Ilex Paraguariensis*. Por meio de chás, associados à comprovação científica”, procura aumentar o consumo da erva-mate nas diferentes regiões do Brasil. Assim, a família Roman e seus parceiros constituem novos horizontes para suas atividades.

O que chama atenção nessas novas formas de produzir, com diferenças do modelo convencional, aliando técnicas e tecnologias e criando opções de produtos à base de erva-mate para o mercado, é a valorização e respeito pelo sistema produtivo. Ao mesmo tempo que preserva, se torna uma vantajosa publicidade aos olhos do consumidor.

A demanda por produtos saudáveis, de origem orgânica, tende a ganhar espaço diante do consumidor. Porém, o grande empecilho refere-se ao poder aquisitivo da população, visto que os produtos orgânicos possuem um preço mais elevado que os convencionais. Essa diferença, no caso da erva-mate, está ligada a necessidade de mais cuidados para produzir, especialmente no manejo dos ervais.

Os preços pagos aos produtores pelos produtos orgânicos têm sido bastante atraentes, o que poderia compensar o uso mais intenso de mão de obra, uma produtividade provavelmente menor no início da produção e os custos de certificação, fatores muitas vezes mencionados pelos produtores. Já a menor produtividade das lavouras não tem se mostrado uma verdade absoluta, pois já foram registrados casos de manutenção ou mesmo de aumento do rendimento físico da lavoura desde o início da utilização do manejo orgânico (ORMOND et al., 2002, p. 16).

Ao analisar as famílias envolvidas nesse contexto de produção de erva-mate orgânica observou-se que as alterações no modo de produzir ocorreram em áreas específicas onde buscaram a certificação. A implementação de técnicas teve resistência entre os membros da família e os produtores foram influenciados a alterar a maneira de produzir a partir da proposta colocada pela indústria. Houve casos de desistência em produzir de forma orgânica, pelo excesso de trabalho, falta de mão de obra e até mesmo por descuido no manejo e consequente desligamento. Em grande parte das unidades de exploração não há uma garantia de sucessão e a família trabalhadora formada por poucos indivíduos e com idade avançada.

Ao mesmo tempo que exige maior dedicação e trabalho, a produção orgânica tem o retorno através da valorização do consumidor que busca esse produto específico e pela indústria, a qual paga cerca de 40% a mais em relação a matéria prima convencional. Assim, retoma-se o questionamento sobre a influência da produção de erva-mate orgânica na reprodução social e sucessão nas unidades de exploração. De antemão afirma-se, pela constatação da iniciativa e pelo objetivo da mudança no modo de produzir, que pode haver influência da produção de erva-mate orgânica na reprodução social das famílias. Porém, da mesma forma ocorre em relação aos envolvidos na produção convencional.

Por tratar de pequenas unidades, na maioria, são os membros da família os responsáveis pela produção e manutenção da lavoura. Assim, existe a necessidade do aprendizado do ofício e da gestão desta unidade de exploração para garantir a continuidade e a sucessão. Esses questionamentos nos levaram a tentar compreender se ocorre, como ocorre e quais os elementos ligados à produção orgânica que estimulam a manutenção das unidades de produção e dos jovens no campo.

A cultura disseminada entre as famílias de imigrantes italianos é extremamente marcante e algumas características, como a teimosia, são clássicas entre os descendentes e influenciam nas decisões. Ao mesmo tempo, há respeito e certo temor em relação ao chefe da família, atribuição que na maioria dos casos é atribuída ao pai (ente mais velho do sexo masculino). Diante disso, há dificuldade em alterar a maneira como tarefas, produção e planejamento são realizados na propriedade, influenciando na produção e reprodução social dentro dessas famílias.

A literatura, ao retratar estudos sobre a reprodução social nas famílias rurais, mostra a negação dos filhos em permanecer no meio, reproduzindo a maneira como seus antecessores vivem. Nesse sentido, Abramovay et al., (1998) coloca que, no passado, ser filho de agricultor significava ser agricultor, mas atualmente, nas mesmas condições de convivência na propriedade, o jovem não mais se autodetermina agricultor e não há interesse em reproduzir a ocupação e modo de vida dos pais. Em pesquisas como as de Brumer e Spanevello (2008) a situação é reforçada por resultados como: 27% das moças e 19% dos rapazes do sul do Brasil não pretendem permanecer no meio rural como agricultor.

Com a saída dos jovens do meio rural crescem as dificuldades de reprodução social. As poucas perspectivas disponíveis na agricultura levam a ausência de sucessores para dar continuidade as propriedades familiares.

A evasão do campo e a resistência dos filhos em reproduzir as atividades dos pais e dar continuidade na propriedade vem de fatores como renda, dificuldades do trabalho agrícola e desvalorização da ocupação (BRUMER e SPANEVELLO, 2008). Porém, se analisarmos a produção orgânica, não só de erva-mate, mas também outras cultivares, o trabalho tem mais valor.

Desde a década de 80 (Tabela 2) a população rural brasileira tem um crescimento populacional negativo. A mudança ou mesmo estabilização deste cenário parece distante, pois as políticas públicas são insuficientes para garantir condições mínimas do agricultor enfrentar as dificuldades existentes. A reprodução social na agricultura familiar é fortemente afetada pelo êxodo de seus membros.

Tabela 2 – Taxa de crescimento anual da população brasileira

Período	Rural (%)	Urbana (%)
1950	1,60	3,91
1960	1,55	5,15
1970	0,57	5,22
1980	-0,62	4,44
1991	-0,67	2,97
2000	-1,31	2,47

Fonte: IBGE, 2007.

A aproximação do rural com o urbano alterou as perspectivas de permanência dos filhos na agricultura. As modificações estruturais observadas no meio rural e na agricultura após a década de 70 instigou o fluxo migratório campo/cidade. As transformações referem-se a difusão automobilística, acesso a comunicação, políticas governamentais de escolarização e a mecanização agrícola. Tais processos levaram a abertura social, econômica e cultural do meio rural.

A maioria das propriedades rurais do Brasil são classificadas como de agricultura familiar. Conforme dados do IBGE (2006), de um total de 5.175.489 estabelecimentos brasileiros, 4.367.902 são de agricultura familiar, ou seja,

representam mais de 84% do total. Porém, ao analisarmos a área ocupada vemos que a representatividade é muito menor, pois somente 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros é ocupada pela agricultura familiar.

As mudanças socioeconômicas afetam fortemente a estrutura da agricultura familiar, pois as propriedades são mais susceptíveis a qualquer processo, por fragilidades de capitalização, inserção no mercado, capacidade produtiva e limitação territorial. Observa-se que a principal alteração causada pelo êxodo rural relaciona-se com a organização do trabalho familiar, as relações sociais dos pais com os filhos e o capital social. O trabalho é dividido entre os membros da família que permaneceram na propriedade. Porém, em muitos casos a família resume-se ao pai e a mãe, ambos com idade avançada e sem condições físicas de desenvolver as atividades rurais. As relações entre pais e filho alteram-se, pois o convívio e objetivos não possuem mais uma aproximação. Contudo, os saberes transmitidos não são esquecidos e em conversas, mesmo após décadas, nota-se o orgulho da origem no campo.

Os processos de acesso e adoção de tecnologias tendem a serem acelerados no meio urbano. Logo, na comparação urbano/rural há uma visão negativa sobre o segundo. Devido à escassez populacional, a ação do capitalismo em áreas rurais parece ser mais lenta que no urbano, o que gera uma percepção associada a lugar de atraso e ausência de certos elementos, considerados privilégios do urbano, entre os quais se podem citar a questão de férias, salário fixo, entre outros.

A estrutura presente na propriedade é fator fundamental ao tratar de sucessão familiar. A possibilidade de sucesso e investimento nas atividades desenvolvidas dependem das condições existentes. Os filhos são atraídos pelas atividades da família se há perspectivas de sucesso futuro. Assim, pôde ser observado, ao se tratar da produção orgânica de erva-mate, que há entusiasmo pelo modo diferenciado de produzir e pela valorização deste trabalho, descaracterizando o produzir por produzir e recriando o apego pelo lugar de produção, este apego que esteve presente nos avós e pais ao conquistarem suas terras.

Nos estudos franceses Champagne (1986) observou as condições estruturais dos estabelecimentos como fatores determinantes na sucessão. Segundo o autor, os menores estabelecimentos e com menor potencial produtivo tinham menores possibilidades de sucessão. Mesmo diante de poucas condições de sucessão, a reprodução social das famílias rurais mostra-se presente na busca por alternativas

que possibilitem uma vida melhor aos filhos, seja permitindo o acesso à educação ou mesmo em outras atividades de trabalho, ligadas ao campo ou não.

Conforme Almeida (1986), as famílias de agricultores têm sua reprodução social ligadas a duas dimensões: a reprodução de ciclo curto e a reprodução de ciclo longo. A reprodução de ciclo curto é a combinação de fatores ligados ao trabalho, conhecimento tradicional e recursos naturais, ou seja, são as condições necessárias para a sobrevivência naquele momento. Na reprodução de ciclo longo observam-se aspectos ligados a geração e perpetuação das famílias, ou seja, através dos nascimentos, casamentos, mortes e heranças.

A permanência dos filhos no campo depende especialmente das condições internas familiares. Brumer (2000) define as condições sociais e econômicas que mais influenciam nesse processo. Segundo o autor, a sucessão e reprodução social na agricultura familiar tem como determinante: viabilidade econômica do empreendimento, pela geração de renda adequada, se comparada a outras alternativas possíveis; qualificação do agricultor para integrar o mercado competitivo; oportunidades e estratégias de obtenção de rendas complementares; relações entre pais e filhos; relações de gênero. Portanto, se analisarmos as famílias envolvidas na produção de erva-mate, a partir das condições colocadas por Brumer (2000), observa-se o atendimento parcial dessas condições para sucessão e, conseqüentemente, reprodução social.

Alguns processos seguem o fluxo natural da vida, porém a influência do meio pode ser determinante para o rumo de uma propriedade rural familiar. Os autores Burton e Walford (2005) colocam como sendo quatro os estágios presentes no processo sucessório de uma família: quando as crianças dedicam seu tempo aos estudos e iniciam os trabalhos na propriedade sob a supervisão dos pais; a participação das crianças no trabalho; a delegação de responsabilidades aos filhos; e a transferência do patrimônio para a próxima geração.

No sul do Brasil, nas propriedades familiares rurais os filhos convivem e trabalham com seus pais, mas o modelo de sucessão é tardio e há pouca participação dos filhos nas tomadas de decisões (PAULILO, 2004). Os filhos só assumirão a sucessão em caso de morte ou aposentadoria do pai (GASSON; ERRINGTON, 1993). O retardo no processo pode ser um fator limitante na reprodução social e sucessão familiar da propriedade. Tal proposição é justificada pela ânsia do filho jovem em tomar decisões e ter sua independência financeira.

Assim, a pouca participação acaba desanimando o jovem, que busca outras alternativas de vida.

Da mesma forma, as propriedades produtoras de erva-mate orgânica possuem modelo de sucessão tardio e, mesmo assim caracterizada a sucessão, há participação do pai no desenvolvimento das atividades. A mudança da produção convencional para orgânica é uma decisão tomada, na maioria dos casos, por um dos membros da família. Conforme mencionado anteriormente, há uma ligação entre os produtores e a agroindústria, de forma semelhante aos CAIs, mas informal, sem nenhum contrato. Observou-se que o elemento primordial para produzir de forma orgânica foi a apresentação da proposta da indústria a um grupo de agricultores e, ao que tudo indica, a aceitação da proposta possui motivação econômica.

Assim, o sistema produtivo de erva-mate é constituído por peculiaridades socioeconômicas, culturais e ambientais, gerando características próprias e singulares. Entre as singularidades destaca-se a motivação para o surgimento das primeiras áreas de erva-mate orgânica e da diversificação dos produtos para além do chimarrão. Conforme relatos dos agentes pioneiros do processo, a iniciativa ocorreu em 2013/2014 a partir da vinculação nos veículos de imprensa de que haveria contaminação de metais pesados na erva-mate. Tal informação não foi confirmada e possivelmente tratava-se de estratégias de mercado, visto que na época havia uma supervalorização do produto. O temor de não ter mercado para os produtos que utilizavam agroquímicos, que seriam os responsáveis pela contaminação, fez com que fosse apresentado o modelo de certificação por auditoria e, conseqüentemente, a adequação das lavouras e da indústria para esse modo de produção.

Após esse período o setor ervateiro estabilizou-se, mantendo sua produção e preço. Para melhor entender o sistema produtivo de erva-mate de Ilópolis é importante sua caracterização, por isso apresentamos as informações mais relevantes desse setor produtivo no próximo capítulo.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO DE ERVA-MATE ORGÂNICA EM ILÓPOLIS/RS**

Ao estudar a produção de erva-mate orgânica deve-se, também, levar em conta o entorno do espaço produtivo. O nordeste do estado do Rio Grande do Sul, região da serra gaúcha, caracteriza-se pela predominância de pequenos municípios, muito próximos um ao outro, sendo muitas vezes imperceptível o limite geográfico entre eles. Portanto, especificamente nesse caso, seguir a delimitação de um município poderia não ser suficiente para abranger a totalidade dos produtores, o que remete à necessidade de buscar os produtores sem a preocupação severa com os limites municipais, ressaltando-se que cerca de 90% dos produtores familiares de erva-mate orgânica da região pertencem ao município de Ilópolis.

Inicialmente é preciso compreender que um estudo da geografia agrária só ocorre por meio da interação dos elementos do complexo a ser estudado, ou seja, é um conjunto do qual não se pode analisar um só aspecto separadamente buscando um resultado (ROCHEFORT, 1964). Tratando-se de uma estratégia local para o desenvolvimento rural, baseado em Diniz (1984), entende-se, portanto, filiar-se como uma vertente da geografia crítica.

O autor coloca que podem ser observado dois enfoques dominantes na geografia agrária atual. O primeiro, essencialmente teórico, econômico e quantitativo, buscando leis e trabalhando com modelos. O segundo enfoque, mais social, preocupando-se com as condições de vida da população rural, a apropriação dos meios de produção por diferentes classes sociais e as questões de desenvolvimento rural (DINIZ, 1984).

Seguindo a interpretação do autor, observa-se a ligação desse estudo com o segundo enfoque, no qual o sujeito é o ator principal e as transformações são derivadas de suas ações. Não se descarta a importância do primeiro enfoque, uma vez que, através de dados, confirma ou não a evolução das atividades agrícolas.

A partir da ECO92 os estudos geográficos adentram as questões ambientais e mais recentemente as questões relacionadas a produção sustentável. Os fatores econômicos, no que diz respeito à agricultura e ao rural, sentem os efeitos das reestruturações, sejam elas, produtivas ou institucionais e podem ser percebidos em múltiplas dimensões. Primeiro, surgem os mercados, aceleram-se as trocas

comerciais e intensifica-se a competitividade; segundo: as cadeias agroalimentares que monopolizam a produção e o comércio atacadista restringem a participação nestas relações de troca de imensas regiões produtoras (REARDON e BERDEGUÉ, 2003). Assim, uma atividade pioneira tem a vantagem por apresentar um diferencial, porém, havendo sucesso poderá arcar com o ônus do mercado capitalista.

A busca pelo desenvolvimento rural seria uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais, e das próprias unidades familiares. Em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista, representaria uma possibilidade de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência desenvolvida por unidades familiares rurais que buscam, através de seu esforço e disposições, incrementar as possibilidades de garantir sua reprodução (PLOEG et al., 2000).

Assim, nota-se a importância do papel do agricultor nessa abordagem de desenvolvimento rural, no qual ele ganha espaço em suas práticas produtivas, dominando as tecnologias, tomando suas próprias decisões e controlando o processo. Enfim, esse seria passo principal para o agricultor decidir sobre seu modo de vida e poder trabalhar nos marcos de uma sociedade capitalista.

A produção orgânica de erva-mate é recente, surgida nos últimos anos, ou seja, nesse momento trata-se do estudo que acompanha o início de um processo. No mundo, a relação com a produção orgânica começou a ser tratada por volta de 1920. No Brasil, somente nos anos 70 surgiam movimentos filosóficos relacionados com tal modo de produção e com o retorno do contato com a terra, contrapondo os preceitos consumistas da sociedade moderna. A recusa do uso do pacote tecnológico da chamada agricultura moderna, insumos sintéticos, agroquímicos e movimentação do solo aliou a vertente ecológica ao movimento. A comercialização dos produtos obtidos era feita de forma direta, do produtor ao consumidor, e tinha como clientes aqueles que propugnavam filosofias análogas, assemelhando-se a uma “ação entre amigos” (ORMOND et al., 2002).

Questões relacionadas a preservação ecológica e alimentação saudável instigaram a clientela dos produtos orgânicos na década de 80, o que fez surgir muitas das cooperativas de produção e consumo de produtos, além de restaurantes dedicados a esse tipo de alimentação. Com a ECO92 os produtos orgânicos ganharam espaço em supermercados. Porém, um mercado em ascensão atrai empreendedores que visam a ocupação desse espaço para obter lucro. Mesmo

seguindo os preceitos técnicos da agricultura orgânica, há um distanciamento com a filosofia que deu origem ao movimento (ORMOND et al., 2002).

O sistema produtivo de erva-mate na região de Itaipava é diverso e seu desenvolvimento está atrelado principalmente com a exploração econômica da atividade. Com essas características de produção voltadas a exploração rentável da atividade foram identificados os produtores convencionais e grande parte dos produtores orgânicos certificados. De modo diferente, em algumas propriedades não se usam agroquímicos, não há certificação e, por convicção, difundem-se práticas agroecológicas na produção. Para compreender e analisar um sistema produtivo é importante trazer a relação histórica da propriedade da terra.

### 3.1 PRODUÇÃO AGRÍCOLA E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA TERRA

Para entender os processos de desenvolvimento do setor agrícola brasileiro e local cabe retomar estudos históricos sobre o surgimento e desenvolvimento da exploração agrícola, bem como da formação das propriedades rurais. Neste sentido, pode-se afirmar que a exploração agrícola tem sua conformação nas origens coloniais, baseando-se nas grandes, médias e pequenas propriedades.

A partir da identificação das características das propriedades envolvidas na produção ervateira é possível analisar e comparar historicamente os fatos que influenciaram e contribuíram para a atual organização espacial do meio rural e, também, compreender a exploração da erva-mate no Alto do Vale do Taquari.

O modo de produção agrícola passou por várias revoluções no decorrer do tempo. Pode se dizer que a primeira refere-se ao uso da tração animal e substituição do pousio<sup>5</sup>, com adoção do cultivo anual, possibilitado pelo maior rendimento do trabalho a partir da utilização da força animal. Os plantios eram intercalados com forragens e leguminosas. O cultivo e a criação de animais formaram progressivamente os alicerces das sociedades europeias. E o longo acúmulo de produção acabou por provocar um dos mais importantes saltos de qualidade da civilização humana: o fim da escassez crônica de alimentos (VEIGA, 1991).

A utilização de fertilizantes orgânicos, provindos da criação de animais, o plantio de forrageiras e leguminosas não eram novidades, pois essas técnicas eram

---

<sup>5</sup> O pousio é a interrupção de um ou mais anos sem plantar uma mesma área, para a recomposição da fertilidade, exigindo sempre novas áreas para cultivo.

utilizadas anteriormente em jardins e pomares (VEIGA, 1991). Houve, portanto, uma adaptação da prática utilizada, visando retorno econômico, por meio de uma maior e mais rápida produção. Junto com o benefício do fim da escassez crônica de alimentos alterou-se o ciclo natural de produção.

A segunda Revolução Agrícola marca o fim da totalidade da produção sem a utilização de produtos químicos. O alemão Justus Von Liebig, em 1840, traz a teoria da nutrição mineral das plantas, dando o primeiro passo para o surgimento da agricultura chamada de moderna. A partir da utilização exclusiva de substâncias químicas no solo era possível produzir e obter bons resultados, sendo considerado o fator principal necessário para o domínio da natureza e, assim, combater a miséria no mundo (EHLERS, 1994).

Entre 1960 e 1970 os setores de química, genética e mecânica estiveram voltados a atender o novo mercado ascendente, o da agricultura. Segundo Navarro (2001, p. 83-84), após lenta acumulação de inovações anteriores, constituiu-se uma nova e acabada “compreensão de agricultura”, [...] Alicerçada no que foi genericamente intitulado de “revolução verde” que se materializou fato sob um padrão tecnológico.

Por fim, a Revolução verde veio como alternativa para o domínio total da natureza pelo homem, a partir da utilização de agroquímicos e adubos sintéticos, aliados às máquinas, equipamentos, energia e pesquisas genéticas (BEZERRA; VIEGA, 2000). A abertura de espaços não era suficiente aos objetivos da Revolução Verde. Era preciso desestimular a agricultura “tradicional”, considerando-a antiquada e ultrapassada (VALDINOCCI, 1979).

No decorrer dos anos a agricultura dita como moderna não conseguiu conquistar a hegemonia pretendida. As consequências do uso desordenado da natureza se fazem presentes no cotidiano mundial e são perceptíveis diariamente. A segurança de produzir de forma indiscriminada trouxe: erosão e perda da fertilidade dos solos; destruição florestal; dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem, do campo e dos alimentos (EHLERS, 1994, p. 24).

Diante do esclarecimento dos riscos e consequências visíveis, muitos produtores e consumidores passaram a retomar o modelo de produção e consumo praticado até a primeira Revolução Agrícola. Os riscos e os acidentes da agricultura moderna provocaram reações críticas da sociedade e o consumidor questiona a

utilização de agroquímicos. Assim, surgem as discussões sobre segurança alimentar na tentativa de garantir acesso a alimentos saudáveis que não venham causar risco à saúde (SPERS, 2000).

A fatia do mercado consumidor que trouxe à tona novas exigências, e a não aceitação de alimentos com procedência da moderna agricultura química padronizada, abriu espaço para a valorização dos produtores que se mantiveram na forma tradicional de produzir, dos que alteraram o modo de produção para convencional, mas retornaram aos vínculos antigos. Valendo-se do espaço de mercado, também surge a chamada indústria do orgânico, visando vantagem econômica no mercado.

As práticas tradicionais de produção estiveram mais preservadas na agricultura caracterizada como familiar. Descapitalizada, em muitos casos, essa agricultura não teve acesso aos pacotes tecnológicos de modernização agrícola. Por outro lado, pelas características das propriedades, não caberia o implante de tais tecnologias. Então, o que era atrasado, em comparação ao moderno modo de produção, teve sua revalorização.

### **3.1.1 Surgimento e caracterização das unidades de exploração familiares**

As pequenas propriedades coloniais surgidas no processo de imigração europeia originaram o que hoje denominamos de agricultura familiar (LAMARCHE, 1993) e que caracterizam a colonização na área de estudo. As pequenas explorações agrícolas garantem sua manutenção por meio de uma produção diversificada, que em um primeiro momento foram chamadas de agricultura de subsistência. Mais tarde, como passaram a atender as necessidades alimentares dos aglomerados, que vieram a constituir as pequenas cidades, receberam a denominação de agricultura familiar camponesa, a exemplo da pequena propriedade colonial. Este pensamento é adotado pela comunidade acadêmica que estuda a categoria de propriedade da terra e sua produção.

O Vale do Taquari, em sua parte alta, foi colonizado por um grande número de famílias de imigrantes italianos. Inicialmente houve a assimilação de um cultivo pouco conhecido, a erva-mate. No contato do dia a dia as famílias adaptaram-se aos costumes e passaram a manusear as atividades ervateiras. Os carijos e barbaquás serviram como indústrias beneficiadoras da erva-mate, inicialmente para o consumo

local. Porém, o conhecimento adquirido mantém-se e o sistema de produção e beneficiamento calca-se na colheita manual, realizada por agricultores familiares e o beneficiamento na indústria, seguindo as etapas tradicionais: sapeco, secagem, cancheamento e moagem.

Os primeiros registros de atividades industriais voltadas para comércio de erva-mate datam de 1908 quando o argentino Domingos Alzagary fundou o chamado engenho, após a expulsão dos jesuítas. Na região do Alto do Vale do Taquari o primeiro registro de existência de carijo comercial é em nome de Afonso Auler, produzindo a erva-mate Zulmira, em 1928, localizado no interior do município de Arvorezinha, na época chamado de Figueira.

A terra por um longo período foi entendida como um bem comum, como um meio de sobrevivência e vida. Contudo, na evolução dos processos de produção e com a necessidade de resguardar as terras plantadas ou de criação, em um período remoto (por volta do século XIII) cogitou-se fechar os campos e instituir a propriedade privada. Na história brasileira, a propriedade privada surge de forma natural, por meio da apropriação voluntária da terra de quem dela se apoderava, considerando a posse, pois desde o século XVI a terra possuía sua conotação de privada e de poder a quem a possuía. A apropriação da área de estudo deu-se pela imigração italiana, a qual iniciou sua exploração econômica, originando as unidades familiares de exploração.

É preciso considerar, antes de tudo, que o modelo original de produção rural brasileira reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira que se perpetuou como uma herança. As dominações econômicas, sociais ou políticas se fazem presentes constituindo um marco na produção. Mesmo em pequenas unidades de exploração nota-se a presença de agentes sociais locais que influenciam, dominam ou manipulam o modo de produção, buscando favorecer seus ideais e interesses.

As unidades de exploração familiares contribuem para o desenvolvimento da economia local e regional, com cultivo e abastecimento de grãos, produção de leite e derivados, bem como de carnes, legumes e frutas, entre outras tantas formas de geração de renda e, conseqüentemente, de abastecimento. Portanto, pode-se definir que, de modo geral, as propriedades familiares contribuem para o abastecimento interno do País.

A agricultura familiar, que abastece o mercado interno brasileiro, se apresenta diversificada no que diz respeito ao modo de produção e tipos de produtos. Salienta-se a valorização do chefe da família que exerce e comanda o processo produtivo, auxiliado pelos demais membros familiares e, eventualmente, assistido por trabalhador contratado por tarefas como colheita e plantio. Muitas famílias de produtores familiares utilizam o sistema de mutirão ou troca-troca como um trabalho de parceria e auxílio mútuo, comum em áreas onde o processo colonial ainda é mantido por relações de comunidade. Deve-se também considerar a realização de serviços com pagamento simbólico, o que é corriqueiro nestas sociedades comunitárias. Essas são características típicas presentes, atualmente com menor expressividade, na colheita da erva-mate, em que as famílias trocam dias de trabalho na lavoura, a fim de suprir a falta de mão de obra no campo, diminuindo os custos de um diarista (tarefeiro) vindo da cidade ou de outra localidade.

Do ponto de vista da política econômica e do desenvolvimento local e regional, as unidades de exploração e de produção familiar assumem importantes papéis como: permitir a sustentabilidade da unidade familiar; garantir a oferta diversificada capaz de ir além dos seus limites produtivos; atender ao abastecimento alcançando mercados regionais por meio de feiras e outras formas de comercialização. Por tudo isso, carece de políticas dirigidas ao produtor, bem como de infraestrutura no que diz respeito às condições de estradas, mercados de finalização dos produtos, condições de armazenamento e atendimento aos fluxos das mercadorias que poderiam ser intensificados.

De acordo com Linhares e Silva (1981) inicialmente a agricultura familiar, também chamada agricultura produtora de alimentos, escondeu o modo de produção que estava por se desenvolver, uma vez que a organização da produção estava destinada ao comércio das metrópoles, ou seja, as maiores cidades existentes na época da expansão do processo urbano brasileiro, e contrapunha-se ao relativo espontaneísmo das atividades agrícolas que se destinava ao consumo local. O comércio de curta distância, do campo para cidade, gerava preocupações às políticas da época por não renderem economicamente como era esperado de uma transação comercial. Por isso, a administração local não o denominava, pois o comércio de porta em porta contrariava tudo aquilo que se pensava capaz de gerar benefícios, mantendo os órgãos administrativos. As pequenas produções e comércios quase insignificantes no passado deram início a economias fortes, que

caracterizaram regiões e que hoje abastecem grandes mercados. A erva-mate é o exemplo da importância de uma produção pontual, que no decorrer do tempo ganhou importância, gerou reconhecimento à região produtora e retorno econômico para pequenos produtores, indústria e comércio.

O desenvolvimento do comércio ervateiro foi incentivado e viabilizado pelas atividades de extração da agricultura familiar, que se valeu de um mercado existente, atingindo núcleos urbanos, garantindo-lhes o abastecimento. A agricultura familiar é hoje responsável pelo abastecimento de grande parte da produção agrícola destinada ao consumo interno no Brasil. A atividade procura se adaptar às exigências do mercado de consumo pautadas pela agricultura moderna, ainda que guarde muito de seus traços de produção familiar projetados na figura do pai, como produtor, e enfrentar os velhos problemas nunca resolvidos, como da fragilidade dos mercados, da infraestrutura, das tecnologias, das práticas agrícolas e da própria gestão da produção e do trabalho. Assim, procura sempre se adaptar às condições da modernização brasileira, contando com sua própria capacidade e força.

O processo de modernização adotado na estrutura agrária brasileira pela política econômica nacional tem alicerce na aceleração da produção, a partir do substancial acréscimo da base técnica de produção e das formas de plantio utilizando-se de tecnologias avançadas, tanto na produção como no comércio e armazenamento. Essas são características presentes no modo de produção agrícola do agronegócio. A realidade do pequeno produtor de erva-mate não condiz plenamente com o descrito acima e, em muitos casos, as técnicas baseadas no uso de insumos inutilizaram plantações, por tornar a matéria prima inadequada ao consumo. Ao tentar acelerar o processo de desenvolvimento da planta (erva-mate) com a utilização de insumos, como fertilizantes químicos, há alterações na matéria prima, tornando o produto final com sabor amargo e pouco palatável. Portanto, mesmo nas propriedades com produção convencional, o uso racional de insumos se faz necessário.

O comércio da matéria prima possui uma forma semelhante aos complexos agroindustriais, em que a venda fica vinculada a uma determinada indústria. Contudo, ocorre sem contrato ou formalidade e, em muitos dos casos, o que determina a escolha da indústria ou do produtor é a proximidade física entre eles, além de outros fatores como valor pago, qualidade do produto e ideologia de produção e industrialização.

Essa atividade tem um caráter exploratório segundo o modo capitalista de produção, sendo determinante na formação deste setor agrícola e nas relações sociais de produção, mercado e modo de vida dos agentes envolvidos. Porém, quando comparada a outras atividades agrícolas, como é o caso da soja, milho e outros cultivares, na produção ervateira, por ser muito peculiar e não possuir grandes abrangências, a ação do capital não é visível no sentido de “modernizar” a produção e exploração no campo.

A partir de 1960, com o fim dos ciclos econômicos, o Brasil conheceu momentos conturbados no campo, resultantes da sua política econômica agrícola instável, estabilizando-se com o início do processo de Modernização da Agricultura. O período marcou significativas transformações espaciais calcadas no início da Revolução Verde, como coloca Brum (1988). O autor destaca alterações sociais promovidas pela incorporação de tecnologias no campo, resultando na saída de significativo número de pessoas do campo, que passaram a ocupar os centros urbanos e suas periferias.

Municípios como Arvorezinha, Ilópolis e Putinga têm claramente em seus relatos históricos a diminuição populacional, o que reflete na falta de mão de obra e na sucessão familiar nas propriedades. Atualmente, muitas das propriedades mais distantes das sedes estão abandonadas, viraram “taperas” (Figura 18), pois, no momento que falta a força de trabalho e os indivíduos ali residentes se resumem ao casal de idosos aposentados, a alternativa encontrada é mudar-se para a cidade.

Figura 18 - Tapera: Propriedade abandonada na área de estudo



Fonte: Arquivo pessoal do autor

A exclusão do homem do campo, trabalhador ou proprietário rural, foi influenciada pela descapitalização, que impossibilitou uma significativa parcela de produtores de adquirirem e implantarem tecnologias, recomendadas pelo pacote da Revolução Verde. Ao lado do processo de descapitalização deve-se destacar a tensão social e o surgimento da especulação imobiliária, tanto no campo como na cidade. A valorização das terras agrícolas, aptas a uma agricultura mecanizada, não só acrescentou valor à terra como substituiu o trabalhador rural por máquinas disponíveis no mercado que aumentavam as horas de trabalho. Por outro lado, o tamanho das propriedades, especialmente a dos pequenos proprietários, além de serem constituídas de pouca extensão, não permitiam o processo de capitalização, nem a forma rentável de uso das máquinas.

De acordo com essas condições, o modelo agrícola produtivista instalou-se de forma definitiva, adequando-se ao modo de produção conforme os interesses do

capital<sup>6</sup>. O acesso limitado e as consequências da modernização agrícola originaram diversos questionamentos, contestações e críticas sobre esta nova forma de desenvolvimento.

As principais consequências de todo esse processo para a produção ervateira foi a questão da falta de mão de obra, escasseada pelo deslumbramento com o urbano e pela falta de oportunidades no rural. A sucessão familiar na agricultura familiar tornou-se dificultosa e, por mais que os conhecimentos fossem transmitidos aos filhos, no momento que eles deixam a propriedade em busca de uma nova vida interrompe-se o ciclo. A reprodução social dessas famílias rurais foi garantida pelo conhecimento e trabalho desenvolvido, permeada por uma história de enfrentamentos, dificuldades e lutas dessa categoria.

### 3.2 A AGRICULTURA FAMILIAR E A REPRODUÇÃO SOCIAL

O meio rural passou por inúmeras mudanças influenciadas pela modernização da agricultura, em que se alteraram as relações familiares, sociais, de produção e, também, com o mercado. A modernização das atividades no campo, o desenvolvimento das forças produtivas e a integração socioeconômica global que ocorreram com o processo da revolução verde, que teve seu auge em meados de 1960, criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural. No entanto, a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial, pois se atualmente discute-se o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural, é porque essa forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras.

---

<sup>6</sup> Especialmente o capital estrangeiro que via o solo produtivo brasileiro como um mercado de grande potencial para o comércio de suas tecnologias.

A Agricultura Brasileira se destaca entre as maiores do mundo e representa uma fonte de alimentos e de matéria prima para muitos países. Nela estão presentes diversos modos de fazer Agricultura, entre os quais a produção Agrícola Familiar, encontrada em extensas e importantes regiões do país. A agricultura familiar no Brasil é crescentemente uma forma social de produção reconhecida pela sociedade brasileira, por suas contribuições materiais e imateriais. Às diversas expressões de sua organização social, às quais correspondem múltiplos discursos identitários e demandas sociais, somaram-se, nas últimas décadas, o grande esforço de pesquisa da comunidade acadêmica, ao desvendar a extensão e a profundidade de sua presença no mundo rural, e a convergência de políticas públicas de apoio à sua reprodução (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 9).

Assim, destaca-se que desde os anos 1990 a discussão e pesquisas sobre a importância social e econômica da agricultura familiar têm sido aprofundadas no Brasil, visando melhor compreender suas formas de reprodução social e dinâmicas existentes nas diferentes realidades e regiões do país (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014).

Segundo Grisa e Schneider (2014), historicamente, "os pequenos agricultores" – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no País. Com o processo de redemocratização do País, uma realidade diferente emerge com a retomada da organização dos movimentos sociais no campo. O movimento sindical dos trabalhadores rurais, aglutinado em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), se expande e muda sua forma de intervenção. Além disso, outros movimentos emergiram como: o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ligado a Central Unida dos Trabalhadores (CUT) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essas entidades ganharam mais visibilidade ao expandir o foco de atuação e a composição da pauta de seus congressos e manifestações.

Com diferentes orientações, esses grupos organizados pressionaram o Estado por políticas que os incluíssem no processo de desenvolvimento do País. A partir desse debate foi que o termo agricultura familiar desenvolveu-se e fixou-se, pois passou a ser entendida pelo Estado como uma parcela significativa na produção

agropecuária<sup>7</sup> e que muito podia contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

Grisa e Schneider (2014) afirmam que iniciou uma nova trajetória para o agricultor familiar como categoria social com a Constituição de 1988, pois foi incitado novos espaços de participação social e reconhecimento dos direitos, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001, a institucionalização da dualidade da estrutura agrária e fundiária no País, culminando, em 2006, com a regulamentação da Lei da Agricultura Familiar, que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social.

Assim, a definição de “agricultura familiar”, estabelecida na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, trata o agricultor familiar e empreendedor familiar rural como “aquele que pratica atividades no meio rural,” e atende, simultaneamente, aos requisitos de que:

- I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Essa lei é decorrente do sucesso e consolidação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que de certa forma provocou mudanças nas políticas para o meio rural brasileiro quando o Estado passou a reconhecer os agricultores familiares como uma nova categoria social, pois, até então, tal público estava desassistido de uma política pública de inserção mercantil.

Se, por um lado, pode ser registrado como avanço o reconhecimento dessa agricultura pelo Estado, através de Lei Nº 11.326, por outro, esta categoria genérica acabou ameaçando a visibilidade de outras identidades e sujeitos sociais no campo, tais como: assalariados rurais, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, entre outros; que, no entanto, vêm lutando e conseguindo demarcar suas existências.

---

<sup>7</sup> Dados do Censo Agropecuário de 2006 ressaltam esse aspecto, ao detectar que a maioria da produção alimentar destinada à população (e não às exportações) provém do setor produtivo familiar.

Assim, se a noção de Agricultura Familiar serviu para aglutinar e fortalecer este setor da agricultura, até então não reconhecido, cabe indagar até que ponto ela encobre heterogeneidades que estão emergindo em face de novos conflitos socioambientais que afloram no meio rural brasileiro (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

Com essa perspectiva, as pesquisas acadêmicas procuram abranger o papel desempenhado por tal segmento social na estrutura político-econômica do País e indicar formas para inserir as parcelas ainda excluídas do processo de desenvolvimento. Assim, o termo agricultura familiar se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade.

É válido ressaltar que muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar, entre outros. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social. Nessa lógica, Wanderley (2009) afirma que a agricultura familiar não é uma categoria social recente e nem corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. Contudo, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.

Existe certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil. Wanderley (2003) afirma que as posições a esse respeito variam bastante, sendo que para uns a categoria agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento; para outros, corresponde a certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado, em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações.

Ao buscar na literatura as contribuições para uma categorização da agricultura familiar, encontram-se três principais correntes: (1) uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria desvinculada dos precedentes; (2) outra que defende que a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, ou seja, que tem significativas raízes históricas com o campesinato, em diferentes manifestações; (3) e, por último, uma que considera a agricultura familiar uma expressão consensual meramente descritiva (não conceitual) e não

problematizável, com um número crescente de ações governamentais a ela dirigidas e não associada a nenhuma teoria do desenvolvimento rural.

A primeira corrente estabelece apenas uma relação histórica com a agricultura camponesa, que resultou em algo totalmente distinto e transformado. Abramovay (1992) afirma que a agricultura familiar altamente integrada ao mercado com capacidade de incorporar os principais avanços técnicos não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa. Assim, apesar do caráter familiar, o autor considera que há uma distinção conceitual que caracteriza cada uma.

Na segunda corrente, defendida principalmente por Huges Lamarche e Maria de Nazareth Baudel Wanderley, as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam uma ruptura definitiva com as formas anteriores. Ao contrário, mantêm um vínculo com a tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação, com particularidades, às novas exigências do mercado.

Outro autor que corrobora com essa linha de pensamento supracitada é Van der Ploeg, quando afirma que:

A agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer agricultura [...] as principais diferenças entre esses dois contrastantes modos de produção não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas. [...] ao se definir a especificidade do modo de produção camponês em termos de produção de valor, esta pode ser articulada, de forma frutífera com o debate sobre desenvolvimento (PLOEG, 2006, p. 14).

A agricultura familiar, ao preservar certas características de reciprocidade, se torna em parte camponesa, ao mesmo tempo em que assume uma identidade própria, a partir desta base de subsistência e reciprocidade e aliada às relações com o mercado. O camponês passou por uma nova remodelação e se adapta às mudanças históricas que foram drasticamente transformadoras. O campesinato assume uma nova forma conduzida pelo processo de mercantilização (PLOEG, 2006).

Nesse mesmo sentido, Wanderley (2009) ressalta que o termo camponês utilizado se refere a uma agricultura que evoluiu e que não apresenta somente relações de subsistência e reciprocidade, pois se aproximou do mercado. Em seus escritos mais recentes, Wanderley (2014) afirmou que a ambiguidade conceitual entre campesinato e agricultura familiar foi suprimida e que a agricultura familiar

atualmente é efetivada em pequena escala com condições de produção restritas, estando mais integrada às cidades e aos mercados.

E, finalmente, na terceira corrente, estudiosos como Zander Navarro e Eliseu Alves afirmam que agricultura familiar no Brasil é uma expressão que resultou de um bem-sucedido movimento político sindical comandado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e que a noção não tem ancoragem conceitual na literatura, em especial à luz da quase infinita variabilidade empírica assumida pelas formas de produção de menor porte sob gestão familiar na agricultura brasileira.

É nesse contexto, acadêmico, político e científico, que o termo agricultura familiar se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade e, que passa ser analisado pelo campo científico como fator importante de combate às desigualdades causadas pela modernização tecnológica na agricultura brasileira.

Nesse momento, enfatiza-se que o rural é um contexto mutável, repleto de características e de inter-relações entre os agentes envolvidos. Acredita-se, para os sujeitos dessa tese, que a abordagem que define os agricultores familiares está relacionada à identificação da categoria agricultura familiar através da compreensão de que ela tem significativas raízes históricas com o campesinato, em diferentes manifestações, que influenciam no funcionamento das unidades familiares dos dias atuais.

Assim, refletindo sobre essa abordagem supracitada, Wanderley (2009) compreende que a agricultura familiar mantém fortes laços camponeses herdados de seus antepassados, mas evoluiu para um modelo que, além dos laços tradicionais camponeses, apresenta relação estreita com o mercado. Lamarche (1993) corrobora com a afirmação acima, quando escreve que os agricultores familiares são portadores de uma tradição (baseada na família, nas formas de produzir e no seu modo de vida), valorizando recursos internos como elementos primordiais para suas estratégias de reprodução, mas atentos às transformações sociais que possibilitem melhores condições de sobrevivência da família no presente e atenção a possíveis adaptações necessárias para garanti-la no futuro.

Wanderley (2009, p. 156) afirma que agricultura familiar é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Dessa forma, a agricultura familiar pode ser considerada uma categoria genérica com grande capacidade de adaptação aos

contextos históricos em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais, sendo os agricultores familiares protagonistas dos processos sociais que vivenciam, sobretudo relativos às resistências e às inovações resultantes em transformações na agricultura e no meio rural (WANDERLEY, 2009).

Além disso, a autora supracitada afirma que é importante insistir que o caráter familiar é o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho que tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Corroborando com esses escritos, para Chayanov (1974), Kautsky (1972), Wolf (1976) e Woortmann (1990), “terra, trabalho e família” se interpretam e não podem ser consideradas em separado, pois pensar em trabalho é pensar em terra e família, pensar em troca é pensar que ocorrem entre pais de família, e não indivíduos; elas são categorias que ordenam o mundo rural. Ademais, Lamarche afirma:

A agricultura familiar, tal como concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a terra e o trabalho estão intimamente ligados a família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993, p. 15).

Atendendo a tais categorias, segundo Bourdieu (1990), conhecer a lógica das estratégias que as famílias empregam para produzir e se reproduzir é o problema fundamental a ser estudado. Portanto, para pensar sobre como se reproduzem as unidades de produção familiar, deve-se compreender a lógica da produção camponesa, pois o ponto central de suas características fundamentais repousa na natureza e na dinâmica do estabelecimento familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social (PERONDI, 1999).

Chayanov (1981) compreende que as atitudes tomadas pelas unidades de produção familiar, como variar intensidade, o ciclo e a divisão do trabalho, ampliando ou restringindo o consumo, são formas que as famílias encontram para se proteger das forças externas, como exploração e restrição fundiária. As variações feitas pelos agricultores familiares são algumas alternativas que regem a reprodução da agricultura familiar.

Entre os aspectos marcantes da Agricultura Familiar brasileira estão as formas invisíveis de trabalho e a produção do que se pode chamar de “riqueza invisível”. Omissa nos compêndios de Economia, a família como instituição estratégica do meio rural é a responsável pela reprodução dos atores do desenvolvimento rural: tanto a mão de obra qualificada, como trabalhadores sem qualificação, migrantes e trabalhadores sazonais em todas as regiões do país. De fato, é dentro da unidade doméstica que se concentra o esforço reprodutivo no qual participam, fundamentalmente, as mulheres, as crianças e os idosos (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 10).

Para ter a concepção do processo de reprodução da agricultura familiar é preciso observar, assim como Perondi e Ribeiro (2000), que os processos produtivos e reprodutivos são simultâneos e que a reprodução não é somente material e produtiva, mas também social, cultural e ideológica. Nesse sentido, Marx (1989, p. 659) afirma que todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação é, ao mesmo tempo, processo de reprodução.

Portanto, as sociedades reproduzem condições específicas de sua existência, como um camponês quando se mune de uma contínua reconversão de parte de seus produtos em meios de produção, criando, no seu processo e dos que se assemelham, condições de reproduzir toda uma sociedade. Um camponês que provê uma contínua reconversão de parte de seus produtos em meios de produção cria no seu processo e nos seus pares as condições de reproduzir toda uma sociedade camponesa.

Nessa perspectiva, primeiramente, salienta-se que os agricultores familiares não se organizam pela base da extração e apropriação do trabalho alheio. O agricultor familiar é um proprietário que trabalha no estabelecimento e que o rendimento obtido na unidade de produção familiar não é dissociado em parcelas particulares, como no caso do processo produtivo capitalista, e sim, resultar em um rendimento final indivisível e indiferenciado, constituído tanto da produção agrícola como da não agrícola.

Além disso, segundo Chayanov (1974), a reprodução dos agricultores se baseia na relação de equilíbrio, não fixo, entre produção e consumo. Ainda, Chayanov (1981) relata que a produção familiar é dirigida para a satisfação das necessidades e reprodução familiar, não negando o interesse da família agricultora de obter lucro com sua atividade produtiva, mas enfatizando que o interesse no lucro depende da satisfação familiar, visto que não há separação entre trabalho e gestão.

Para justificar os escritos acima, Chayanov (1981) chama atenção no que ele define como a “teoria do equilíbrio entre trabalho e consumo”, isto é, entre o esforço exigido para realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. Essa relação é definida internamente na própria composição familiar, levando em consideração que a família nunca é igual ao longo de sua existência.

Começa em geral com um casal que trabalha; amplia-se com pessoas pequenas que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão participando progressivamente das atividades produtivas. Até o momento da saída de cada um para constituir uma nova família/empresa (CHAYANOV, 1981, p. 54).

Cada família, segundo a idade dos seus membros, constitui em diferentes fases um aparato de trabalho completamente distinto de acordo com sua força de trabalho, a intensidade da demanda de suas necessidades, a relação consumidor/trabalhador. Chayanov (1981) ainda firma que em cada momento da evolução familiar, sua composição determina a capacidade de força de trabalho disponível e a magnitude de suas necessidades de consumo e dos resultados alcançados.

É válido ressaltar que a unidade de produção familiar tem um limite natural de produção, determinado pela proporção entre intensidade de trabalho e as necessidades do grupo familiar. Assim, a relação entre consumidores e produtores se altera ao longo do ciclo de desenvolvimento da família, resultando em diferentes estratégias compensatórias dessa variação.

Outros aspectos importantes são os delimitadores do cálculo da auto exploração, reconhecendo o valor nas relações sociais que as famílias estabelecem para sua reprodução. Ou seja, há um nível de exploração em que os agricultores se protegem intensificando o trabalho, reduzindo o consumo e dispersando a família para obter rendas não agrícolas. Dessa forma, o nível de renda decrescente poderia ser a causa da redução da família e não seu efeito, sendo que a família age sobre si própria, utilizando estratégias como a migração precoce e a maximização do trabalho para se autoproduzir nas faces e restrições que não pode controlar.

Para Chayanov (1981) os camponeses conseguem se ajustar ao grau ótimo de auto exploração do trabalho familiar se tiverem em uma conjuntura de liberdade de terra e de meios de produção. Mas, de acordo com Boserup (1987), a terra para os camponeses quase sempre é limitada e a taxa de exploração é progressiva.

Portanto, existe um crescente esforço por pessoa na luta para deter meios de produção, o que resulta em um grande impedimento ao pensar em reprodução somente em função dos fatores internos da família.

O fator principal das estratégias de reprodução dos agricultores familiares é a organização do trabalho em família, ou seja, o trabalho é a categoria central da unidade familiar, não sendo caracterizada pelo fenômeno social dos salários. Segundo Chayanov (1981), essa relação se define a partir dos seguintes princípios: existe uma inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o objetivo do trabalho familiar não é quantificável, nem se apodera da mais valia, tendo produção de valores de uso e não somente valores de troca. Esses sistemas econômicos não capitalistas são determinados por um equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho.

Com esse contexto, Abramovay (1992) e Woortmann (1995) explicam a racionalidade camponesa numa procura pelo equilíbrio entre maximizar a renda e minimizar a penosidade e o risco do trabalho, sendo que no trabalho familiar há uma composição de forças “plenas e marginais”. É isso que permite que haja o equilíbrio entre trabalho e consumo nas unidades de produção familiares.

Força plena” é o homem adulto em “idade produtiva”, com possibilidade alternativa no mercado de trabalho e empregado na atividade principal do empreendimento, e a “força marginal” é representada pelo trabalho de crianças, idosos e mulheres, consideradas “não transferíveis (WOORTMANN, 1995, p. 35).

Segundo Perondi (1999) isso explica o menor custo e a viabilidade econômica de certas atividades desenvolvidas pela agricultura familiar quando ficam a cargo das chamadas “forças marginais”. A separação entre forças de trabalho corresponde à composição doméstica por sexo e idade. As relações de gênero na organização do trabalho separam atividades, onde os homens controlam as decisões sobre produção da unidade doméstica e dos meios de fazer face ao consumo. E a mulher cabe as decisões da casa e a redução das condições sociais de consumo, sendo elas responsáveis pelo plantio da horta e pela criação de pequenos animais.

As famílias encapsulam-se em duas faces: coletivismo interno e o individualismo externo. Perondi (1999) afirma que esse encapsulamento é atribuído à expansão da economia de mercado, que restringe cada vez mais o patrimônio familiar e que acentua a subordinação do destino pessoal de cada um ao interesse

da família. Diante disso, um indicador do declínio da economia familiar é o esfacelamento desse “coletivismo interno”, o conflito, que culmina com a emigração dos herdeiros.

A família é a figura central para compreender a reprodução da agricultura familiar, sendo a herança e a sucessão parte das estratégias matrimoniais para ajuste da população permanente no meio rural. Contudo, de acordo com Perondi (1999) os problemas de sucessão são mais corriqueiros do que um ótimo planejamento pode suprir, pois estão na base da origem social dos pequenos agricultores descapitalizados do Brasil, que foram excluídos durante o período colonial. Geralmente a partilha da terra é resolvida a partir de um acordo em família, cuja maior parte do patrimônio é destinada a um único sucessor. Assim, apesar de todos os filhos serem herdeiros, haverá apenas um sucessor na família, que é o receptor da casa dos pais.

A herança indivisível varia de acordo com a conjuntura histórica e econômica apresentada pela região onde a família vive e se reproduz. Essas estruturas de preservação do patrimônio da família originam muitas tensões familiares que impendem a reprodução do indivíduo, que deverá representar futuramente a instituição de um produtor familiar.

Dessa forma, a sucessão consiste em negar a sua reprodução como um indivíduo, em favor de uma instituição, fato que se agrava quando introduzido em um universo de comunidade. Segundo Woortmann (1995) os filhos crescentemente deixam de se casar segundo as práticas tradicionais de aliança e reprodução do patrimônio. Em vista disso, Perondi (1999) afirma que um dos fatores de permanência dos sujeitos através da história parece estar em choque com projetos individuais que emergem no fim do século XX. A migração muda de significado, passando de uma ação estruturante (saída do excluído), para uma desestruturante (saída do sucessor).

Deve-se ressaltar que além da sucessão ser uma forma de conseguir adquirir patrimônios a baixos preços ou até mesmo nulos há outras maneiras para que isso seja possível. Hoje, há várias maneiras para formar patrimônio para agricultura familiar, essencial para sua reprodução. Garcia Junior apud Ribeiro (1992) cita quatro delas: (1) compra de bens materiais negociáveis (carros e equipamentos); (2) acúmulo de gado; (3) compra de herança da família (a baixo preço); (4) compra de terras de pessoas de fora da família (preço de mercado).

Outro aspecto importante da agricultura familiar é a produção, sendo que geralmente adota-se o que Chayanov (1981) chama de sistema produtivo de policultura-pecuária. O sistema é uma combinação de diferentes técnicas de atividades agrícolas e criação animal que atingiram certo equilíbrio com o passar do tempo, que só foi atingido pela capacidade de adequação e adaptação da organização social de caráter familiar. Essa adequação diz respeito à qualidade e à quantidade do trabalho que está associado ao sistema de policultura-criação, em que os membros da família se dispõem a aceitar ou não, pois exige um trabalho intensivo para ser executado. Outro fator ligado à produção é a diversificação de culturas, que parte da estratégia adotada pelas famílias, que tem na combinação com a criação a alternativa de fertilização do solo, melhoria na produtividade da cultura e diminuição do custo de produção, além da produção de alimentos para atender necessidades da unidade familiar.

O caráter familiar da produção agrícola decorre de uma adequação às próprias condições técnicas tradicionais da produção agrícola. De fato, o estabelecimento familiar constitui uma organização social bem adaptada às condições técnicas da produção agrícola. Assim, pode-se dizer que a marca da agricultura familiar é a capacidade de adaptação sofrida ao longo do tempo e a partir das tecnologias existentes.

Esta adequação diz respeito, antes de tudo, à qualidade e à quantidade do trabalho associado ao sistema de policultura-criação. Chayanov (1981) argumenta que a adequação é um trabalho intensivo, que só os membros da família se dispõem a aceitar. Por outro lado, a multiplicidade de tarefas que ele implica requer muita leveza na organização do trabalho, da mesma forma que uma grande diversidade de competências.

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de produção familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem categoria salário, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda, e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra (CHAYANOV, 1981. p. 52).

Almeida (1986) ainda destaca que a reprodução social da agricultura familiar envolve duas dimensões: a reprodução de ciclo curto e a de ciclo longo. A

reprodução de ciclo curto é a combinação de fatores relativos ao trabalho, conhecimento tradicional e recursos naturais para atender ao consumo familiar e repor os insumos necessários para o reinício do processo produtivo. No entanto, a reprodução de ciclo longo trata dos aspectos do ciclo geracional e da perpetuação das famílias através do nascimento, casamento, morte e herança (ALMEIDA, 1986).

Sendo um produtor que trabalha, Chayanov (1981) afirma que a unidade de produção familiar na agricultura é gerida por determinados princípios gerais de funcionamento interno, que a torna diferente da unidade de produção capitalista, sendo que a produção familiar não se organiza sobre a extração da mais valia, alicerce da produção capitalista.

Ou seja, a agricultura familiar tem como características: a relação íntima entre trabalho e gestão; a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários; a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar; e, a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (CORTEZ; ANJOS; CALDAS, 1994).

Nesse sentido, ao analisarmos as condições de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, percebe-se a importância da pluriatividade e dos plurirendimentos, pois, o mundo rural se tornou mais do que agrícola, não sendo limitado somente a atividades agropecuárias da propriedade. A pluriatividade reúne conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo que todas as atividades exercidas são feitas por agricultores familiares moradores da unidade de produção.

Podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual, membros da família de agricultores que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p. 91).

Para Schneider (2003), a pluriatividade ocorre no meio rural como um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo que uma delas é a agricultura. Estas atividades são exercidas por agricultores familiares que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade entre si, podendo a ele pertencer outros membros não consanguíneos, que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho

e se identificam como uma família. Schneider (2006) ainda reflete que a emergência da pluriatividade ocorre quando os membros da família combinam atividades agrícolas com outra forma de ocupação em atividades não agrícolas.

O aparecimento de novas atividades introduz ao espaço rural um conjunto de novas funções, sendo que o ator social privilegiado dessa nova característica do mundo rural são as famílias pluriativas, que combinam várias ocupações numa mesma unidade familiar. Esse novo rural é composto, basicamente, por três grupos de atividades: uma agropecuária moderna (agronegócio) baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; um segundo conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e, por último, um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado (SCHNEIDER, 2006).

Schneider (2003) alerta para a necessidade de esclarecer as diferenças entre as dinâmicas de ocupações não agrícolas e pluriatividade da agricultura familiar, pois, mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com outras não agrícolas, em um contexto social e econômico, sustenta-se que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de fatores relacionados à dinâmica dos indivíduos que as compõem. Dessa forma, Souza e Souza (2008) afirmam que a pluriatividade implicaria na existência de atividades não agrícolas, mas as atividades não agrícolas não implicariam na pluriatividade.

Uma crítica à pluriatividade da agricultura familiar estaria relacionada ao seu caráter de “novidade” como aponta Carneiro (2006), dizendo que a pluriatividade não pode ser vista como fruto de um processo de modernização da sociedade. A crítica baseia-se no fato de que a presença de atividades não agrícolas combinadas com atividades agrícolas no campo está presente desde sempre, pois, historicamente, a agricultura sempre combinou o cultivo e a criação dos animais com outras atividades, como a confecção de roupas e utensílios de trabalho, a transformação artesanal, entre outras.

Corroborando com as afirmações acima, segundo Kautsky (1972), os agricultores tornaram-se exclusivamente agrícolas desde a revolução industrial, que retirou grande parte da atividade artesanal do camponês, restringindo-o ao espaço agrícola. Entretanto, a busca por rendimentos alternativos nunca foi abandonada,

pois os agricultores familiares se utilizam de atividades não agrícolas como mecanismo viabilizador do seu equilíbrio econômico.

Ao não encontrar emprego na unidade de exploração, a mão de obra da família se volta para o artesanato, comércio e outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família que não estavam supridas com o ingresso da unidade de produção (CHAYANOV, 1974, p. 101).

Por outro lado, Abramovay (2009) e Kageyama (2008) apontam que o crescimento das ocupações e rendas não agrícolas não se deu como uma estratégia tradicional e já utilizada de combate às formas de precarização da unidade produtiva familiar, mas, como uma forma de diversificar as opções de renda através da combinação de atividades agrícolas com as não agrícolas, pois a agricultura familiar possui uma grande capacidade de combinação de atividades, dentro ou fora do estabelecimento produtivo. Essa plasticidade é decorrente das características da atividade agropecuária, na qual o tempo necessário em trabalho é menor que o tempo efetivo da produção, o que permite exercer outra função além da atividade agrícola.

De acordo com os estudos de Lima e Piacenti (2013) e Schneider (2003), as famílias agrícolas que exercem a pluriatividade podem elevar seus rendimentos e contribuir para a redução dos índices de pobreza, principalmente, no caso da pobreza severa. Nesse contexto, Schneider (2010) diz que o rural deixa de ser “sinônimo de atraso” e se desconecta da agricultura, que passa a ser apenas uma de suas atividades. A dinâmica da agricultura no espaço rural tem sido determinada por outras atividades e o exemplo emblemático dessa mudança estrutural baseada na capacidade dos agricultores familiares é a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois uma parte dos membros da família que mora no meio rural passa a praticar atividades não agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento.

Segundo Schneider (1999), as práticas pluriativas ainda podem ser uma forma de interação entre o meio rural e urbano, evitando a desestruturação da família que migra para a cidade, e, ao mesmo tempo, pode permitir vencer o isolamento e a precariedade social no meio rural. As possibilidades de obtenção de maiores rendimentos (na maioria monetizadas) das atividades não agrícolas têm

amenizado as migrações e levado à maior fixação da população no campo em vários países (SILVA, 1997).

Nessa perspectiva, trabalhos sobre pluriatividade têm demonstrado que o crescimento das atividades não agrícolas está relacionado às alterações no mercado de trabalho, fenômeno que não explica por si só o aumento na pluriatividade, pois os sujeitos que formam uma família podem optar em combinar duas ocupações (pluriativas) ou deixar as atividades agrícolas, passando a se ocupar somente em atividades não agrícolas, mas sem deixar de residir no meio rural.

Ademais, estudos sobre a pluriatividade revelam que além das variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infraestrutura disponível, outras variáveis que contribuem para a diferenciação da pluriatividade, tais como o grau de escolaridade dos membros da família, a superfície de terra disponível para a produção, o número de membros na família, a diferenciação etária e o acesso à renda (SCHNEIDER, 2006), (SCHNEIDER; CONTERATO, 2006).

Batista (1997) corrobora com as afirmações acima quando cita que as principais causas da pluriatividade são a necessidade de fatores de produção (terra e capital) e a desocupação da força de trabalho. Nesse sentido, no Brasil, Seyferth (1985) e Sacco dos Anjos (1995) descrevem que um agricultor familiar que faz uso de ações não agrícola para se reproduzir socialmente torna menos dramática a disputa pela terra no âmbito de cada família rural, existindo, assim, a possibilidade do excluído da herança ser assalariado urbano e, ao mesmo tempo, agricultor de uma pequena parcela partilhada.

Por fim, é válido ressaltar que Schneider (2003) aponta divergências em torno do que vem significar a pluriatividade e da pouca clareza ou consenso que se tem no Brasil em relação ao fenômeno que se pretende referenciar.

[...] dada a complexidade do fenômeno, a questão que permanece em debate na literatura específica é o modo peculiar de expressão da pluriatividade e a natureza de sua inserção. Trata-se de uma diversidade que se apresenta singular, à medida que cada família tem um modo específico de inserção pluriativa, que depende de si mesma e do entorno socioeconômico de influência direta (CORTEZ; ANJOS; CALDAS, 1994, p. 138).

Nesse contexto, estudos regionais e locais sobre a pluriatividade têm sido realizados no Brasil. Podemos citar Schneider (2006) como um dos pioneiros, realizado no Sul do país, que apontam a pluriatividade como uma alavanca

importante no processo de desenvolvimento das áreas rurais, pois permite gerar formas de trabalho e renda. Nesse contexto, afirma-se que a pluriatividade busca o desenvolvimento da agricultura familiar, pois é a diversificação das atividades rentáveis e do trabalho. A pluriatividade é heterogênea e diversificada, está ligada às estratégias de reprodução social e produtivas que possam ser adotadas pela família, mas, também, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida (SCHNEIDER, 2006).

Além da pluriatividade, a agricultura familiar está relacionada com multifuncionalidade, que gera ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente equilibradas. O conceito de multifuncionalidade está ligado ao papel exercido pela agricultura, que não se limitaria unicamente à sua função primária, ou seja, à produção de alimentos e de matérias primas. Ela desempenha de fato, inúmeras atribuições: a garantia de um certo nível de segurança alimentar, proteção do meio ambiente, criação de empregos, gestão dos territórios rurais e dos recursos naturais, como solo, biodiversidade, entre outros.

Segundo Carneiro e Maluf (2003) a multifuncionalidade da agricultura se refere não apenas à produção agrícola, mas engloba desempenho ambiental, territorial, cultural e social. Os autores consideram que as principais facetas da multifuncionalidade da agricultura familiar brasileira podem ser apresentadas como: a) Reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) Promoção da segurança alimentar dessas famílias e da sociedade; c) Manutenção do tecido social e cultural e; d) Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Na perspectiva da multifuncionalidade da agricultura, os seguidos recordes brasileiros em produção de soja, milho e outras commodities não significam que a atividade agrícola está tendo um bom desempenho, pois a reprodução socioeconômica das famílias rurais no Brasil diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais sua permanência no campo de forma digna.

Assim, o meio rural hoje aparece como portador de soluções, vinculadas à melhoria do emprego e da qualidade de vida (WANDERLEY, 2009). Este enfoque é representado também pelo pesquisador José Eli da Veiga e colaboradores no documento “O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento”, no qual os autores sugerem que o projeto de desenvolvimento para o Brasil rural deve visar a maximização das oportunidades de desenvolvimento humano em todas as regiões do país, diversificando as economias locais, a começar pela própria agropecuária.

Dessa forma, a agricultura familiar se apresenta não apenas como fornecedora de bens, senão também de serviços tangíveis e intangíveis, como os serviços ambientais, e procura responder também a certas aspirações simbólicas da sociedade, como a preservação da paisagem e da cultura local. Além disso, a agricultura familiar está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura.

Salienta-se que a agricultura familiar adota atualmente uma racionalidade moderna, em que o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde suas características de sociedade parcial e se integra à sociedade nacional. Do ponto de vista do agricultor, Wanderley (2009) diz que parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. Mas, cabe ressaltar que de certa forma, os agricultores familiares “enfrentam” os novos desafios com as “armas” que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo. Lamarche (1993) refere-se a isso como a conservação e transmissão de um patrimônio sociocultural, exercendo um papel fundamental no modo de funcionamento da agricultura familiar na sociedade moderna.

Diante disso, Ellis (2000) afirma que os agricultores familiares criam as estratégias que reduzem o impacto sobre as incertezas do meio rural e que as estratégias se refletem em fatores que pressionam e também oportunizam famílias a se adaptar e a diversificar os seus meios de vida, o meio rural, o local e a região. Niederle e Grisa (2008) afirmam que essa diversidade reflete uma complexa articulação entre as distintas formas familiares que coabitam os espaços rurais, com suas múltiplas estratégias de reprodução social, econômica e cultural.

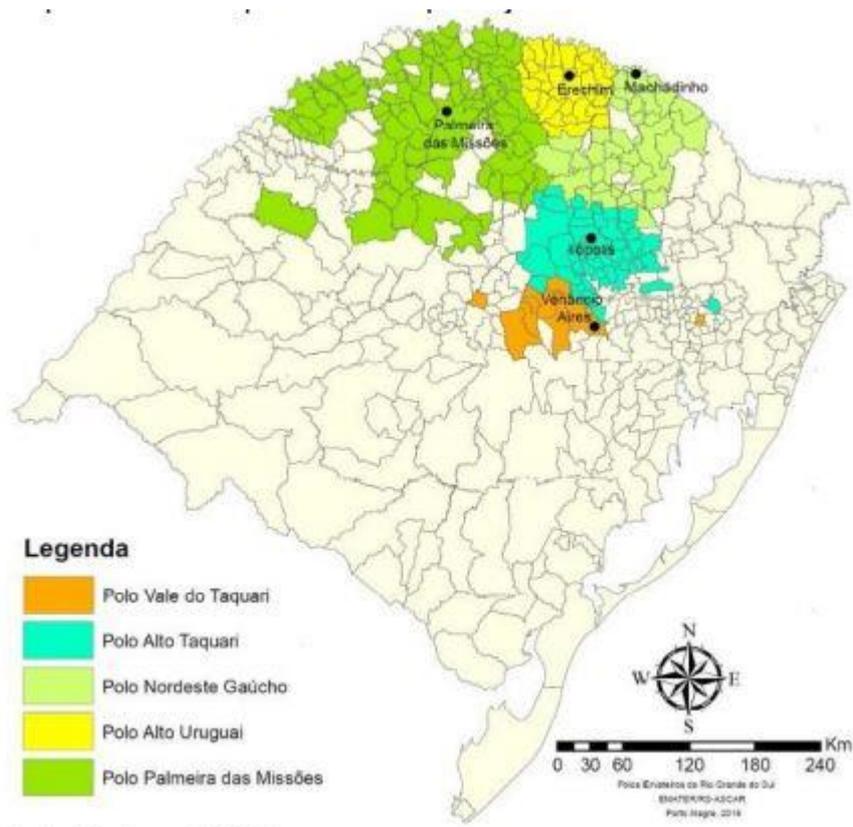
Assim, entender as estratégias de reprodução dos agricultores familiares, como estão sendo desenvolvidas e administradas, é fundamental para o desenvolvimento rural, sendo incontestável que os agricultores possuem um papel ativo neste processo, demonstrando as diferentes capacidades de respostas às pressões exercidas por atores externos e aos diferentes condicionantes internos que cada família submete-se. Não diferente, a agricultura familiar de Ilópolis adapta-se às mudanças temporais a fim de garantir a transmissão dos conhecimentos, a

sucessão e a reprodução social. As características dessa agricultura dão forma e organizam a produção ervateira local, o que torna importante compreender como esse sistema produtivo está organizado.

### 3.3 ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO DE ERVA-MATE EM ILÓPOLIS/RS

No estado do Rio Grande do Sul identificam-se cinco polos ervateiros (Figura 19): 1 – Polo Ervateiro Planalto Missões 2 – Polo Ervateiro Alto Uruguai 3 – Polo Ervateiro Nordeste Gaúcho 4 – Polo Ervateiro Alto Taquari 5 – Polo Ervateiro Vale do Taquari. No Estado, a produção ervateira está presente em 219 municípios, localizados na metade norte. A criação dos polos ervateiros, em 2009, teve a intenção de facilitar a gestão do sistema produtivo (EMATER, 2018).

Figura 19 - Polos ervateiros do Rio Grande do Sul.



Fonte: Fundomate (2016).

Além dos cinco polos ervateiros citados, há ainda o sexto polo, correspondente à região de Canguçu, que apresenta produção inferior a 0,02%, não

sendo considerado no mapa de distribuição geográfica. Instituído em 2014, o polo certamente tem sua importância local.

O sistema produtivo de erva-mate no Alto do Vale do Taquari está organizado para produzir de duas formas: produção convencional e produção orgânica. Todas as propriedades envolvidas na produção ervateira são consideradas de agricultura familiar. Se analisarmos a produção mundial de erva-mate, a base da produção também é composta por pequenos agricultores familiares. O processo de industrialização e comercialização é realizado por agroindústrias de vários portes, havendo desde pequenas, que comercializam local e regionalmente, até grandes indústrias exportadoras. No processo de industrialização ocorre a maior agregação de valor ao produto (MERCOSUR, 2010). Estima-se que há um acréscimo de 100 a 150% sobre a matéria prima recebida da lavoura após o processo de beneficiamento.

O município de Ilópolis, assim como seus vizinhos (Arvorezinha, Anta Gorda, Fontoura Xavier, Itapuca e Putinga), destaca-se dentro do Rio Grande do Sul em relação à área total plantada com erva-mate. Nota-se que 10 municípios são responsáveis por cerca de 70% da área plantada no Estado (Figura 20).

Figura 20 - Municípios com maior área plantada (em ha) de erva-mate no RS.

2014			2015			2016		
	ha	%		ha	%		ha	%
1º Ilópolis	7.300	20,7	1º Ilópolis	7.300	22,0	1º Ilópolis	7.300	21,8
2º Arvorezinha	7.000	19,9	2º Arvorezinha	7.000	21,1	2º Arvorezinha	7.000	20,9
3º Anta Gorda	1.700	4,8	3º Anta Gorda	1.700	5,1	3º Anta Gorda	1.900	5,7
4º Venâncio Aires	1.550	4,4	4º Palmeira das Missões	1.500	4,5	4º Palmeira das Missões	1.500	4,5
5º Palmeira das Missões	1.500	4,3	5º Putinga	1.440	4,3	5º Fontoura Xavier	1.470	4,4
6º Fontoura Xavier	1.470	4,2	6º Fontoura Xavier	1.400	4,2	6º Putinga	1.440	4,3
7º Itapuca	1.350	3,8	7º Itapuca	1.350	4,1	7º Itapuca	1.280	3,8
8º Putinga	1.340	3,8	8º Barão de Cotegipe	980	3,0	8º Barão de Cotegipe	980	2,9
9º Áurea	1.000	2,8	9º Erebangó	800	2,4	9º Áurea	880	2,6
10º Barão de Cotegipe	980	2,8	10º Venâncio Aires	775	2,3	10º Erebangó	800	2,4
<b>Total do Grupo</b>	<b>25.190</b>	<b>71,5</b>	<b>Total do Grupo</b>	<b>24.245</b>	<b>72,2</b>	<b>Total do Grupo</b>	<b>24.550</b>	<b>73,4</b>
Demais Municípios	10.050	28,5	Demais Municípios	8.892	26,8	Demais Municípios	8.895	26,6
<b>Total Geral</b>	<b>35.240</b>	<b>100</b>	<b>Total Geral</b>	<b>33.137</b>	<b>100</b>	<b>Total Geral</b>	<b>33.445</b>	<b>100</b>

Fonte: SINDIMATE (2017).

A busca por novas alternativas de produção para atender ao mercado tende a surgir onde há maior oferta de produção e que as leis de mercado (oferta e procura) agem mais fortemente. O início da transição da produção convencional para orgânica pode ilustrar a ideia de transformar-se para “fugir” da concorrência ao ofertar um produto diferenciado, mas também pode significar uma transformação de

pensamento sobre um tipo ideal de produzir, no qual as características marcantes ficam evidenciadas, permitindo, também, uma interpretação da relação social existente com esse sistema produtivo.

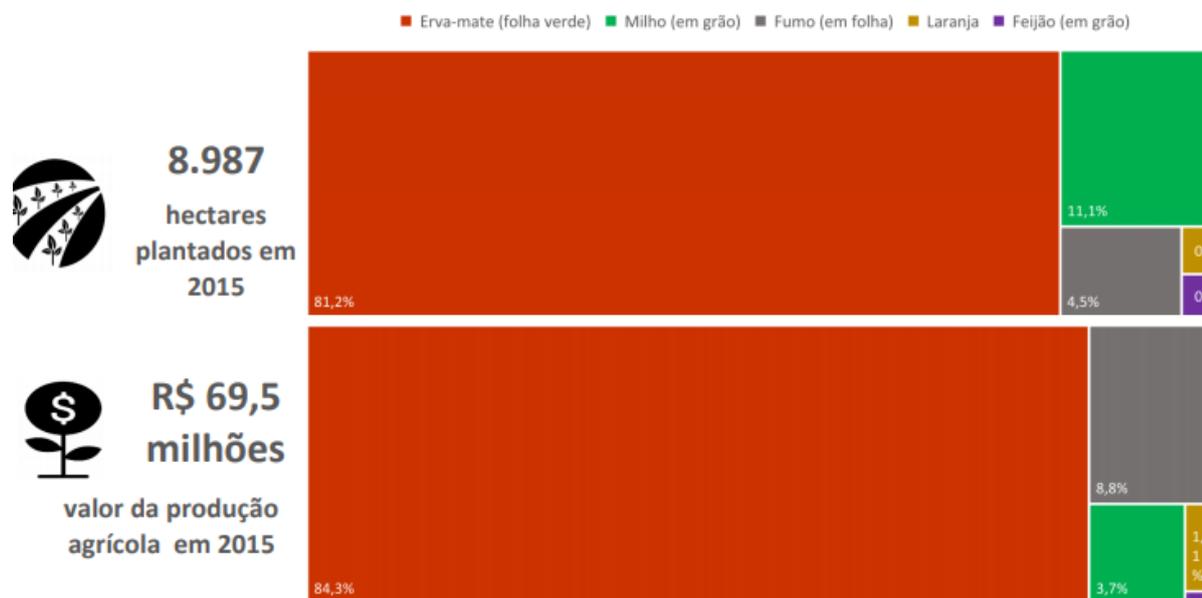
Conhecida como cidade da erva-mate e da agroecologia, Ilópolis mostra-se como um embrião para o desenvolvimento de práticas agroecológicas na região do Alto do Vale do Taquari. O enfoque agroecológico traz consigo as ferramentas teóricas e metodológicas que nos auxiliam a considerar, de forma holística e sistêmica, as seis dimensões da sustentabilidade: Ecológica, Econômica, Social, Cultural, Política e Ética (CAPORAL; COSTABEBER, 2002b).

Observa-se que nem todas as dimensões estão bem desenvolvidas na área de estudo. Portanto, não se pode considerar tratar-se de um sistema agroecológico, sendo adequado denominar agricultura orgânica.

Ainda que ofereça princípios para estabelecimento de estilos de agricultura de base ecológica, não se pode confundir Agroecologia com as várias denominações estabelecidas para identificar algumas correntes da agricultura "ecológica". Portanto, não se pode confundir Agroecologia com "agricultura sem veneno" ou "agricultura orgânica", por exemplo, até porque estas nem sempre tratam de enfrentar-se em relação aos problemas presentes em todas as dimensões da sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2002b, p. 16).

A inserção da produção orgânica iniciou recentemente e vem ganhando espaço por aliar o principal produto agrícola local: a erva-mate. Nota-se (Figura 21) a grande expressividade da produção ervateira para o município de Ilópolis, onde mais de 80% das áreas aptas para o desenvolvimento de atividades agrícolas cultivam erva-mate. Conseqüentemente, o maior responsável por trazer retorno econômico ao município, entre as atividades agrícolas, é a produção ervateira, responsável por 84,3% do total da produção agrícola.

Figura 21 - Principais cultivos agrícolas do município de Ilópolis - 2015



Fonte: SEBRAE/RS (2017).

O município destaca-se na quantidade produzida e no crescimento ocorrido a partir do ano de 2006 (Tabela 3). O crescimento trouxe consigo a exploração do turismo, a partir da realização de feiras e rotas turísticas, tendo a produção de erva-mate como elemento principal de atração.

Tabela 3 – Quantidade de erva-mate produzida em Ilópolis e municípios próximos (ton)

Local/Período	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Anta Gorda	3.240	3.600	4.500	4.500	4.500	6.300
Arvorezinha	18.900	13.200	15.000	22.800	34.200	38.000
Fontoura Xavier	23.400	14.688	18.900	11.760	11.760	13.230
Ilópolis	8.640	12.000	15.000	24.000	32.500	53.100
Itapuca	10.500	5.250	1.875	5.250	6.300	8.100
<b>Total RS</b>	<b>244,477</b>	<b>240.252</b>	<b>222.884</b>	<b>229.569</b>	<b>256.352</b>	<b>260.413</b>

Elaboração do autor. Fonte dos dados: IBGE (2010).

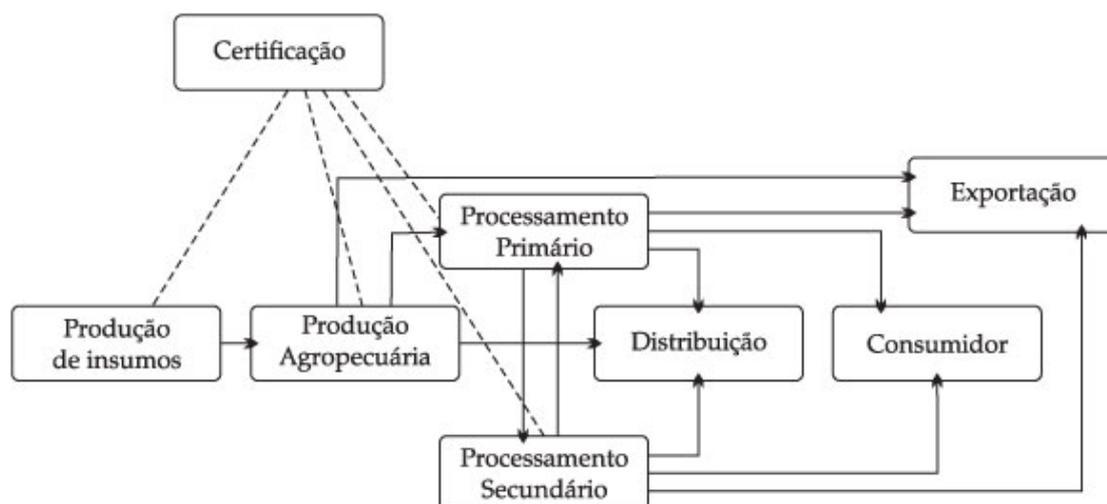
A produção ervateira movimentou a economia municipal e da região, pois somente o município de Ilópolis tem participação em 20,4% da produção estadual

(IBGE, 2010), tendo grande expressividade na ocupação da mão de obra familiar, bem como na geração de renda e manutenção das famílias no campo. Entre a grande parcela que produz erva-mate destaca-se a existência em Ilópolis de três indústrias que beneficiam e comercializam a produção orgânica (Essência, Lago Verde e Princesa do Vale).

Em 2017 foram identificadas cinco marcas de erva-mate orgânica com origem no Alto do Vale do Taquari. Além das três em Ilópolis, uma situa-se em Arvorezinha (Valério) e outra em Putinga (Multimate). Ressalta-se que os proprietários das indústrias possuem lavouras com certificação orgânica e industrializam a própria matéria-prima, ou seja, detém o processo de produção. Para atender aos anseios da pesquisa foi trabalhado com os agricultores familiares que possuem áreas de produção de erva-mate com certificação orgânica e fornecem matéria-prima para a indústria.

Ao caracterizar esse modelo de produção alguns aspectos devem ser levados em consideração, pois marcam formas distintas de envolvimento dos agentes de produção. Por meio de uma abordagem sistêmica, Ormond et al., (2002) identificaram esquematicamente (Figura 22) as principais funções que compõem a cadeia produtiva de orgânicos.

Figura 22 - Cadeia produtiva de orgânicos



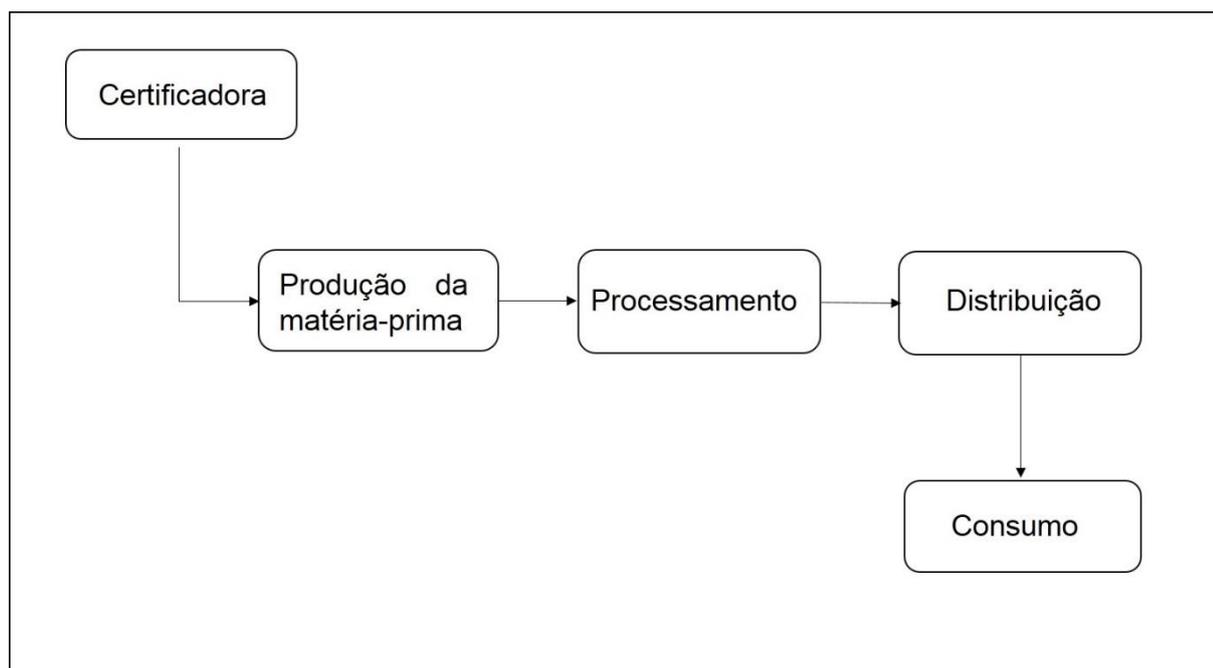
Fonte: Ormond et al., (2002).

Os elementos e funções presentes em uma cadeia produtiva de orgânicos determinam o resultado final de todo o processo. A certificação é a peça chave em

todo o sistema, pois os alimentos orgânicos encaixam-se nos chamados bens de crença, o que significa que algumas informações relevantes não são obtidas nem após o consumo e a certificação é o instrumento que garante as especificações do produto (BATALHA; SILVA, 2001). A título de exemplo, o consumidor ao observar um produto no mercado não conseguirá identificar se foi produzido em um sistema orgânico, então, a certificação é quem faz essa indicação.

Para compreender o sistema produtivo da erva-mate orgânica em Ilópolis/RS (Figura 23) são analisadas: informações referentes à certificação e empresa certificadora; produção da matéria-prima; processamento; distribuição; mercado consumidor. No esquema a seguir procura-se identificar os principais elementos que compõem o sistema produtivo, identificando os agentes executores e a forma de relacionamentos entre eles.

Figura 23 - Elementos envolvidos no sistema produtivo de erva-mate orgânica.



Fonte: Autor; adaptado do Esquema da Cadeia Produtiva de Orgânicos (ORMOND et al., 2002).

As instituições certificadoras têm importante papel nessa cadeia produtiva, uma vez que a sua credibilidade é determinante da confiança que distribuidores e consumidores devotam ao produto oferecido (ORMOND et al., 2002). A certificadora é uma empresa responsável por orientar, encaminhar a certificação junto ao Ministério da Agricultura e realizar auditoria nas unidades de exploração e na

indústria. No caso das marcas com certificação orgânica, citadas anteriormente, a empresa certificadora é a EcoCert.

A certificação busca procedimentos padronizados para a produção, propiciando a seleção do que será ofertado ao consumidor, ao mesmo tempo em que fornece informações normatizadas, dando eficiência ao mercado e assegurando o que estará sendo consumido. A certificação e a padronização são bem semelhantes, porém a certificação é mais coordenada em relação aos sistemas agroindustriais e o detalhamento dos processos propiciam a exclusão dos que não atendem as normas (NASSAR, 2003).

A certificação por Auditoria geralmente está ligada a uma grande quantidade de produção. Assim, os custos, que são mais altos em relação às demais formas de certificação, são dissipados no total produzido e não encarecem significativamente o produto final. Para os pequenos produtores, adequar-se à produção orgânica e obter Certificação por Auditoria torna-se inviável financeiramente.

Uma das alternativas possíveis ao produtor é recorrer ao Sistema Participativo, no qual os agentes envolvidos possuem uma ligação de parceria em que a garantia da aplicação das técnicas orgânicas de produção é dada pelo próprio grupo de produtores e a aferição ocorre em visitas de vistoria nas propriedades em todas as etapas da produção, desde o plantio, manejo, colheita, processamento, armazenamento e, até, na venda.

No Sistema Participativo é emitida certificação de produto orgânico (Produto Orgânico Brasil) pelo OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade –, organizado como pessoa jurídica.

Alternativa para pequenos agricultores orgânicos também é a venda para pequenos mercados ou diretamente para o consumidor em feiras, por exemplo. Nessa modalidade não há selo de certificação e o produtor precisa comprovar que utiliza práticas orgânicas de produção e, assim, obter registro junto ao Ministério da Agricultura, que por sua vez realizará inspeção. Além disso, as propriedades devem ser abertas aos consumidores para verificação.

A produção da matéria-prima está ligada a unidades de exploração, envolvendo os agricultores familiares que são parte desse processo produtivo. Cabe analisar na literatura se essa etapa da produção pode ser caracterizada como um processamento primário, pois se trata da colheita e transformação da matéria-prima de acordo com os critérios exigidos na indústria.

O processamento refere-se à indústria. No caso da erva-mate é utilizada a mesma linha de produção convencional para processar orgânicos. Observou-se a campo certa preocupação da indústria nesse processo, pois poderia haver contaminação durante esta etapa. Contudo, as análises realizadas pela certificadora descartaram essa hipótese. Os equipamentos passam por criteriosa limpeza para eliminar vestígios de produtos não orgânicos, evitando a contaminação.

Na distribuição os agentes envolvidos detêm conhecimento das preferências do consumidor e da quantidade demandada pelo mercado, permitindo o planejamento das entregas. No caso da erva-mate orgânica envolve instituições como supermercados, lojas de produtos naturais e especializadas. A venda direta ao consumidor é realizada somente na sede da indústria, não havendo estrutura e organização para atender feiras, como ocorre com hortifrutigranjeiros, nas quais o produtor comercializa diretamente para o consumidor.

O último elemento do sistema é o consumo, o qual refere-se a utilização final do produto, que se dá principalmente na forma de erva-mate para chimarrão.

Havendo uma organização entre os elementos do sistema produtivo poderiam ser aplicadas algumas estratégias de valorização e divulgação das características marcantes que resultam em qualidade para a produção. Um forte elemento integrador utilizado para caracterizar especificidades de um determinado local, que serve como estratégia de articulação para os potenciais de desenvolvimento territorial é a Indicação Geográfica. O potencial para o desenvolvimento territorial de produtos que possam estar associados a uma marca identitária, que os diferencie de outras regiões em função de suas características geográficas, históricas e sócio culturais, é objeto de estudos recentes no Brasil. Esses estudos partem do entendimento de que o desenvolvimento territorial está relacionado com os atores locais e sua capacidade de fomentar atividades econômicas baseadas na diferenciação (ABRAMOVAY, 2003).

As questões relacionadas à Indicação Geográfica envolvem um grupo maior de indivíduos e instituições, sendo um entrave para a aplicação. Contudo, conforme conversa com agentes públicos de Ilópolis, tal procedimento vem sendo estudado para futura implantação. Assim, a alternativa mais viável de valorização da produção agrícola e do produto final é a certificação orgânica, a qual pode ser efetivada com um grupo menor de agentes envolvidos.

A agricultura orgânica busca, por meio de um conjunto de técnicas de otimização produtiva, a qualidade dos alimentos e a preservação do sistema de produção, mantendo a ocupação da mão de obra rural e propiciando qualidade de vida aos envolvidos (BONILLA, 1992).

Além da importância local, a produção de erva-mate, seja de forma convencional ou orgânica, tem grande importância no mercado nacional e internacional. O Vale do Taquari, mais especificamente o município de Encantado, é responsável por mais de 75% do valor das exportações de erva-mate, representando cerca de 50 milhões de dólares/ano. A parceria entre a indústria brasileira Baldo S/A e a uruguaia Canárias S/A garante que 95% da produção destinada ao mercado externo seja dirigida ao Uruguai (SINDIMATE, 2017). Grande parte da matéria prima a ser beneficiada para a exportação provém do estado do Paraná. A produção local é insuficiente para o abastecimento de uma grande indústria exportadora, além de possuir maior valor financeiro pela questão da qualidade e da concorrência entre as inúmeras agroindústrias existentes fazendo então com que a matéria prima seja trazida de fora.

Medrado (2005) reforça que as propriedades onde a erva-mate é cultivada são, em sua maioria, pequenas e médias, assegurando uma expressiva importância social. Na região sul do Brasil a produção de erva-mate é responsável por gerar cerca de 70 mil empregos e aproximadamente 114 milhões de reais são injetados na economia anualmente (IBGE, 2013). Rocha e Miloca (2007) consideram a erva-mate como elemento da inter-relação no Cone Sul, envolvendo Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Assim, diante da importância produtiva e cultural e da expressividade dessa atividade nas propriedades familiares, torna-se relevante compreender como ocorre a produção, quais são as características peculiares presentes nessa atividade e as transformações provenientes das ações humanas em relação ao modo de produzir.

No que tange a produção de erva-mate orgânica cabe trazer alguns dados e tecer algumas considerações importantes, obtidas em trabalho de campo. A certificação por auditoria foi escolhida pela indústria visitada por trazer maior segurança e confiabilidade, conforme informações dos proprietários. A indústria iniciou as atividades de beneficiamento de erva-mate no ano de 2004. Inicialmente a família, que hoje é proprietária, possuía uma pequena porcentagem obtida com a cedência do terreno a um empresário, amigo da família, para a construção. O

empresário encontrou dificuldades para se manter e realizar o pagamento do financiamento da implantação da indústria, o que levou a família de agricultores a assumir a dívida e a gerenciar as atividades. Os produtos resultantes do processo de beneficiamento resumem-se a ervas para chimarrão, sendo classificadas em: tradicional, moída grossa, com açúcar, composto com chás e, mais recentemente, a partir de 2015, erva-mate orgânica.

No início das atividades industriais de processamento de erva-mate a produção resumia-se a um único tipo de produto, sem uma nomenclatura específica ou classificação, mas que se compararmos com o leque de ervas para chimarrão hoje disponíveis esse produto seria uma erva-mate tradicional, composta por 70% de folhas moídas e 30% de pequenas partes dos ramos e talos com até 5mm de espessura.

Com o passar do tempo, somente esse tipo de produto não atendia aos anseios do mercado consumidor, uma vez que, por ser composta pela maior parte de erva-mate moída, tornava-se fina, causando entupimento da bomba de chimarrão. A partir dessa necessidade passou a ser industrializada a erva-mate moída grossa, composta por 50% de folhas moídas e 50% de demais partes da planta, satisfazendo, assim, mais uma parte do mercado.

Porém, toda alteração tem suas consequências. A diminuição da quantidade de folhas moídas deixava o chimarrão com sabor mais amargo, gerando um novo impasse a ser solucionado. O amargor seria corrigido com a adição de açúcar, ação que deve respeitar a legislação que determina uma quantidade máxima de 3% de açúcar e identificação de tal presença na embalagem.

O composto com chás é uma mistura de erva-mate com chás e remete a um sabor de infância, onde os avós adicionavam na cuia chás com sabor agradável, como, por exemplo, camomila, para então servir às crianças e criar o hábito de tomar chimarrão.

Por último, surge o processamento e comercialização da erva-mate orgânica, a qual será tratada no próximo capítulo, atendendo aos anseios dessa pesquisa.

## 4 A PRODUÇÃO DE ERVA-MATE EM ILÓPOLIS E SUAS PRÁTICAS PRODUTIVAS

A importância da erva-mate para o município de Ilópolis é histórica. Recentemente, a proporção que a atividade atingiu supera qualquer previsão que pudera ter sido feita. Se fosse desenvolvida outra atividade agrícola nas mesmas proporções causaria agressões ambientais. O extrativismo da erva-mate pode ser considerado uma das formas de manutenção dos fragmentos da Floresta de Araucárias (GAIAD, 2010).

É absolutamente necessário, que as intervenções humanas sejam planejadas com objetivos claros de ordenamento territorial, tomando-se como premissas a potencialidade dos recursos naturais e humanos e as fragilidades dos ambientes. Os estudos analíticos [...], expressos através de cartogramas e textos, são documentos de extrema importância ao Planejamento Ambiental, que tenha como centro de preocupação o desenvolvimento sustentado, onde conservação e recuperação ambiental estão lado a lado com desenvolvimento tecnológico, econômico e social (ROSS, 1994, p. 70).

A Geografia tem papel fundamental na tentativa de explicar os condicionantes relacionados à localização de fenômenos, ou seja, a ciência geográfica busca apresentar as razões pelas quais determinados elementos ocorrem na terra, suas interrelações e organização. O uso e cobertura da terra é a determinação da forma como o espaço está sendo ocupado pelo homem ou preenchido pela cobertura natural, respectivamente. O levantamento do uso e cobertura da terra é de grande importância, na medida em que os efeitos do uso desordenado causam deterioração do ambiente. Os processos de erosão intensos, as inundações, os assoreamentos desenfreados de reservatórios e cursos d'água são consequências do uso inadequado da terra (LORENA, 2001).

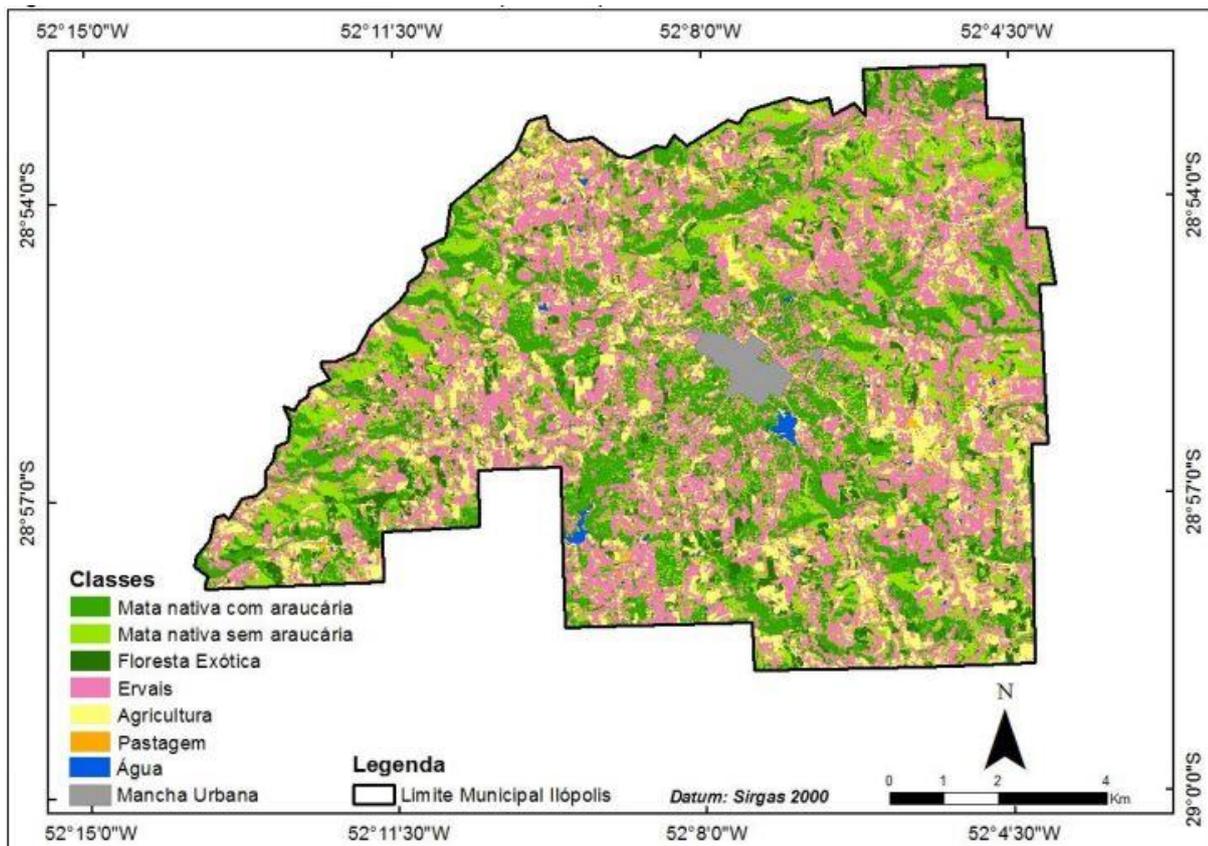
O mapeamento serve de instrumento para entender a dinâmica espacial e é nesse sentido que se visualiza a distribuição da erva-mate no município de Ilópolis. Ações governamentais poderiam ser inferidas a partir de tais estudos, visando o planejamento municipal, compreendendo a organização, as paisagens e as atividades humanas que são as principais geradoras de impactos sobre a natureza. Resumidamente, é possível relacionar os elementos físicos naturais com os socioeconômicos.

O conhecimento acerca das formas de utilização e ocupação dos solos são informações imprescindíveis para o estudo dos processos de erosão intensos, desertificação, inundações, assoreamentos de cursos d'água, entre outros, tornando-se de fundamental importância, na medida em que os efeitos de seu mau uso causam deterioração no meio ambiente, ou mesmo extinção de um determinado Ecossistema (ROSA, 2003, p. 15).

A interrelação dos elementos naturais e suas modificações, naturais ou por intervenções do homem, resultam na paisagem. As ações humanas são as principais criadoras e aceleradoras de fenômenos relacionados a alterações da paisagem e, geralmente, essas ações são oriundas de atividades do passado, mas condicionam os processos atuais e explicam a organização espacial.

Nota-se, conforme figura abaixo (Figura 24), que a atividade ervateira molda a paisagem e está presente em todo o município de Ilópolis, superando inclusive as atividades com agricultura. Contudo, há grande expressividade de matas nativas.

Figura 24 - Uso da terra no município de Ilópolis.



Fonte: Zerbielli (2017).

Ao analisar os dados oficiais das estimativas do IBGE (2016) observa-se que a área do município é de 11.648 ha e, segundo os dados, 7.300 ha cobertos com

erva-mate, o que representa mais de 60% do município. No mapeamento realizado por Zerbielli (2017) identificou-se pouco mais de 4 mil ha com erva-mate. A diferenciação de dados em relação ao IBGE é explicada pela dificuldade em identificar as distintas apresentações dos ervais, que podem ser confundidos nas imagens de satélites, visto que a reflectância espectral se dá de formas diferentes em ervais podados, sombreados, ao sol, em consórcio com atividades agrícolas, etc. Mesmo com essa diferença de dados, as informações trazidas pela autora são de grande relevância por apresentar elementos que auxiliam na análise do sistema produtivo de erva-mate de Ilópolis. A seguir, na Tabela 4, é possível visualizar a proporção da ocupação das terras do município por cada classe definida.

Tabela 4 – Cobertura e uso da terra em Ilópolis

Classes	Área ocupada (ha)	Proporção (%)
Mata nativa com araucária	2.697,85	23,17
Mata nativa sem araucária	2.008,17	17,25
Floresta exótica	596,52	5,12
Ervais	4.241,10	36,43
Agricultura	1.796,54	15,43
Pastagem	118,92	1,02
Água	51,88	0,42
Urbano	131,30	1,13
Total	11.642,28	100

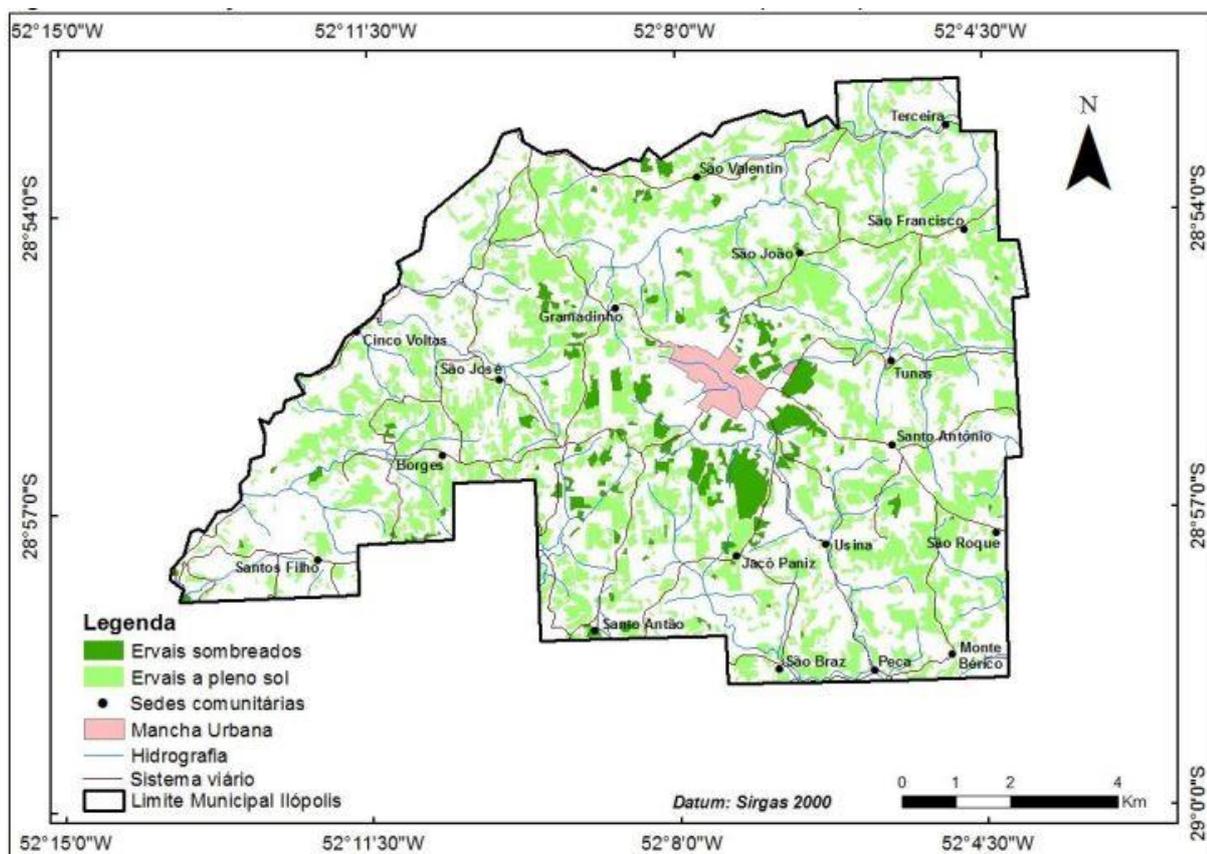
Fonte dos dados: Zerbielli (2017).

Conforme colocado anteriormente, mesmo com as limitações impostas na classificação das imagens por mapeamentos, as informações obtidas são relevantes por apresentarem de forma visual o que até então constava somente em números e de forma desconstruída. Assim, a respeito das informações apresentadas sobre área plantada com erva-mate, deve-se refletir e analisar se sua utilização atende as necessidades de pesquisa, caso contrário alternativas devem ser buscadas. A região urbana limita-se a sede do município, sendo esta a maior área urbanizada e,

por consequência, a maior concentração populacional também. Conforme o Censo do IBGE de 2010 a população urbana constituía-se de 2.207 habitantes e a rural era representada por 1.895 habitantes.

Em relação aos ervais notou-se que as lavouras expostas ao sol ou com pouco sombreamento foram plantadas, ou seja, não se encontravam naturalmente dispostas no ambiente. Esses ervais possuem qualidade, visto que disfrutam das mesmas características físicas dos ervais nativos. Porém, os ervais nativos, que geralmente encontram-se sob área de vegetação, em sombreamento, têm qualidade diferenciada, por resultar em um produto final mais suave, que agrada o consumidor, recebendo, inclusive, maior valor na venda à indústria que, por sua vez, poderá processá-la e comercializá-la como erva-mate nativa e agregar valor no mercado. Na figura abaixo (Figura 25) observa-se mais claramente os ervais presentes no município de Ilópolis.

Figura 25 - Área de cultivo de erva-mate em Ilópolis.



Fonte: Zerbielli (2017).

Os ervais estão espalhados pelas distintas comunidades rurais do município, sendo que a concentração de ervais sombreados ocorre próximo a sede municipal. Antes da realização de trabalho de campo, a interpretação era que possivelmente essas áreas tinham sido as primeiras a serem exploradas, pelo povoamento urbano ter iniciado e se concentrado nas proximidades e que nessa área haveria se mantido a vegetação original de porte maior e os ervais teriam sido adensados e explorados economicamente. Porém, após visita à área e com a consulta a informantes qualificados, identificou-se que próximo à sede municipal as propriedades tinham áreas maiores, pertenciam a uma única família e havia abundante ocorrência natural de erva-mate em meio à mata. Como nem toda a extensão das propriedades era explorada houve a preservação da mata e dos ervais nela presentes. No decorrer dos anos com divisão das propriedades em frações menores, por herança e venda, manteve-se o modo de extrativismo natural.

Poucas áreas com ervais possuem formato bem definido, pois o uso das terras acontece de acordo com as características do terreno, sendo que as áreas mais planas são utilizadas para agricultura e onde o terreno é acidentado mantem-se as matas. Algumas das áreas com menor presença de erva-mate possuem características geomorfológicas e de solos diferentes das demais áreas do município. Durante a realização das entrevistas foi relatado pelos informantes que a norte e nordeste do município os ervais eram menos abundantes no passado e que boa parte foi plantado, enquanto que a sul havia maior presença de ervais nativos.

A análise das áreas com plantio de erva-mate nos remete também a compreender que seriam poucas as alternativas de atividades agrícolas economicamente viáveis de serem desenvolvidas. A topografia ilustra as características físicas do terreno e, nesse caso, conhecer a declividade mostra as potencialidades e o quão suscetível à ação humana a área pode estar. Em pesquisas ambientais, a topografia é importante para a caracterização do clima e para o estudo de padrões de uso e ocupação do solo, associados às vantagens locais e facilidade de deslocamento (SILVA JR; FUCKNER, 2010).

Entende-se que as diretrizes norteadoras das pesquisas geográficas não podem somente buscar o entendimento das potencialidades dos recursos naturais, mas também das potencialidades humanas, as fragilidades dos sistemas ambientais naturais, como também as fragilidades socioculturais da sociedade (ROSS, 2006).

As avaliações da declividade, juntamente com o uso da terra, servem como importantes aliadas aos usos da terra, pois são elementos que indicam as potencialidades de uso de áreas agrícolas. As informações para o emprego de equipamentos agrícolas advêm da análise da declividade das áreas, a partir das quais é possível determinar os condicionantes de utilização para evitar a degradação ambiental. Como exemplo, em solos onde a declividade é maior não se pode utilizar a mecanização, pois isso causaria erosão (DE BIASI, 1992).

De Biasi (1970) determinou o uso da terra de acordo com as classes de declividade e sua obra Carta de Declividade de Vertentes: Confecção e Utilização serve como base para os trabalhos e análises de relevo até hoje. Conforme o autor, áreas com declividade de 0 – 5% são locais sem problemas de ocorrência de erosão, mas também deve ser considerado como limite de industrialização. Nos locais com declividade entre 5 – 12% é o limite para utilização de mecanização agrícola. Entre 12 – 30% de declividade, as atividades agrícolas de cultivos anuais tornam-se pouco viáveis, sendo possível a prática de culturas permanentes, como é o caso da erva-mate. O limite para o corte raso da vegetação é determinado pela classe de declividade correspondente de 30 – 47% onde estão as encostas de morro. Por último estão as áreas com declividade superior a 47% em que se encontram as Áreas de Preservação Permanente, de acordo com a Legislação Ambiental.

Respeitando as características físicas da região e visando obter uma maior diferenciação das áreas de declividade, Zerbielli (2017) criou as seguintes classes para o mapeamento de Ilópolis: 0 a 3% relevo plano; 3 a 8% relevo suave ondulado; 8 a 13% relevo moderadamente ondulado; 13 a 20% relevo ondulado; 20 a 45% relevo forte ondulado; 45 a 100% relevo montanhoso; e, por último, as áreas escarpadas onde a declividade é superior a 100%. O número maior de classes e com um menor intervalo foi possível devido à heterogeneidade do terreno.

Na Tabela 5 é possível visualizar a área total identificada pelo mapeamento no município e a área total com erva-mate, distribuídas em cada uma das classes de declividade.

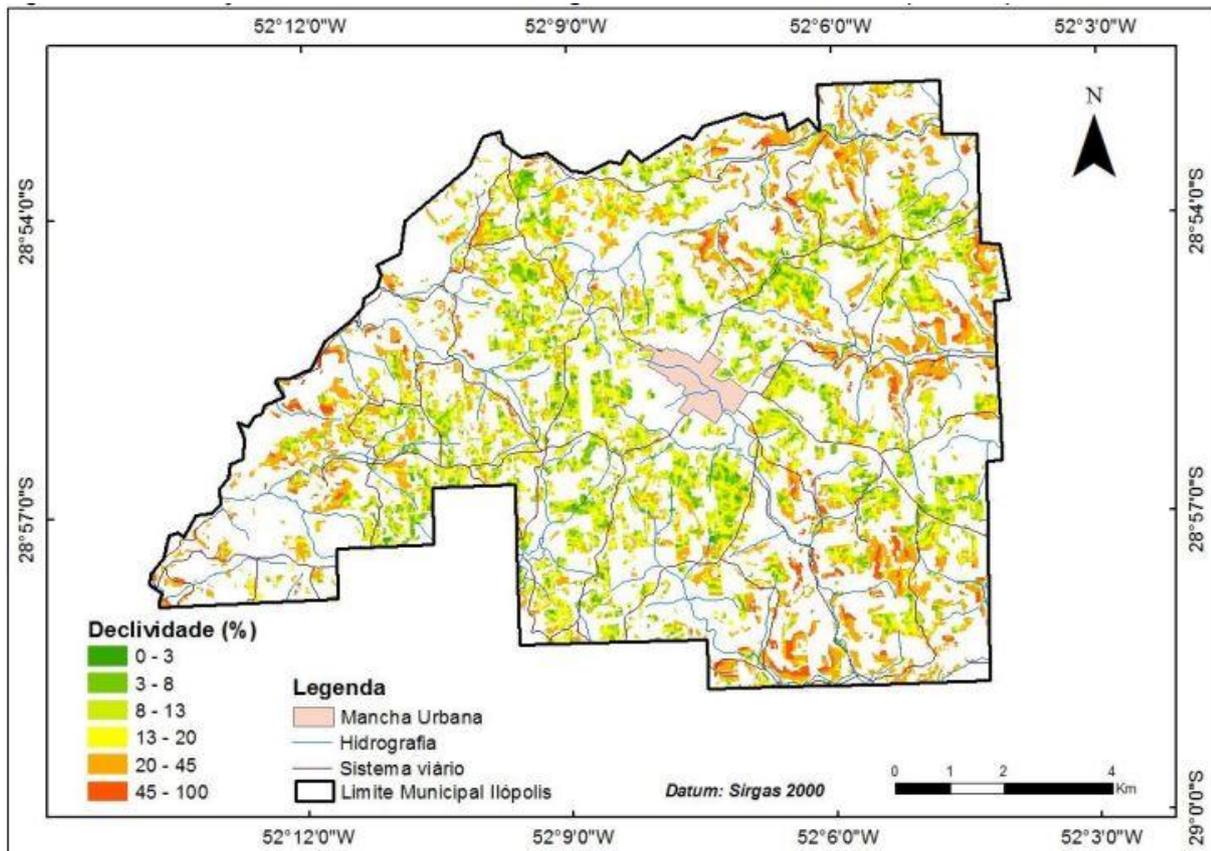
Tabela 5 – Área ocupada total do município e área total com erva-mate de acordo com cada classe de declividade

Declividade (%)	Área total do município	Percentual (%)	Área com erva-mate	Percentual (%)
0 – 3	222,74	1,91	71,08	1,81
3 – 8	1.515,01	13,01	575,72	14,68
8 – 13	2.234,16	19,20	925,99	14,68
13 – 20	2.341,26	20,11	949,21	24,20
20 – 45	3.706,32	31,84	1.171,07	29,86
45 – 100	1.616,12	13,88	229,08	5,84
>100	5,67	0,05	0	0
Total	11.642,28	100	3.922,15	100

Fonte dos dados: Zerbielli (2017).

Observa-se que a maior parte da área do município possui relevo forte ondulado (declividade de 20 – 45%) e é nessa classe de declividade que se encontram a maioria dos ervais (29,86%), o que, seguindo as determinações De Biasi (1970), não permite a utilização de mecanização agrícola pela declividade. Portanto, a atividade ervateira, por não ter o emprego de maquinários, além dos que são utilizados para o transporte (trator), se adequa às características topográficas locais. Observa-se que quase 60% dos ervais estão em áreas com declividades superiores a 13%, ou seja, ocupam áreas em que os cultivos agrícolas anuais não se desenvolvem adequadamente. O relevo acentuado contribuiu para que a atividade pudesse ser amplamente desenvolvida. Na Figura 26 é possível visualizar a distribuição dos ervais conforme a declividade.

Figura 26 - Ervais do município de Ilópolis de acordo com as classes de declividade

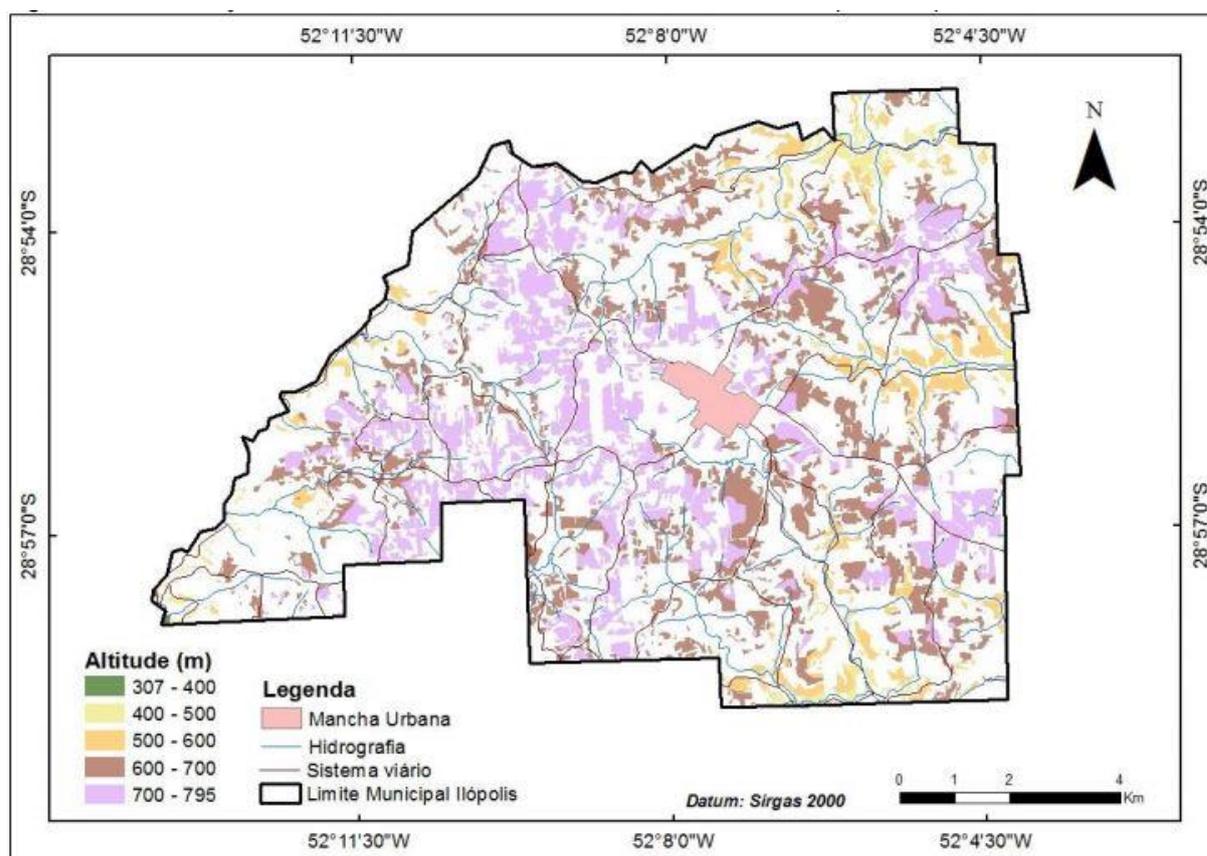


Fonte: Zerbielli (2017).

Os ervais estão dispersos pelas áreas com declividades consideráveis, mas possivelmente não há uma relação de influência da declividade sobre os ervais ou na qualidade da matéria prima. A questão da ocupação dessas áreas por erva-mate é resultado da presença natural da espécie na região, da valorização econômica da atividade, da dificuldade de emprego de mecanização e plantio de outros cultivos agrícolas. Assim, a declividade apenas torna dificultoso o trabalho nessas áreas e a atividade ervateira acaba sendo uma das poucas possíveis de desenvolvimento. Um pé de erva-mate sobrevive por cerca de cem anos, portanto, o plantio nas lavouras ocorre uma única vez e somente é replantado quando alguma árvore morre, não tendo o mesmo trabalho que uma atividade agrícola anual. Porém, a declividade é um grande obstáculo no manejo dos ervais e principalmente na colheita, pois o transporte da matéria prima precisa ser feito pelo agricultor nas costas até a estrada, onde estará a carroça ou trator, com trajetos que atingem 50 metros e peso carregado de aproximadamente 50 kg.

Em relação à altitude (Figura 27) nota-se que grande parte dos ervais está em altitudes superiores a 600 metros. A disposição de ervais ocorre naturalmente em altitudes de 500 a 1500 metros (OLIVEIRA; ROTTA, 1985). As altitudes elevadas influenciam nas características dos ervais, resultando em qualidade ao produto final, por proporcionar as condições ideais de ambiente de produção (DORTZBACH, 2017).

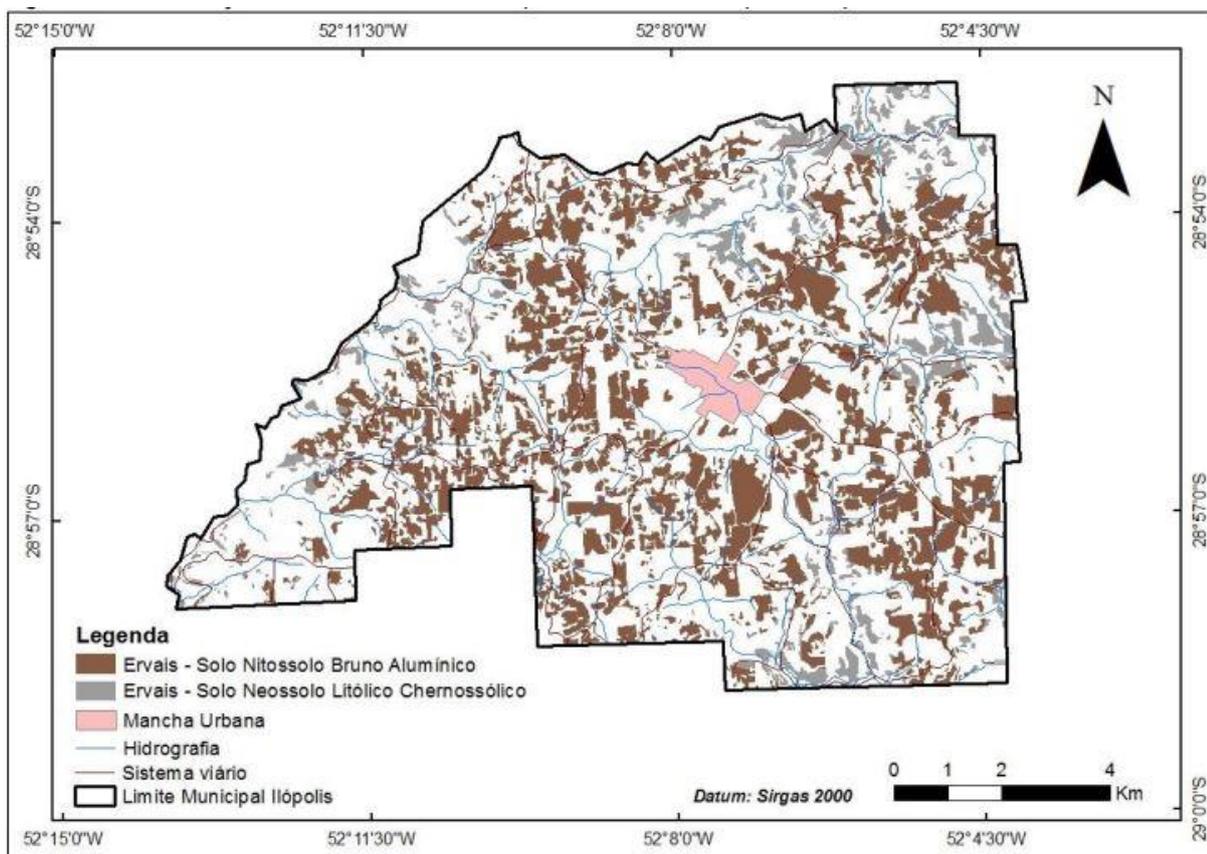
Figura 27 - Ervais do município de Ilópolis de acordo com as classes de altitude



Fonte: Zerbielli (2017).

A relação com a qualidade dos ervais da região pode estar associada com a altitude, visto que a distribuição dos mesmos ocorre principalmente em áreas de maior altitude. Outro fator relevante é o solo presente nessas áreas de grandes altitudes, com predominância de Nitossolo Bruno Alumínico, solo com grande acidez e que proporciona sabor suave ao produto final (Figura 28).

Figura 28 - Ervais do município de Ilópolis de acordo com os tipos de solo



Fonte: Zerbielli (2017).

As características físicas da região de Ilópolis possibilitam o desenvolvimento natural dos ervais. Estudos acerca dessas características podem contribuir para o entendimento da harmonia natural existente entre o ambiente e a produção ervateira.

Conforme informações da Secretaria de Agricultura de Ilópolis, o número de propriedades familiares vem diminuindo ano a ano e em 95% das propriedades produz-se erva-mate. Nos levantamentos realizados pela secretaria foram identificadas, no ano de 2018, 642 propriedades, com distribuição e representatividade na produção ervateira sintetizada a seguir (Tabela 5).

Tabela 5 – Distribuição das propriedades familiares por localidade em Ilópolis e a representação na produção de erva-mate

<b>Localidade</b>	<b>Número de propriedades</b>	<b>Representatividade na produção de erva-mate</b>
Linha São Francisco	70	19
Linha Borges	58	9
Linha Santo Antônio	54	8
Linha Terceira	29	8
Linha São João	53	6
Linha São Valentim	27	6
Linha Gramadinho	62	5
Linha Pecca	25	4
Linha Monte Bérico	29	4
Sede	26	4
Linha São Roque	14	4
Linha Tunas	23	4
Linha São José	19	3
Linha Santos Filho	28	3
Linha São Brás	20	2
Linha Usina	9	2
Linha Jacó Panis	15	2
Linha Santo Antão	24	2
Acesso	12	2
Linha Posse Maia	2	1
Linha Cinco Voltas	19	1
Linha Maria Quitéria	14	1
Outras	10	Valor não estimado
<b>Total</b>	<b>642</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria da Agricultura de Ilópolis (2018).

Em todas as localidades há presença de erva-mate. As propriedades familiares com produção de erva-mate orgânica encontram-se em algumas dessas

localidades e duas dessas propriedades estão em outros municípios, conforme pode ser observado abaixo (Tabela 6).

Tabela 6 – Distribuição das propriedades familiares produtoras de erva-mate orgânica

<b>Localidade</b>	<b>Número de propriedades</b>
Linha Santo Antônio	4
Linha São João	2
Sede	2
Linha São Francisco	1
Município de Anta Gorda	1
Município de Putinga	1
<b>Total</b>	<b>11</b>

Fonte: Autor. Trabalho de campo (2018).

Atualmente essas 11 propriedades possuem 56 ha com certificação de produção de erva-mate orgânica, sendo que a área de cada propriedade varia de um mínimo de 1,5 há até o máximo de 6 ha. Ao analisar as informações obtidas durante a pesquisa notou-se que o número de propriedades e a área alteram-se significativamente, o que nos remete a um pensamento de que a atividade de produção orgânica não está totalmente fixada.

Ao iniciar o processo de certificação no ano de 2011 o grupo era formado por 11 propriedades, com uma área de 30 ha. Em 2014, após vencer o período de carência e feitas as adequações necessárias, a indústria passa a processar essa matéria prima e encaminhá-la ao mercado. No ano de 2016 o número de propriedades aumenta para 16 e a área passa a ser de 50 há, alteração provocada pelo ingresso de novos membros e, também, por desistências e desligamentos. Em 2018 ocorre o aumento da área para os atuais 56 ha, com nova alteração dos produtores. Abaixo é possível visualizar o número de pessoas envolvidas nas propriedades com produção de erva-mate orgânica de cada localidade (Tabela 7).

Tabela 7 – Número de pessoas nas propriedades com produção de erva-mate orgânica

<b>Localidade</b>	<b>Número de pessoas</b>
Linha Santo Antônio	14
Linha São Joao	7
Sede	5
Linha São Francisco	3
Município de Anta Gorda	4
Município de Putinga	7
<b>Total</b>	<b>40</b>

Fonte: Autor. Trabalho de campo (2018).

Considerando que são 642 propriedades familiares e que quase a totalidade delas estão vinculadas à produção ervateira, o número de produtores orgânicos pode ser considerado pequeno. Na indústria, os 11 produtores, com seus 56 ha, são responsáveis por 14% do total da erva-mate comercializada, ou seja, são 86% de produto convencional e 14% de orgânica. Para o agricultor o valor adicional pelo produto orgânico é de cerca de 40% em comparação com a produção convencional. A indústria, em entrevista, informou que não repassa toda a margem ao mercado, pois acarretaria em um preço muito elevado e impediria a circulação do produto. O principal custo da produção orgânica está ligado à certificação, especialmente nas auditorias semestrais e anuais a que as propriedades e indústrias são submetidas.

As 11 propriedades analisadas possuem características muito semelhantes entre si, tendo a erva-mate como principal fonte de renda. Em visitas pôde ser observado o interesse em agregar valor econômico à produção e aumentar a renda da família. O aumento de ganhos econômicos é fortemente difundido e faz parte da cultura italiana local. A preocupação com os resultados econômicos positivos muitas vezes fica à frente do bem-estar e da saúde, o que pôde ser percebido quando o trabalho de colheita da erva-mate é realizado em dias chuvosos. Mesmo não sendo uma necessidade extrema, a colheita não deixa de ser realizada para que não haja diminuição da renda semanal.

A distribuição dos membros das famílias em relação à faixa etária é bem uniforme (Tabela 8). A faixa com menos de 30 anos inclui desde crianças, que não

desempenham atividades na agricultura, jovens que estudam e adultos que já se fixaram no campo e pretendem seguir com as atividades agrícolas. Nesse grupo não há definição futura da permanência das crianças no campo e pouco mais de 50% dos jovens demonstraram a certeza em buscar alternativas de futuro na cidade.

As pessoas de 30 a 60 anos são as que efetivamente desenvolvem as atividades agrícolas, sendo a mão de obra para o plantio, manejo e colheita dos ervais. Em alguns casos a tomada de decisão nas propriedades é atribuída a membros dessa faixa etária. As pessoas com mais de 60 anos ainda dominam a tomada de decisões, recebem aposentaria e pouco mais de 40% delas ainda trabalham na lavoura.

Tabela 8 – Membros das famílias por faixa etária

<b>Localidade</b>	<b>Pessoas com menos de 30 anos</b>	<b>Pessoas de 30 a 60 anos</b>	<b>Pessoas com mais de 60</b>
Linha Santo Antão	5	6	3
Linha São Joao	3	0	4
Sede	0	2	3
Linha São Francisco	1	2	0
Município de Anta Gorda	1	2	1
Município de Putinga	3	2	2
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>13</b>

Fonte: Autor. Trabalho de campo (2018).

A tendência é que novos grupos voltados à produção de erva-mate orgânica venham a se formar, pois o mercado mostra-se receptivo ao produto. Nas demais indústrias, nas quais os próprios proprietários são os produtores, nota-se um preço mais elevado do produto no mercado. Cabe analisar os fatores que determinam os custos entre um grupo maior de produtores e de produtores isolados.

#### 4.1 PRODUÇÃO DE ERVA-MATE ORGÂNICA

Partindo do contato com produtores e indústria, por meio do trabalho de campo, são analisadas as informações coletadas, com a finalidade de compreender como ocorre as transformações nas práticas produtivas e quais as projeções e perspectivas para garantir a continuidade da produção. Assim, analisa-se como o cultivo orgânico de erva-mate, desenvolvido pelos agricultores familiares, calcado em um modelo diferenciado para o mercado, se reproduz socialmente no município de Ilópolis/RS.

Em pequenas unidades de exploração, como é o caso de Ilópolis, a agricultura orgânica mostra-se como opção viável para a inserção no mercado produtivo. As *commodities* agrícolas tradicionais requerem escala de produção para compensar os custos de produção e a queda de preços, que resultam na redução das margens de lucro. Então, os sistemas de produção orgânicos constituem-se como alternativa aos pequenos agricultores, pois, mesmo necessitando de mais mão de obra, o seu desempenho econômico é melhor, traduzido por menores custos efetivos e maior relação entre custo-benefício (CARMO; MAGALHÃES, 1998).

De acordo com Penteado (2001), a venda direta para consumidores, feirantes, supermercados, etc., evita os intermediários, permitindo uma renda maior para o produtor. Os produtos orgânicos atendem a um público específico, preocupado com a alimentação saudável ou filosofia de consumo e as unidades com cultivo convencional podem estar convertendo-se em orgânicas para atender a esse mercado consumidor existente.

Os consumidores de produtos agrícolas orgânicos não são um segmento homogêneo, em termos sociais, econômicos e ideológicos, e as preocupações nem sempre são coerentes quanto aos motivos de sua opção de consumo (CERVEIRA; CASTRO, 1998).

O crescimento da agricultura orgânica, que colabora com a diminuição dos efeitos adversos do uso de produtos químicos no ecossistema atendendo as necessidades da população e o nível de exigência do consumidor (SOUZA et al., 1995).

O crescimento das atividades ligadas à produção orgânica proporciona a diminuição dos efeitos dos produtos químicos no ecossistema pela utilização de métodos alternativos de controle de pragas e doenças, preservação das

propriedades do solo, manejo de plantas daninhas, cobertura morta, adubação verde e rotação de cultura, entre outros (SOUZA et al., 1995).

Altieri (2002) coloca que a agricultura sustentável busca rendimentos duráveis, a longo prazo, com a utilização de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas. Para que isso ocorra é necessário a otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de qualquer produto específico. A definição feita pelo autor, de uma agricultura que busca produzir de forma racional, indiretamente engloba a importância de todos os agentes envolvidos no objetivo da agricultura sustentável. De forma mais aprofundada, envolvendo os agentes sociais em sua definição, Gliessman (2000) coloca a agricultura sustentável como aquela que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando, com equidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, entre diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações (GLIESSMAN, 2000).

Entre as empresas de assistência técnica presentes na área de estudo destaca-se a EMATER/RS-ASCAR, da qual cabe destacar os objetivos:

- Alcançar graus crescentes de sustentabilidade nas formas de manejo dos recursos naturais e dos agroecossistemas.
- Estimular a validação de tecnologias ambientalmente adaptadas e a apropriação de conhecimentos que permitam níveis crescentes de produção agropecuária com o uso adequado dos recursos disponíveis, com vistas à geração de renda e ao fortalecimento da participação da agricultura nas cadeias produtivas.
- Promover processos de beneficiamento e agroindustrialização da produção familiar, com vistas à agregação de renda e valorização da cultura, e apoiar outras iniciativas emergentes no meio rural, tais como o artesanato, turismo e outras.
- Buscar a participação cidadã e a inclusão social nas ações de assistência técnica e extensão rural considerando as questões de gênero e geração, bem como promover a inclusão dos agricultores(as) pobres, das populações quilombolas, indígenas, de pecuaristas familiares, pescadores artesanais e assentados da reforma agrária, de forma a integrá-los ao desenvolvimento rural, garantindo a sua segurança e soberania alimentar e nutricional.
- Contribuir para a formulação, implantação e consolidação das políticas públicas, nos níveis federal, estadual e municipal, voltadas para o fortalecimento da agricultura.
- Auxiliar nos processos de comercialização, com isenção e imparcialidade, garantindo os padrões de qualidade dos produtos normatizados e os vinculados às particularidades das partes interessadas e atendidas pelos serviços de classificação e certificação (EMATER/RS – ASCAR, 2015, p.12-14).

Com objetivos tão próximos às necessidades do meio rural, inclusive na área de estudo, o atendimento das entidades públicas foi citado, pelos entrevistados,

como ausente ou pouco expressivo em relação à assistência técnica. Essa assistência, a qual não nos cabe identificar os motivos da carência, poderia encaminhar a agricultura orgânica para o desenvolvimento mais além, alcançando um enfoque agroecológico. Nota-se uma ausência de lideranças que almejem um horizonte mais amplo do que as práticas produtivas desenvolvidas.

Mesmo com uma origem interligada, a agroecologia e a agricultura orgânica possuem suas distinções. A agroecologia é entendida como uma ciência, tendo seus limites teóricos definidos, que busca os saberes de várias áreas do conhecimento para alcançar o desenvolvimento social e econômico sustentável, respeitando os elementos da natureza. A agricultura orgânica é uma prática agrícola que, mesmo desenvolvendo atividades de produção semelhantes à agroecologia, a diferenciação está em sua essência, especialmente nos agentes sociais envolvidos no processo de produção, no qual o objetivo é atender o mercado consumidor (PENTEADO, 2000).

A transformação das práticas produtivas mostra-se com uma tendência de crescimento, especialmente em pequenas propriedades, retomando o modo de produzir tradicional. Baseando-se nos níveis indicados por Gliessman (2000), a EMATER/RS-ASCAR elencou três estágios de transição da agricultura. O primeiro nível seria o convencional/racionalização: agricultores assistidos que vêm, simplesmente, reduzindo o uso de insumos químicos, por razões econômicas ou outras, sem maior preocupação com a adoção de insumos ou práticas alternativas. O segundo nível é o de transição/substituição: agricultores assistidos realizam processos de substituição de insumos químicos por insumos alternativos de base ecológica. O terceiro e último nível refere-se à transição/redesenho: agricultores assistidos que, além do processo de substituição de insumos, vêm realizando o redesenho de suas propriedades, a partir de um enfoque ecológico e sistêmico (EMATER/RS-ASCAR, 2002).

No contato com os agricultores, produtores de erva-mate orgânica, observando os estágios propostos pela EMATER, pode-se inferir que não houve a adoção de uma sequência de estágios. Os produtores alteraram seu modo de produzir visando obter os requisitos necessários para certificação. Identificando-se assim que se trata de uma transformação no modo de produzir voltado para a comercialização da produção vegetal existente, ou seja, a produção orgânica foi adotada como garantia de mercado. Contudo, não desmerece a importância da

atividade, visto que, a área que cada produtor possui com certificação é, em sua maioria, menor que 10% da área total da propriedade e houve diminuição significativa da utilização de produtos químicos, mesmo nas áreas sem a destinação para agricultura orgânica. A rejeição das práticas convencionais foi relatada pelos agricultores como uma forma de medo das consequências de seu uso em relação a saúde. Essa preocupação surge a partir dos esclarecimentos e orientações, recebidas principalmente da empresa certificadora.

Os produtos químicos utilizados na agricultura convencional podem causar distúrbios fisiológicos nos vegetais que, algumas vezes, não são identificados diretamente. Contaminações da ordem de parte por trilhão (ppt) podem ter efeitos adversos com danos sutis como alterações hormonais nas plantas, as quais não podem ser prontamente identificadas (COLBORN et al., 2000)

Cientificamente há várias diferenciações, de acordo com o modo de produzir, que caracterizam a produção orgânica, porém os consumidores não se preocupam com as diferenças entre os tipos de agricultura alternativa existentes, considerando todos os seus produtos simplesmente como produtos orgânicos, pois a sua principal preocupação é com o consumo de alimentos sem agrotóxicos e sem outras substâncias químicas sintéticas prejudiciais à saúde (CAMPANHOLA; VALRINI, 2001).

Em relação as questões ambientais, a estabilidade da natureza, conforme Romeiro (1996), depende da diversidade existente. Mesmo localizada em área de mata atlântica em que visivelmente nota-se estar conservada, a área de estudo vivenciou diversos ciclos de produção, a saber: milho, soja, fumo, suínos e aves. As culturas anuais, quando produzidas de forma convencional, agridem o ecossistema causando a perda da capacidade de autorregulação natural, fazendo com que o equilíbrio e a estabilidade de áreas agrícolas dependam constantemente de interferências do homem.

As questões e preocupações ambientais sempre enfrentam a contradição dos interesses públicos e privados, sempre voltados a atender um mínimo necessário, como bem coloca Hannigan:

Presos numa posição contraditória, pois ambos, promotor do desenvolvimento econômico e regulador ambiental, engajam os governos em um processo de “gestão ambiental” no qual eles tentam legislar um limitado grau de proteção suficiente para evitar crítica, mas não significativamente o suficiente para descarrilar a locomotiva do crescimento. Ao legislar leis ambientais e procedimentos que são complexos, ambíguos e abertos à exploração pelas forças da produção de capital e da acumulação, o Estado reafirma seu compromisso com estratégias de promoção do desenvolvimento econômico (HANNIGAN, 2009, p. 41).

Quando algo destoa do tradicional, ao qual a sociedade está acostumada, desprende atenção, como é o caso da produção orgânica, e a ação do governo e do capital tendem a mudar seu enfoque.

Para compreender um processo de conversão é preciso ter em mente alguns conceitos, como de agricultura orgânica. Originariamente o conceito de agricultura orgânica define o solo como um sistema vivo, que deve ser nutrido, sem restringir as atividades de organismos benéficos necessários à reciclagem de nutrientes (USDA, 1984). Ao se referir às unidades de exploração, o manejo visa promover a agro biodiversidade e os ciclos biológicos, buscando a sustentabilidade social, ambiental e econômica da unidade, no tempo e no espaço (NEVES et al., 2000).

O termo orgânico está relacionado com “organismo” trazendo em si as ligações de todas as atividades de uma propriedade, que seriam partes de um corpo dinâmico e interativo (ASSIS et al., 1998). Então, o estabelecimento de sistemas parte de produção com base em tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, objetivam a produção de um alimento sadio, com características e sabor originais, que atenda às expectativas do consumidor (PENTEADO, 2000).

Em 1999, o Ministério de Agricultura e do Abastecimento por meio da Normativa 07/99, publicada pelo Diário Oficial da União em 17 de maio de 1999 (Brasil, 1999), define agricultura orgânica:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados (OGM/transgênicos), ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e transformação (BRASIL, 1999).

Com a criação da normatização referente à produção orgânica, as diferentes correntes de produção, mesmo tendo normas próprias, em alguns casos mais rígidas, passam a adotar as normas mínimas com o intuito de obter a certificação. Quando a certificação se destina a produtos para exportação, as certificadoras não podem comercializar produtos e insumos, nem prestar serviços de consultorias, assistência técnica e elaboração de projetos, mas se o produto final se destina ao mercado interno só não é permitido comercializar produtos e insumos.

Em meio a todo o processo normativo, os empreendedores valem-se da brecha existente no mercado e investem na indústria do orgânico, visando lucro imediato. Segundo Assis e Romeiro (2002), a pressão de mercado por produtos específicos favorece o estabelecimento de sistemas orgânicos de produção, com base na aplicação de tecnologia, formando monoculturas de produção orgânica.

A forma de trabalho e o objetivo da conversão da produção convencional para orgânica tem relação com as instituições certificadoras ligadas às unidades de exploração. A identificação das características produtivas revela a essência da orientação e do caminho adotado para produzir.

Contrapondo o modo de produção, caracterizado como indústria do orgânico, há os que entendem a unidade de exploração como um organismo vivo interligado e buscam produzir de acordo com a filosofia que deu origem ao movimento da agricultura orgânica. Assim, a identificação com um dos modos de produção esclarece e caracteriza um sistema produtivo.

Nos Estados Unidos, a agricultura orgânica é considerada apenas como mais uma oportunidade de nicho de mercado para produtos agropecuários com características diferenciadas e a regulamentação da produção e comercialização de orgânicos possui regras claras colocando-a como uma atividade industrial (GOODMAN, 2000).

Ao tratar das discussões nos EUA sobre a regulamentação da produção orgânica, Silva (1995) nos traz uma importante reflexão:

[...] a principal contribuição desse movimento (ambientalista) não está na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis, mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza; na produção de novos valores filosóficos, morais e até mesmo religiosos; e na gestão de novos conceitos jurídicos (SILVA, 1995, p.11).

Ou seja, a agricultura orgânica deverá estar sempre vinculada a sua origem como movimento social transformador. O processo de conversão é de grande valia, pois em algum momento houve a discussão sobre essa transformação.

A agricultura convencional se fez presente em todas as unidades de exploração que são objeto de estudo dessa pesquisa, houve, portanto, uma conversão ou transição para a agricultura orgânica. Essa conversão ou transição caracteriza-se a partir da identificação das formas de manejo adotadas nas unidades de exploração e dos planos futuros.

A conversão é um termo utilizado na denominação do processo de alteração do sistema convencional para sistema de produção orgânico. Trata-se da alteração diária da forma de pensar e trabalhar a agricultura, processo que envolve aspectos culturais, técnicos, educacionais, normativos e de mercado (VITOI, 2000).

Essa mudança no processo de manejo inicia pelo desuso de insumos sintéticos e substituição por insumos naturais e biodegradáveis renováveis pelo período necessário à “desintoxicação”. Enquanto houver vestígios de agroquímicos ou fertilizantes sintéticos a produção não poderá ser considerada orgânica.

Tecnicamente, a conversão é o processo de mudança do sistema de produção convencional para orgânico, identificado como o período de “quarentena” exigido pela legislação, ou seja, é o período que compreende o final da utilização de insumos não permitidos até o início da colheita como orgânico. Esse período, segundo a IN 007 de 17 de maio de 1999, é de dezoito meses para produção vegetal perene, que é o caso da erva-mate (BRASIL, 1999).

As questões técnicas envolvem a parte agrônômica da produção, mas há outro fator de suma importância e refere-se às questões educativas, que dizem respeito ao aprendizado dos produtores e a aceitação em experimentar técnicas não usuais. O período de conversão não é apenas uma “quarentena” para eliminação de resíduos, mas sim um período necessário para a reorganização e assimilação dos novos conhecimentos, ressignificando a relação dos agricultores com o ambiente (KHATOUNIAN, 1999).

A transformação no modo de produção pode ser mais impactante em algumas unidades de exploração, por isso:

É necessário estabelecer limites de tempo para que sejam efetuados alguns ajustes na rotina e no aprendizado de técnicas utilizadas na agricultura orgânica. É recomendável um planejamento adequado para cada realidade, dentro de um tempo estabelecido, de tal forma que a conversão ocorra de fato e não passe, apenas, como uma proposta sem resultados concretos. O tempo necessário para conversão, no entanto, bem como as dificuldades a serem observadas nesse processo dependerá ainda do grau de adoção anterior, por parte do agricultor, de práticas convencionais, do período em que isso ocorreu e da intensidade de como tudo isso afetou as bases de produção até o início do processo de conversão (FEIDEN et al., 2002, p. 180).

O tempo mínimo não significa o fim de um processo, mas sim o início, pois após o período entende-se que o produtor possui o conhecimento mínimo para produzir com certificação orgânica, mesmo que os padrões mínimos não signifiquem suficiência para garantir a sustentabilidade ambiental.

A subjetividade de se tratar da sustentabilidade contrasta com as necessidades definidas para os padrões orgânicos. A busca por esses padrões pode determinar a simplificação e limitação de um sistema produtivo ao basear-se somente no que não é permitido.

Assim como nos sistemas convencionais de produção, onde há distintos níveis de eficiência e rendimento, nos sistemas orgânicos certificados também há essa caracterização, principalmente na fase inicial, porém com a vantagem de atingir outro patamar do convencional para o orgânico, cabendo a persistência e adequações rotineiras para alcançar a sustentabilidade (KHATOUNIAN, 1999).

Pelo processo de conversão extremamente novo, os produtores de erva-mate orgânica de Ilópolis, possivelmente, podem estar enfrentando dificuldades em relação a eficiência e rendimento, pois, conforme Kathounian (1999), trata-se de uma das características marcantes dos novos sistemas orgânicos de produção. Mesmo após décadas implantado, não há certeza que haja a harmonia e integração necessária no agroecossistema que seja capaz de garantir sua sustentabilidade.

Cabe definir que:

Sustentabilidade deve ser compreendida como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação têm, pelas suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais) de se inserir no processo geral de desenvolvimento. Em outras palavras, sustentabilidade deve ser entendida como a capacidade de uma região em constituir seu padrão de desenvolvimento, num padrão de desenvolvimento diferenciado (BECKER, 2002, p. 77).

A agricultura orgânica pode ser considerada como esse padrão de desenvolvimento diferenciado. Um elemento que requer atenção importante na produção orgânica é a expectativa do consumidor, uma vez que pode influenciar diretamente nas práticas produtivas do produtor por meio da tentativa de acelerar processos, reduzindo procedimentos, e, assim, minimizando a questão ecológica.

Recentemente, em janeiro de 2019, foi criada a lei que institui a Política Nacional da Erva-Mate, com o objetivo de fomentar a produção sustentável, elevar o padrão de qualidade, apoiar e incentivar o comércio de erva-mate do Brasil. Mesmo sem apontar caminhos para alcançar os objetivos, a nova legislação mostra pertinência às necessidades do setor ervateiro, mas também podem gerar preocupações ao chamar de burocracia alguns elementos que garantem a ordem no processo de produção.

Conforme DOU, de 04 de janeiro de 2019, edição 3, seção 1, páginas 1 e 2, artigo 2º:

São princípios e diretrizes da Política Nacional da Erva-Mate:

- I - a sustentabilidade ambiental, econômica e social da cadeia produtiva;
- II - a elevação do padrão de qualidade e segurança do produto;
- III - a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico;
- IV - o aproveitamento da diversidade cultural, ambiental, de solos e de climas do País para a produção de erva-mate;
- V - a desburocratização e a adequação das normas que regem os aspectos sanitário, trabalhista e ambiental relacionados à produção, colheita, industrialização, comércio e consumo da erva-mate, considerando as peculiaridades sociais, culturais, locais, regionais e do sistema de cultivo;
- VI - a articulação e a colaboração entre o setor privado e os entes públicos federais, estaduais e municipais;
- VII - o estímulo às economias locais; e
- VIII - o incentivo ao consumo e ao desenvolvimento de novos mercados e empregos industriais para a erva-mate brasileira.

Art. 3º São instrumentos da Política Nacional da Erva-Mate:

- I - o crédito oficial para a produção, industrialização e comercialização;
- II - a pesquisa agrícola, bioquímica, farmacêutica e alimentícia;
- III - o desenvolvimento tecnológico agrícola e industrial;
- IV - a assistência técnica e a extensão rural;
- V - a capacitação gerencial e a qualificação de mão de obra;
- VI - o associativismo, o cooperativismo e os arranjos produtivos locais;
- VII - o seguro rural;
- VIII - as certificações de origem, social e de qualidade dos produtos;
- IX - a prospecção de mercados, feiras e ações de divulgação do produto no Brasil e no exterior;
- X - a promoção de ajustes normativos; e
- XI - os fóruns, câmaras e conselhos setoriais, públicos e privados.

Art. 4º Na formulação e execução da Política de que trata esta Lei, os órgãos competentes deverão:

- I - estabelecer acordos e parcerias com entidades públicas e privadas;
- II - considerar as reivindicações e sugestões do setor produtivo e dos consumidores;
- III - apoiar o comércio interno e externo de erva-mate e de seus produtos derivados;
- IV - incentivar pesquisas públicas e privadas nas áreas alimentícia, bioquímica, farmacêutica, cosmética, entre outras pertinentes, com a finalidade de ampliar a utilização industrial da erva-mate;
- V - fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de variedades superiores de erva-mate e de tecnologias de cultivo, colheita e industrialização que elevem a qualidade dos produtos de erva-mate e a sustentabilidade econômica, social e ambiental da cadeia produtiva;
- VI - promover o uso de boas práticas de cultivo, produção e industrialização e apoiar o desenvolvimento de sistemas de certificação de qualidade e relativos ao cumprimento de requisitos sociais e ambientais;
- VII - promover a melhoria da qualidade da erva-mate;
- VIII - incentivar e apoiar a organização produtiva;
- IX - estimular investimentos que promovam a adoção de boas práticas de cultivo e a inovação tecnológica em sistemas de produção e de industrialização, visando ao aumento da produtividade e da qualidade e à ampliação do mercado consumidor de erva-mate; e
- X - ofertar linhas de crédito e de financiamento em condições favorecidas para a produção, industrialização e comercialização de erva-mate.

Parágrafo único. A oferta de crédito e de financiamento de que trata o inciso X do **caput** deste artigo deve ser complementada pela disponibilização de assistência técnica e extensão rural de qualidade, especialmente para os agricultores familiares, pequenos e médios produtores rurais.

A nova legislação trouxe otimismo aos agentes envolvidos na produção de erva-mate, embora seja necessário analisar os avanços alcançados no decorrer dos próximos anos, na expectativa de que políticas de assistência e desenvolvimento da atividade ervateira cheguem até os mais necessitados, trazendo equidade aos elementos que compõem o sistema produtivo.

Algumas atitudes frente às necessidades do setor ervateiro vêm sendo tomadas, como é o caso da certificação da qualidade da erva-mate pela EMATER. Tal iniciativa propôs normas a partir de um manual de requisitos e procedimentos operacionais necessários para garantir a qualidade e certificação do produto. Não se trata de uma certificação orgânica e sim uma indicação de que aquele produto final, disponível ao consumidor, adotou as boas práticas indicadas pela EMATER na produção agrícola e industrialização.

A indústria analisada na tese realizou adequações no estabelecimento e adotou no ano de 2018 as boas práticas recomendadas pela EMATER. Com isso, a embalagem do produto final recebeu o selo de certificação de qualidade. Uma das questões negativas levantadas foi a de que as certificações encarecem a produção. Os custos para certificação preveem auditorias na colheita, avaliação do transporte da matéria prima, do beneficiamento e do empacotamento. Além desse acompanhamento são realizadas análises para monitorar a presença de produtos químicos, físicos, biológicos e, também, controlar e inibir a adição de açúcar ao produto final.

As mudanças, transformações e adequações na maneira de produzir nem sempre são de fácil adoção e aceitação. Muitas questões enfrentam a resistência dos agentes envolvidos por ser algo novo, diferente da forma como sempre foi realizado, e por mais que seja comprovada a eficiência, os elementos culturais sobrepõem o conhecimento científico e é preciso o convencimento para o passo inicial.

Por motivações não identificadas, mas crendo ser características da própria cultura local, muitas das informações que seriam relevantes para a pesquisa não foram obtidas, como questões de renda e quantidade produzida por cada propriedade. Nos questionamentos, as respostas nos levaram a um panorama. Inicialmente esperava-se identificar se a produção de erva-mate orgânica contribuiria para a sucessão familiar nas unidades de exploração, de fato tal afirmativa é

verdadeira, porém cabe uma análise da produção de erva-mate convencional em comparação com a orgânica, o que retornaria uma resposta mais precisa.

A contribuição da produção de erva-mate orgânica, no atual modelo de produção adotado em Ilópolis, agrega valor à produção. Porém, não se mostra como reorganizador dos ideais e ideologias das famílias. Resumidamente, se continua produzindo por produzir, atende-se ao mercado e engaja-se nas exigências para cumprir as necessidades colocadas pela certificação.

#### 4.2 ENVOLVIMENTO CULTURAL NA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES FAMILIARES

A manutenção da organização do modo de produção da erva-mate e a resistência a mudanças e ao “novo” mostraram ter grande influência da cultura local. As propriedades em que foram obtidas informações para análise possuem características regionais típicas da cultura italiana. Na chegada dos imigrantes italianos ao Rio Grande do Sul seus objetivos eram suprir as necessidades alimentares da família, o que levou a abrirem as primeiras roças em meio à floresta. O trabalho dos imigrantes baseado na subsistência persistiu por um grande período (POSSAMAI, 2005).

As informações analisadas mostram a realidade de um universo de 11 (onze) famílias produtoras de erva-mate orgânica. A agricultura familiar está presente em todas as propriedades rurais, possuindo grande diversidade de cultivos e criações. Na maioria das propriedades os cultivos além da erva-mate são para o consumo interno, com pouco excedente comercializado. Produz-se milho, feijão, batata doce, batata inglesa, abóbora, moranga, mandioca, verduras, legumes e frutas. Entre as frutas destaca-se a uva, com parreirais presentes em todas as propriedades, utilizada na produção do vinho. O milho é debulhado e triturado, resultando em uma quirela (farinha), misturada a concentrados de soja (adquiridos no comércio, pois não há plantio de soja nas propriedades) para servir de comida aos animais. É por meio da estocagem do milho que se garante a alimentação dos animais durante o ano (vacas, porcos e galinhas). As silagens de milho são pouco representativas e estão presentes em algumas propriedades que comercializam leite. As abóboras e pastagens são utilizadas para alimentação de vacas e porcos por um curto período, por serem perecíveis e não haver possibilidade de estocagem.

Notou-se uma grande autossuficiência das propriedades, com condições de produzir grande parte dos alimentos necessários: embutidos, queijos, pães, massas, ovos, carnes, banha, verduras e vinhos. Quando é realizado o abate de um animal segue-se o costume de levar parte, mesmo que simbólica, aos vizinhos e familiares, como realizado antigamente quando não havia como conservar a carne. No abate dos suínos é realizado o processamento para obter banha, torresmo, salame e morcilha.

A relação de ofertar ao vizinho refere-se à reciprocidade, conforme Gazolla e Schneider (2007):

Os colonos se socializavam em torno da troca de produtos, animais e sementes ligadas à esfera do autoconsumo, bem como da doação de alimentos aos vizinhos mais próximos. Um exemplo disso era o abate de uma rês ou de porcos no qual os vizinhos mais próximos eram chamados a ajudar, recebendo em troca da ajuda uma parte do animal. Quando os outros vizinhos abatiam qualquer animal retribuía a doação da mesma forma. Nesta troca não interessava o tamanho ou a quantidade de carne recebida, mas, sim, que a família “que carneava” não esquecesse de nenhum vizinho. Quando isso acontecia, gerava discórdias e era motivo para se “falar mal”. No entanto, o processo de matança do animal não é somente trabalho, mas ocasião para se falar de negócios, dos outros vizinhos, de acontecimentos recentes da comunidade, da vida, dos problemas etc. É um espaço no qual ocorrem a socialização e o trabalho num processo único (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 106).

Os relatos de produtos alimentícios adquiridos em mercados restringem-se ao sal, farinha de trigo, açúcar, café e erva-mate (geralmente adquirida diretamente na indústria). A farinha de milho ou farinha de polenta, como é chamada por eles, é obtida por meio da troca. Existem pequenos moinhos pelo interior e próximo às cidades, com sistema de moagem de pedra, nos quais os agricultores levam o milho e lhes é retornado uma parte em farinha.

Ao comércio (geralmente urbano) destina-se a venda principalmente de queijos, ovos e galinhas caipiras. Existe também a criação de aves e suínos em regime de confinamento integrado com indústrias, atividades relatadas como alternativa para obtenção de renda que permitem a permanência dos filhos nas propriedades. Onde essas atividades são desenvolvidas representam a segunda fonte de renda, ficando atrás somente da erva-mate. Nas propriedades com aviários não é permitido a criação de galinhas caipiras, por normatização das indústrias com a justificativa de que podem transmitir doenças às aves confinadas. O tabaco (fumo) também é plantado em algumas das propriedades.

Existe uma imaterialidade cultural presente nas propriedades que tenta mostrar a relação de orgulho em relação aos vínculos com a Itália. Percebe-se a demonstração através das falas, do trabalho, da produção e consumo dos alimentos e, especialmente, da religiosidade. Conforme estudos de Zanini (2006), a italianidade é invocada a partir do sujeito que elabora um discurso sobre si, que assume um valor positivo. A fartura na mesa é enaltecida como sendo tradicional dos italianos e fazem questão de mencionar que se trata de produção da propriedade. A religião católica é predominante entre os agricultores visitados, notando-se temor e forte crença em Deus. Identificado em conversas sobre a produção agrícola, o temor refere-se a intempéries da natureza. Aos domingos reúnem-se na sede das comunidades, onde há uma igreja e é celebrado culto (chamado de terço, ou seja, reza-se o terço). As reuniões servem para descontração, com jogos de cartas e bochas, mas também é ocasião de aprendizagem e troca de saberes. Esses momentos foram ideais para encontrar o maior número de produtores reunidos.

As práticas produtivas tiveram alterações no decorrer dos anos. Algumas se referiam a tradições que foram extintas por não serem mais adequadas e necessárias, outras se perderam na sucessão das gerações. Giddens (2006) coloca como parte natural da globalização que algumas tradições sejam abandonadas. Os mutirões para colheita de erva-mate tradicionalmente utilizados no passado não se fazem mais necessários. A necessidade envolvia a questão do transporte da propriedade até a indústria, uma vez que a exigência era colher cerca de 500 arrobas para que um caminhão (inicialmente as ervateiras possuíam sua frota e mais recentemente passaram a terceirizar o serviço) buscasse a matéria prima junto ao produtores, colheita que deveria ocorrer em curto espaço de tempo<sup>8</sup>, para que a erva-mate não perdesse qualidade e peso. A dependência de caminhões não é mais empecilho aos produtores. A multiplicação das indústrias diminuiu a distância e programas governamentais, como o Mais Alimentos, permitiram aquisição de tratores e caminhonetes. Assim, pode-se colher de 50 a 100 arrobas no dia e transportar até a ervateira, melhorando a qualidade da matéria prima, que deixa de ficar exposta ao tempo e é processada mais rapidamente.

---

<sup>8</sup> O tempo de realização da colheita até a chegada na indústria não deveria ultrapassar dois dias. Cada trabalhador colhe aproximadamente 50 arrobas por dia.

A melhoria em relação ao transporte foi fundamental para os produtores. A falta de mão de obra, a diminuição do número de famílias e o distanciamento espacial entre os vizinhos não possibilitam a colheita de grande quantidade em curto espaço de tempo (como o exemplo das 500 arrobas citado acima). Com isso, a indústria precisou se reorganizar, pois necessita da entrega diária de erva-mate folha verde por um número maior de produtores.

Antes da aquisição de meios de transporte pelos produtores, quando havia a terceirização dessa atividade, realizava-se a organização da colheita pelos produtores residentes na mesma comunidade. Assim, por exemplo, cerca de cinco propriedades colhiam no mesmo dia para que então fosse possível o transporte (o custo desse transporte representava de 5% a 10% da produção). Essa alternativa tornou-se inviável devido a dependência existente. Se por algum motivo uma das famílias não pudesse realizar a colheita comprometeria as demais que seriam obrigadas a aumentar a quantidade colhida e, além disso, as questões do tempo, como a chuva, afetavam o trabalho.

A questão do transporte contribuiu para uma reconfiguração da organização no campo. Nota-se a dependência do urbano nas propriedades em que a família se resume ao pai e a mãe aumentou naturalmente, especialmente pela necessidade de atendimento de saúde. Assim, com mais de 60 anos e já aposentados, muitos passaram a residir na cidade, mas sem abandonar os costumes e as atividades agrícolas, deslocando-se diariamente para as propriedades para realizar as atividades, especialmente relacionadas à produção de erva-mate. O que facilita é que a erva-mate não tem a mesma dependência que outras cultivares como milho, por exemplo. Com transporte próprio o agricultor, ao final do dia, momento que retorna para sua casa na cidade, passa pela indústria e entrega a colheita realizada. Nas propriedades de erva-mate orgânica, integrantes da pesquisa, a grande maioria reside no meio rural, sendo somente duas dessas propriedades em que a residência principal é na cidade.

Nas conversas observa-se grande sentimento de pertencimento das famílias ao meio rural. Mesmo sem haver dependência das propriedades, nota-se um vínculo forte com a terra, a produção e afirmação da identidade de agricultor. A identidade de um grupo é percebida quando os indivíduos pertencentes entram em contato com grupos diferentes, momento que uma identidade é exposta (ARNAIZ, 2005). Os avanços e modernidades propiciaram facilidades e melhorias no trabalho agrícola, e,

assim como ocorre na reprodução da cultura italiana, não houve a eliminação do sentimento de ser colono e agricultor. A presença de fogão a lenha nas residências urbanas, elemento básico nas casas “pra fora”<sup>9</sup>, é um indicativo de vínculo com o rural e pode ser observado em Ilópolis.

Na figura do colono e agricultor é possível observar um conhecimento peculiar, resultado dos anos de trabalho e das gerações antepassadas. São técnicas, valores e símbolos que se mantêm há séculos e são reproduzidos socialmente de geração em geração. Mas, quando o campo fica desassistido e carente de meios produção e de reprodução social, a população não se mantêm nele e, mesmo que os filhos herdem tais características e conhecimentos, deixam de ser passados à frente pela pouca recorrência na vida urbana.

Mesmo com algumas mudanças no modo de produzir e com transformações tecnológicas na vida do campo, não há garantia de que seja suficiente para a manutenção da reprodução social dessas famílias no local, ou seja, existem condições para a transmissão de conhecimentos e manutenção da vida rural. Porém, se tornam pouco atraentes, especialmente aos jovens, que acabam por usar o potencial oferecido nas propriedades como forma de financiar seus estudos, abrir um negócio urbano ou, simplesmente, abandonam as propriedades em busca de outras oportunidades. Os casos com tais características mostraram ser a cultura local instituída nas famílias como a responsável pelos encaminhamentos tomados pelos jovens. As transformações sofrem fortes resistências e o novo não é bem-vindo, mas em algum momento essa sociedade tão influenciada culturalmente por sua forma de colonização se obrigará a rever suas ações, pois nas zonas mais remotas, especialmente nos municípios de Ilópolis e Putinga, o abandono das propriedades tornou-se muito representativo, redesenhando as paisagens, onde os ervais se confundem entre as matas e retornam ao seu habitat natural (Figura 29).

---

<sup>9</sup> É comumente utilizado a palavra “fora” no sentido de indicar interior, rural. Exemplo: vamos pra fora.

Figura 29 - Eralv em meio a mata.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

As dificuldades enfrentadas pelas famílias rurais as obrigam a buscar novos espaços de vida. Mesmo tendo alternativas para geração de renda, como é o caso da produção ervateira, são insuficientes para garantir uma vida digna, com acesso às necessidades básicas, especialmente atendimento à saúde, cada vez mais necessário ao meio rural envelhecido. O valor agregado nas propriedades acaba se perdendo junto com mão de obra do patriarca, também seu gestor. Sem forças, os atendimentos diários a lavoura acumulam-se, o mato cresce, a produção diminui e um passado esvai-se em um piscar de olhos. Por isso a importância de políticas públicas que atendam as carências de um mundo isolado, que não vê alternativas que dependam unicamente de si, e ficam na dependência dos agentes público e do capital.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratou-se nessa tese de um estudo da geografia agrária brasileira, valendo-se do sistema produtivo de erva-mate como objeto empírico. A relevância desse modo de produção concentra-se nos aspectos socioculturais envolvidos. A pesquisa baseou-se em três linhas principais: levantamentos históricos, coleta de dados e organização de informações.

A partir disso, o estudo realizado demonstra que a erva-mate orgânica contribui para a produção e a reprodução social dos agricultores familiares de Ilópolis/RS, uma vez que representa garantia de retorno financeiro, tanto para a indústria quanto para os produtores, possibilitando melhor remuneração em função da qualificação do produto. Alia-se a isso a manutenção de mercado, uma vez que a produção orgânica é voltada unicamente para a comercialização, pois a qualificação do produto se alinha as exigências de um mercado consumidor que busca segurança alimentar e qualidade de vida.

Recentemente um pacote tecnológico, muito difundido com a Revolução Verde, composto por agroquímicos alcançou a agricultura familiar, ganhando espaço pela rentabilidade do trabalho, uma vez que a mão de obra se tornava cada vez mais escassa. Uma possível contaminação da erva-mate faz com que surja a preocupação com o mercado, pois havendo a contaminação seria necessário se desvincular da principal hipótese do que a estava causando. Assim, a produção de erva-mate orgânica organiza-se para sobreviver a um possível colapso produtivo convencional. Mesmo com as denúncias não se confirmando a produção orgânica teve sucesso, mas, devido a sua origem, não se nota uma evolução das práticas ecológicas nas propriedades. Porém, a produção da erva-mate orgânica colabora para que a agricultura familiar tenha continuidade e se fortaleça, mesmo diante das dificuldades e limitações que serão esmiuçadas adiante.

No contexto dos fatos históricos, dados e informações identificou-se a existência de uma reprodução social na agricultura familiar produtora de erva-mate orgânica, que ocorre especialmente por meio da transmissão de conhecimentos a distintas gerações, permitindo a perpetuação e manutenção das famílias. O conhecimento dos primórdios da produção permitiu identificar os primeiros registros da utilização da erva-mate por volta dos anos 1500. Com o passar dos séculos o

homem domina técnicas e incorpora tecnologias que viriam a facilitar suas atividades cotidianas. O processamento e utilização da erva-mate passa a se valer dos avanços tecnológicos alcançando um nível de mercado.

Atendendo aos objetivos do trabalho, a produção de erva-mate em Ilópolis/RS, objeto desse estudo, adequou-se para atender as exigências de certificação orgânica por auditoria. As mudanças tecnológicas se refletem na produção orgânica como forma de especialização e diferenciação da produção que garantem um espaço de mercado.

A compreensão histórica de fenômenos e a interligação com os elementos sociais são indissociáveis para uma análise eficaz da realidade. A estrutura como o setor ervateiro está organizado é reflexo do passado, assim, não basta o levantamento de dados atuais para tentar explicar as relações sociais existentes, é preciso uma análise da sequência de tempos históricos para resgatar as ligações e fatos que se perpetuaram.

O sistema produtivo de erva-mate é desenvolvido em propriedades com pequenas áreas de terras onde o manejo dos ervais é realizado pelas famílias dos agricultores que buscam na produção um meio de sobrevivência e de se manter no campo, garantindo, assim, a sua reprodução social.

A erva-mate tem sua importância ligada especialmente ao consumo do chimarrão. Para o Alto do Vale do Taquari a economia é movida pela agricultura produtora de matéria prima e pelas indústrias beneficiadoras dessa erva-mate proveniente da agricultura caracterizada como familiar.

Por mais simples que possa parecer, o ato de tentar entender a contribuição de um elemento produtivo nas relações sociais vai além de uma tese. São inúmeros fatores relevantes que surgem durante um estudo com tema específico e pouco trabalhado, especialmente nas ciências humanas. Alguns fatores limitaram o desenvolvimento e aprofundamento da pesquisa. Dentre eles cabe destacar a dificuldade em obter dados referentes a quantidade de produção e dados financeiros, para tais informações seria necessário maior engajamento e confiança do grupo de produtores. É compreensível a desconfiança, pois trata-se de uma atividade voltada exclusivamente ao mercado.

Outro fator refere-se ao início da transição do cultivo convencional ao orgânico da erva-mate, que ocorreu em 2011 e a pequena quantidade de propriedades que aderiram ao novo sistema, se comparado ao total de propriedades

do município. Contudo, deve-se apontar sua importância pela especialização da produção. Esse período recente torna-se incipiente ou não permite ser categórico nas afirmações a respeito de mudanças sociais e produtivas do cultivo de erva-mate, uma vez que o estudo envolve um sistema produtivo com mais de 500 anos.

Além disso, o ingresso na produção orgânica de erva-mate da forma como se apresenta em Ilópolis requer capital financeiro para bancar os custos da certificação, sendo esse um fator limitante ao acesso. Quanto especificamente a produção orgânica é preciso acompanhar um período maior de tempo, visto que esse é o momento inicial do que quiçá poderá ser uma transformação no modo de produção local futuramente.

Por fim, outro limitador diz respeito não só ao trabalho, mas a própria cultura local envolvida no processo de produção de erva-mate. As mudanças e inovações esbarram em questões socioculturais, pois o modo tradicional de desenvolver as atividades é visto como correto e há resistência em aplicar novas práticas, a não ser que haja certeza de sucesso e retorno financeiro sem a necessidade de novos investimentos.

Retratar a organização do sistema de produção, as relações existentes e os processos produtivos torna-se necessário para impulsionar o leque de possibilidade de estudos disponíveis a partir da erva-mate. No momento esbarra-se até mesmo na falta de literatura. Essas lacunas apontam para futuras pesquisas. Possibilidades para responder questionamentos que agora estão abertos como: as diferentes contribuições das produções orgânicas, agroecológicas e convencionais para a reprodução social; as consequências do modo de produção na relação homem/natureza, entre outras.

E possível observar algumas transformações pontuais positivas em relação a produção de erva-mate em Ilópolis/RS. Existem propriedades familiares que estão seguindo os princípios da agroecologia para a produção, mesmo que essa produção esteja direcionada ao mercado, nota-se que há preocupação e responsabilidade socioambiental envolvida na produção. Assim, há perspectivas para além da produção orgânica que visa a especialização produtiva para o mercado. O entendimento das motivações que levaram a mudanças nessas propriedades pode refletir positivamente em estratégias que melhorem a qualidade de vida da população e conseqüentemente valorizem as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar.

Por fim, nota-se claramente o potencial ambiental, econômico e social existente na área de estudo, que, com políticas públicas e coletividade nas ações dos agentes envolvidos no sistema produtivo de erva-mate, poderia resultar em aprimoramento, qualidade de vida e fortalecimento regional.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Editora HICITEC, 1992.
- ALEGRE, J. C.; VILCAHUAMÁN, L. J. M; CORRÊA, G. **Geração da curva alométrica para avaliar as reservas de carbono em plantios de erva-mate, no sul do Brasil**. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 33. Colombo: EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 19 p. 2007.
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002. 592 p.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2002.
- ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência**. Uma perspectiva histórica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ São Paulo: EDUC, 1988.
- ANDRADE, M. C. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARNAIZ, M. G. **Em direção a uma nova ordem alimentar?** In: CANESQUI, Ana Maria; DIEZ GARCIA, Rosa Wanda (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- ASSIS, L; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio ambiente**. n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR.
- ASSIS, R. L; AREZZO, D. C; ALMEIDA, D. L; DE-POLLI, H. Aspectos técnicos da agricultura orgânica fluminense. **Revista Universidade Rural - Série Ciências da Vida**, Seropédica, v. 20, n. 1/2, p. 1-16, 1998.
- BALCEWICZ, L. C. **A competitividade da cultura de erva-mate, num contexto de integração econômica, no MERCOSUL**. 2000. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. **Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas.** In.: Batalha, M. O. (Coord.) *Gestão agroindustrial: GEPAL*; São Paulo: Atlas, 2001.

BATISTA, F. O. **Agricultura e Capitalismo na Europa do Sul.** Uberlândia. In: SHIGEO, S.; GRAZIANO da SILVA, J., ORTEGA, A. C. *Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro.* Uberlândia: UFU/UNICAMP/EMBRAPA, 1997.

BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 134 p.

BERTÉ, K. A. S. **Tecnologia da erva-mate solúvel.** 160 p. Tese (Doutorado em Tecnologia de alimentos) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BEZERRA, M.C.L.; VEIGA, J.E. (Coord.) **Agricultura Sustentável.** Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Museu Emílio Goeldi, Brasília, 2000.

BOGUSZEWSKI, J. H. **Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações.** 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BONDARIK, R.; KOVALESKI, J. L.; PILATTI, L. A. **A produção de erva-mate e o início da atividade industrial no estado do Paraná.** In: II Encontro de Engenharia e Tecnologia dos Campos Gerais. Ponta Grossa, Brasil, 2006.

BONILLA, J. A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica: sobrevivência e qualidade de vida.** São Paulo: Nobel, 1992.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica.** São Paulo: Hucitec/Polis, 1987.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 425, de 25 de maio de 2010.**

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Instrução normativa nº 007, de 17 de maio de 1999.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de maio de 1999. Seção 1, p. 11-14.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja.** Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul.** Trabalho apresentado no XXII Congresso Internacional da Latin American Studies Association: Miami, 2000.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil.** Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008.

BURTON, R.; WALFORD, N. **Multiple sucession and land division on family in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration?**. Journal of Rural Studies, Londres, v. 21, p. 335-347, 2005.

CALBORN, T.; DUMANOSKI, D.; MYERS, P. **O futuro roubado**. Porto Alegre: L&PM, 2002, 354p.

CALDEIRA, T. P. R. Uma incursão pelo lado “não-respeitável” da pesquisa de campo. **Ciências Sociais Hoje**. Recife, v. 1, n. 1, p. 333-353, 1981.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.18, n.3, p.69-101, set./dez. 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002a. 48p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico**. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh.2002b.

CARMO, C. B. **Erva-mate: potencialidades locais e inovação tecnológica do processo produtivo em área de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado acadêmico) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2007.

CARMO, M. S.; MAGALHÃES, M. M. **Agricultura sustentável: avaliação da eficiência técnica e econômica de atividades agropecuárias selecionadas no sistema não convencional de produção**. Informações Econômicas, São Paulo, v.29, n.7, p.7-98, 1998.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Ed.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CARNEIRO, M. J; MALUF, R. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**, Rio de Janeiro: Mauad. 2003.

CARVALHO, P. E. R. **Espécies Florestais Brasileiras**. Colombo: Embrapa Florestas, 2003. 1039 p.

CERVEIRA, R.; CASTRO, M. C. **Perfil socioeconômico dos consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo**. 1998. Disponível em: <[http://www.megaagro.com.br/organica/perfil\\_um.asp](http://www.megaagro.com.br/organica/perfil_um.asp)> acesso em 10 de setembro de 2017.

CHAMPAGNE, P. **La reproduction de l'identité**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidade económica campesina**. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COLBORN, T.; DUMANOSKI, D.; MYERS, J.P. **O futuro roubado**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2000. 354 p.

CORTEZ, F. P; ANJOS, F. S; CALDAS, N. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA, 1994. Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036.

COSTA, E. B. **História Ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 1998.

CRUZ, C.; RIBEIRO, U. **Metodologia Científica** – teoria e prática. Rio de Janeiro: Gisella Narcisi, 2003.

DA CROCE, D. M; NADAL, R; FLOSS, P. A. **Avaliação de sistemas agroflorestais com erva-mate e culturas anuais no oeste catarinense**. Florianópolis: EPAGRI, 1997. 29p. (EPAGRI, Boletim Técnico, 92).

DANIEL, O. **Erva-mate, sistema de produção e processamento industrial**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

DE BIASI, M. **Carta de Declividade de Vertentes: Confecção e Utilização**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1970.

DE BIASI, M. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, USP – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1992.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: SEAF, 2017.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

DORTZBACH, D. Altitude como fator na delimitação da indicação geográfica da erva-mate. In: Alice Teresa Valduga (Coord.). **Anais do VII Congresso Sul-Americano da Erva-mate; III Simpósio Internacional de Ervamate e Saúde; I Feira de Tecnologia na Indústria Ervateira: Integrando ciência e Tecnologia para promover avanços na cadeia produtiva de erva-mate**. Erechim-RS. 2017. Disponível em:

<[http://www.uricer.edu.br/site/publicacoes/ANAIS\\_ERVA\\_MATE\\_2017.pdf](http://www.uricer.edu.br/site/publicacoes/ANAIS_ERVA_MATE_2017.pdf)> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

DURAYSKI, J.; FONSECA, M. J. **Tomas um mate?: uma análise da cultura de consumo do chimarrão em um XXXVII Encontro da ANPAD – EnANPAD**, Rio de Janeiro, 2013.

EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?** Programa de Pós-Graduação FEA/USP, São Paulo, 1994.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Londres: Oxford, 2000.

EMATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Programa gaúcho para a qualidade e valorização da erva mate**. 2002. Disponível em <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-vegetal/erva-mate.php#.XCdu81VKjIV>> acesso em 29 dez 2018.

EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Relatório de atividades 2015**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2015.

FALEIRO, S. R. **Lajeado**: perfil histórico étnico-social do período indígena à colonização. Lajeado, 1996.

FAUCHER, D. **Geographie Agraire Types de Cultures**. Paris Armand Colin, (Geographie économique et sociale), 1949.

FEIDEN, A.; ALMEIDA, D. J.; VITOI, V.; ASSIS, R, L. **Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19, n.2, p.179-204, maio/ago. 2002.

FUNDOMATE – Fundo de Desenvolvimento e Inovação da Cadeia Produtiva da Erva-mate. **Informativo do Fundomate**, n. 16, jul. 2016. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201702/01083717-20160711140348informativo-do-fundomate-16-2016-esse.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

GAIAD, S. **Sistemas de produção**: cultivo de erva-mate. 2. ed. Colombo: Embrapa Florestas, 2010. Disponível em: <https://www.spo.cnptia.embrapa.br/temas-publicados>. Acesso em 22 de setembro de 2018.

GALLIANO, G. A. **O Método Científico**: Teoria e Prática. São Paulo: Harbra, 1979.

GRACIA JUNIOR. A. R. **O sul**: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UNB/MCT/CNPq, 1989.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **A produção da autonomia**: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. In Estudos: sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 15, n. 1 (abr. 2007), p. 89-122.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GIDDENS, A. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 175p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2 ed. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2001, 658p.

GOLFARI, L.; CASER, R. C.; MOURA, V. P. G. **Zoneamento ecológico esquemático para reflorestamento no Brasil**. Belo Horizonte, Centro de Pesquisa Florestal da Região do Cerrado, 1978. 66p. (Série Técnica PRODEPEF, 11).

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOODMAN, D. A regulação da agricultura orgânica nos Estados Unidos: uma vitória arrasadora? **Informativo Embrapa Meio Ambiente**, Jaguariúna, n.30, p.2, 2000.

GORZALCZANY, S.; FILIP, R.; ALONSO, M. R.; MIÑO, J.; FERRARO, G. E.; ACEVEDO, C. Choleric effect and intestinal propulsion of 'mate' (*Ilex paraguariensis*) and its substitutes or adulterants. **Journal of Ethnopharmacology**, 2001. 75(2-3): 291-294.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HOBSBAWN, E.; RANGER T. (orgs). **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. P. 9-23.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**, 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1950/2000**. Até 1991, tabela extraída de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro, IBGE, 2007. no Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 56, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE - cidades @**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>> acesso em 03 de outubro de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. 2010.

INOVAMATE, 2018. Disponível em <[inovamate.com.br](http://inovamate.com.br)> acesso em 20 de dezembro de 2018.

JASPER, A. et al., **Utilização de parâmetros históricos-ambientais para avaliação de paisagem**: uma experiência na microbacia do arroio da Seca, Região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil. 2009.

JUNGBLUT, A. C. **Mito e rito do chimarrão**: Manifestação e simbologia religiosa da cultura. In: ROSA, A. (Org). O patrimônio imaterial do chimarrão: o chá da amizade. Venâncio Aires: NUCVA, 2008. 1 DVD.

JUSTINIANO, A. L. **Vocabulário da erva-mate no cone sul do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Uniderp, 2006.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

KHATOUNIAN, C. A. **Estratégias de conversão para a agricultura orgânica**. In: AMBROSANO, E. Agricultura ecológica. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1999. p. 57-71.

KONDER, L. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**. v.1. Tradução: Tijiwa A. M. N. Campinas: UNICAMP, 1993.

LESSA, B. **História do chimarrão**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

LIMA, J. R. F.; PIACENTI, C. A. O papel das rendas não agrícolas para redução da pobreza e concentração na região sul. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 27, n. 52, 2009.

LINHARES, M. Y; SILVA, F. C. T. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LORENA, R. B. **Evolução do uso da terra em porção da Amazônia Ocidental (Acre), com uso de técnicas de detecção de mudanças**. São José dos Campos: INPE, 2001. 116p

LORENZI, H. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. 5. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008. v. 1.

MACCARI JUNIOR, A; SANTOS, A. P. R. **O alimento erva-mate e a erva-mate em alimentos**. In: MACCARI JUNIOR, A.; MAZUCHOWSKI, J.Z. Produtos alternativos e desenvolvimento da tecnologia industrial na cadeia produtiva da erva-mate. Curitiba: Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Erva-Mate do Paraná, 2000. p. 43- 69.

MACIEL, M. E. **Gauchismo, tradição e tradicionalismo**. Cadernos IHU Ideias, São Paulo, 2007.

MARAFON, G. J. **O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária**. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

MARTINS, J. S. **As temporalidades da História na dialética de Lefebvre**. In: MARTINS, José de Souza (Org). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996. 151 p.

MARTINS, R. **Ilex-Mate** – Chá Sul-americano. Curitiba: Paranaense, 1926.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: BERTTRAND BRASIL, 1989.

MEDRADO, M. J. S. **Trabalhador no cultivo de plantas industriais – Erva-Mate: Produção**. 1ª ed, n.1. Curitiba: SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. 47 p. 2003.

MERCOSUR. Sector de Asesoría Técnica – Secretaría Del Mercosur. **Estudio Sobre Integración productiva: Análisis Sectorial – El Caso de La Yerba Mate**. Mercosur. 2010. 60 p.

MILOCA, L. M. **Determinação dos principais atributos da logística de suprimentos na agroindústria ervateira do Paraná**. 2005. 119 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2005.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. 2.ed. Tradução Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOURA, M. M. **Os herdeiros das terras: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

NASSAR, A. M. **Certificação no agribusiness**. In: Zylbersztajn, D; Sacre, R. F. (Org.). **Gestão da qualidade no agribusiness: estudo e casos**. São Paulo, Atlas, 2003.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados. Vol. 15, n. 43, 2001.

NEVES, M. C. P. et al., **Agricultura orgânica: instrumento para sustentabilidade dos sistemas de produção e valorização de produtos agropecuários**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2000. 22 p. (Embrapa Agrobiologia. Documentos, 122).

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba/SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 9-24, 2014.

NIEDERLE, P. A; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, vol. 5, núm. 61, julio-diciembre, 2008, pp. 41-69, Pontificia Universidad Javeriana Colombia.

OLIVEIRA, Y. M. M; ROTTA, E. **Área de distribuição geográfica nativa de erva-mate (Ilex paraguariensis St. Hil.)**. In: SEMINÁRIO SOBRE ATUALIDADES E PERSPECTIVAS FLORESTAIS, 10.; Silvicultura da erva-mate (Ilex paraguariensis St. Hil.), 1983, Curitiba. Anais. Curitiba: EMBRAPA-CNPQ, 1985. p.17-36. (EMBRAPA-CNPQ. Documentos, 15).

ORMOND, J. G. P.; PAULA, S. R. L.; FILHO, P. F.; ROCHA, L. T. M. **Agricultura Orgânica**: Quando o Passado é Futuro. Disponível em: <  
[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2479/1/BS%2015%20Agricultura%20org%C3%A2ncia\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2479/1/BS%2015%20Agricultura%20org%C3%A2ncia_P.pdf)>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

PASSOS, C. A. M; COUTO, L. **Sistemas agroflorestais potenciais para o Estado do Mato Grosso do Sul**. In: Seminário sobre Sistemas Florestais para o Mato Grosso do Sul. Dourados. Resumos. Dourados: EMBRAPA-CPAO, 1997. p. 16-22.

PAULA, M. L.; CHOCIAI, J. G. **Uso e aplicação industrial da erva-mate em cosméticos**. In: MACCARI JUNIOR, A.; MAZUCHOWSKI, J.Z. Produtos alternativos e desenvolvimento da tecnologia industrial na cadeia produtiva da erva-mate. Curitiba: Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Erva-Mate do Paraná, 2000. p. 77-91.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PENTEADO, S. R. **Cultivo do tomate orgânico**. Campinas: Via Verde, 2001. 125p

PENTEADO, S. R. **Introdução à agricultura orgânica**: normas e técnicas de cultivo. Campinas: Editora Grafimagem, 2000. 110 p.

PERONDI, M. A. **As estratégias de reprodução de sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de colonos no Sudoeste do Paraná**. Lavras: UFLA. 1999 (Dissertação de Mestrado em Administração Rural).

PERONDI, M. A.; RIBEIRO, A. E. M. As estratégias de reprodução de sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de colonos no Sudoeste do Paraná. **Organizações rurais e agroindustriais**. v.2, nº 2, jul/dez – 2000.

PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa**: um olhar sobre o processo investigativo. Geo Uerj, Rio de Janeiro, p.4-18, 2012. Semestral.

PLOEG J. D. V. et al., **Rural Development**: from practices and policies towards theory. Sociologia Ruralis, Netherlands.2000.

PLOEG, J. D. V. **O modo de produção camponês revisitado**. In: SCHNEIDER, Sergio. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.

POSSAMAI, P. C. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2005.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

REARDON, T. e BERDEGUÉ, J.A. **La rápida expansión de los supermercados en América Latina**: desafíos y oportunidades para el desarrollo. Banco Interamericano de Desarrollo – BID (Departamento de Desarrollo Sostenible, Unidade de Desarrollo Rural), Washington, junho, 2003.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RIBEIRO, E. M. **Fazenda Pica Pau, Miradouro, Minas Gerais**: Estudo sobre a família, o trabalho e a reprodução de agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais. Belo Horizonte: mimeografado, 1992.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 3 ed, 1999.

ROCHA, A.; ROCHA, E. Paradigma interpretativo nos estudos de consumo: retrospectiva, reflexões e uma agenda de pesquisas para o Brasil. **RAE: Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 47, n. 1, p 01-28, 2007.

ROCHEFORT, M. **Interesse de um estudo de orçamento para Geografia Agrária**. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Vol. XIII, 1959-1960, São Paulo, 1964.

ROMEIRO, A. R. Agricultura sustentável, tecnologia e desenvolvimento rural. **Agricultura Sustentável**. Jaguariúna, v. 3, n. 1/2, p. 34-42, 1996.

ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: FFLCH-USP, n. 8., 1994. p.63-74.

ROSA, A. **O patrimônio imaterial do chimarrão**: o chá da amizade. Venâncio Aires: NUCVA, 2008. 1 DVD.

ROSA, R. **Introdução ao sensoriamento remoto**. 5ª ed. Uberlândia: Edufu, 2003.

ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil**: Subsídios para Planejamento Ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: Editora da UFPEL. 1995.

SAINT' HILLAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul 1820 – 1821**. Rio de Janeiro: Ariel, 1935.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Org.). **Entre el campo y la ciudad**. Buenos Aires: CICCUS, 2006. p. 307-348.

SCHWINGEL, M.; ZANETTE, T. S. **O chimarrão e os imigrantes do Rio Grande do Sul. O patrimônio imaterial do chimarrão. O chá da amizade**. Venâncio Aires, RS: NUCVA, 2008. 1 DVD.

SEABRA, G. F. **Pesquisa científica**: o método em questão. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SEPLAG – Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul**. 2013. Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/atlas>.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. Rio de Janeiro. **Boletim do Museu Nacional**. N 52. 1985.

SILVA JR, O. M.; FUCKNER, M. A. Avaliação da correlação entre modelo digital de elevação ASTER e carta topográfica para a região de Marabá – Estado do Pará. In: Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação (SIMGEO), 3., Recife. **Anais..** Recife, 2010. Artigos, p. 27-30.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas. Unicamp, 1998.

SILVA, J. G. **Agricultura sustentável**: um novo paradigma ou um novo movimento social? *Informações Econômicas*, São Paulo, v.25, n.11, p.11-24, 1995.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

SINDIMATE. Sindicato da Indústria do Mate no Estado do Rio Grande do Sul. **Dados estatísticos**. 2017. Disponível em; <<http://www.sindimaters.com.br>>.

SLATER, D. **Cultura do consumo & modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.

SOUZA, A. P.; SAMPAIO, R. A; COUTINHO, O. Produtividade da cenoura em Roraima submetida à diferentes fontes de adubos orgânicos. **Horticultura Brasileira, Brasília**, v. 14, n. 2, p. 279, maio 1995.

SOUZA, J. L. **Agricultura orgânica**. Vitória: EMCAPA, 1998.

SOUZA, R. P.; SOUZA, M. S. O debate brasileiro sobre pluriatividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. 1 CD-ROM.

SPERS, E. E. **Qualidade e Segurança em Alimentos**. In: Zilberztajn, N. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. Pioneira, São Paulo, 2000.

SUERTUEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de Campo em Geografia**. Revista GEOgraphia. Ano IV, nº 7. Niterói, 2002.

THOMÉ, N. **Da Caá-í, Congõi ou Kukuai ao Chimarrão**: a erva-mate do Contestado na História. Lages: Nilson Thomé, 2011.

TRICART, J. **L'e Terrain dans la Dialectique de la Géographie**. Hérodote, nº 8, oct/dec. 1977, p. 105-120.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

USDA - UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Relatório e recomendações sobre agricultura orgânica**. Brasília: CNPQ, 1984. 128 p.

VALDINOCI, Mario. **Agricoltura e nuova società**. Roma: Natura e Cultura, 1979.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, S. Paulo, SP Brasil, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: HUCITEC, 1991.

VITOI, V. Conversão não é apenas uma mudança de direção, mas um processo educativo. Informativo Tá Na Rede, **Seropédica**, v. 4, p. 4-5, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, São Paulo, v. 22, plu. 1, p. 25-44, fev. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOLF. E. R. **Sociedades Camponesas**. Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas: Fundação SEADE/UNICAMP. Jan./jun. 1990. V.7, n.1, p. 35-53.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: Editora da USP: HUCITEC/Edunb. 1995. 336p.

ZANATTA, B. A. **A Abordagem Cultural na Geografia**. *Temporis(ação)*. UEG, v.1, p. 249-262, 2008.

ZANINI, M. C. C. **Italianidade no Brasil meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2005.

ZERBIELLI, D. **Mapeamento e análise espacial das áreas de cultivo de erva-mate no município de Ilópolis-RS**. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2017.

## **6 APÊNDICES**

### **6.1 ROTEIRO DE ENTREVISTA 1 – AGRICULTORES FAMILIARES**

#### **1) Identificação**

Idade:

Idade do Cônjuge:

Número de Filhos e idade:

#### **2) Produção**

**2a** - Descrição histórica da produção: quando iniciou, quais foram as motivações, fatos marcantes durante a trajetória da produção.

**2b** - Como e quem realiza o manejo da produção ervateira?

**2c** - O que a produção ervateira representa para esta propriedade?

**2d** - Além da produção de erva-mate orgânica, quais outras atividades são desenvolvidas na propriedade?

**2e** - Houve alteração da principal atividade geradora de renda?

**2f** - Quais as vantagens e desvantagens da produção orgânica?

#### **3) Infraestrutura**

**3a** - Qual a área total da propriedade?

**3b** - Qual a área plantada com erva-mate orgânica?

**3c** - Existe o interesse em aumentar a área de produção orgânica?

**3d** - Qual é a produção média por ano de erva-mate orgânica na propriedade?

**3e** - Como a propriedade foi adquirida?

**3e1** - Se por herança: A atividade ervateira era desenvolvida anteriormente?

**3f** - Quem teve a iniciativa de iniciar a produção orgânica?

**3g** - Quais transformações ocorreram a partir dessa iniciativa?

#### **5) Recursos Humanos**

**5a** - O trabalho na propriedade é predominantemente familiar?

**5b** - Quem é o (a) chefe da família?

**5b1** - Ao tomar uma decisão os membros da família são consultados?

**5c** - Qual a idade dos membros da família?

**5d** - Tem empregados fixos ou temporários?

**5e** - Quais são as atividades desenvolvidas pelos empregados?

**5f** - Como é o contrato de trabalho (carteira assinada, horas trabalhadas, valor pago)?

## **6) Mercado e Logística**

**6a** - Como ocorre a venda da produção de erva-mate orgânica?

**6b** - Qual a distância da propriedade até a indústria?

**6c** - Toda a quantidade da produção orgânica é vendida com facilidade para a indústria?

**6d** - Comparando com a produção convencional, o valor pago pela produção orgânica é um valor justo?

## **7) Instituições**

**7a** - O governo federal/estadual/municipal incentiva a produção de erva-mate orgânica em seu município?

**7b** - Quais as entidades que apoiam a produção de erva-mate orgânica em seu município?

**7c** - Existe alguma forma de relacionamento com as universidades?

## **8) Relações de produção**

**8a** - Como surgiu o interesse pela produção de erva-mate orgânica?

**8b** - Quem ou o que instigou o início da atividade?

**8c** - Como é a relação produtor/entidade certificadora?

**8d** - Como é a relação produtor/indústria?

## **9) Gestão ambiental**

**9a** - Houveram alterações relacionadas com o meio ambiente na propriedade após o início da produção orgânica?

**9b** - A região apresenta alguma problemática ambiental?

**9c** - Como é o manejo da produção erva-mateira?

**9d** - Que tipo de análises são realizadas na propriedade?

## **10) Assistência Técnica**

**10a** - Você recebe assistência técnica para a produção de erva-mate orgânica?

**10b** - De quais instituições você recebe assistência?

**10c** - Como você classifica esta assistência (muito boa, boa, regular, ruim)?

## **11) Financiamentos**

**11a** - Utiliza algum tipo de crédito agrícola específico para agricultura orgânica?

## **12) Considerações relevantes:**

**12a** - Quais as carências presentes na etapa de produção de erva-mate orgânica?

**12b** – Vocês estão satisfeitos com este modo de produção?

**12c** – Há encontros ou reuniões entre as famílias produtoras de erva-mate orgânica?

## 6.2 ROTEIRO DE ENTREVISTA 2 - INDÚSTRIA

### 1) Identificação

Nome fantasia/razão social:

Responsável:

### 2) Dados gerais

**2a** - Tempo de atuação no mercado?

**2b** - Tipos de produtos industrializados?

### 3) Histórico

**3a** – Como surgiu a agroindústria?

**3b** – Como se deu a iniciativa pelo processamento de erva-mate orgânica?

**3c** – Qual a importância da erva-mate orgânica para a agroindústria?

**3d** – A organização entre produtores orgânicos e indústria se dá em forma de associação?

**3e** – A agroindústria possui plantação de erva-mate orgânica?

### 4) Produção

**4a** – Qual a proporção processada de erva-mate orgânica x erva-mate convencional?

**4b** – Há perspectivas de alteração nessa proporção?

**4c** – Há diferenças no processamento da erva-mate orgânica x erva-mate convencional?

**4d** – O que determina o preço pago ao produtor?

**4e** – Qual a quantidade média de erva-mate orgânica comercializada mensalmente?

### 5) Recursos Humanos

**5a** - O trabalho na agroindústria é predominantemente familiar?

**5b** - Quem é o (a) responsável pela tomada de decisões?

**5b1** - Ao tomar uma decisão os demais membros envolvidos são consultados?

**5c** - Tem empregados fixos?

**5d** - Quais são as atividades desenvolvidas pelos empregados?

**5e** - Como é o contrato de trabalho (carteira assinada, horas trabalhadas, valor pago)?

## **6) Mercado e Logística**

**6a** - Como ocorre a venda da produção de erva-mate orgânica?

**6b** – Qual o principal destino da produção?

**6c** - Toda a produção de erva-mate orgânica é comercializada?

**6d** – O que determina o preço da erva-mate orgânica entregue aos pontos de venda?

**6e** - O valor recebido pela produção orgânica é justo?

## **7) Instituições**

**7a** – Há incentivos governamentais para produção de erva-mate orgânica em seu município?

**7b** - Existe alguma forma de relacionamento com as universidades?

## **8) Relações de produção**

**8a** - Como surgiu o interesse pela industrialização de erva-mate orgânica?

**8b** - Quem ou o que instigou o início da atividade?

**8c** - Como é a relação indústria/entidade certificadora?

**8d** - Como é a relação indústria/produtor?

## **9) Assistência Técnica**

**9a** - Você recebe assistência técnica para a produção de erva-mate orgânica?

**9b** - De quais instituições você recebe assistência?

**9c** - Como você classifica esta assistência (muito boa, boa, regular, ruim)?

## **10) Considerações relevantes:**

**10a** - Quais as carências presentes na etapa de industrialização da erva-mate orgânica?

**10b** – Vocês estão satisfeitos com este modo de produção?